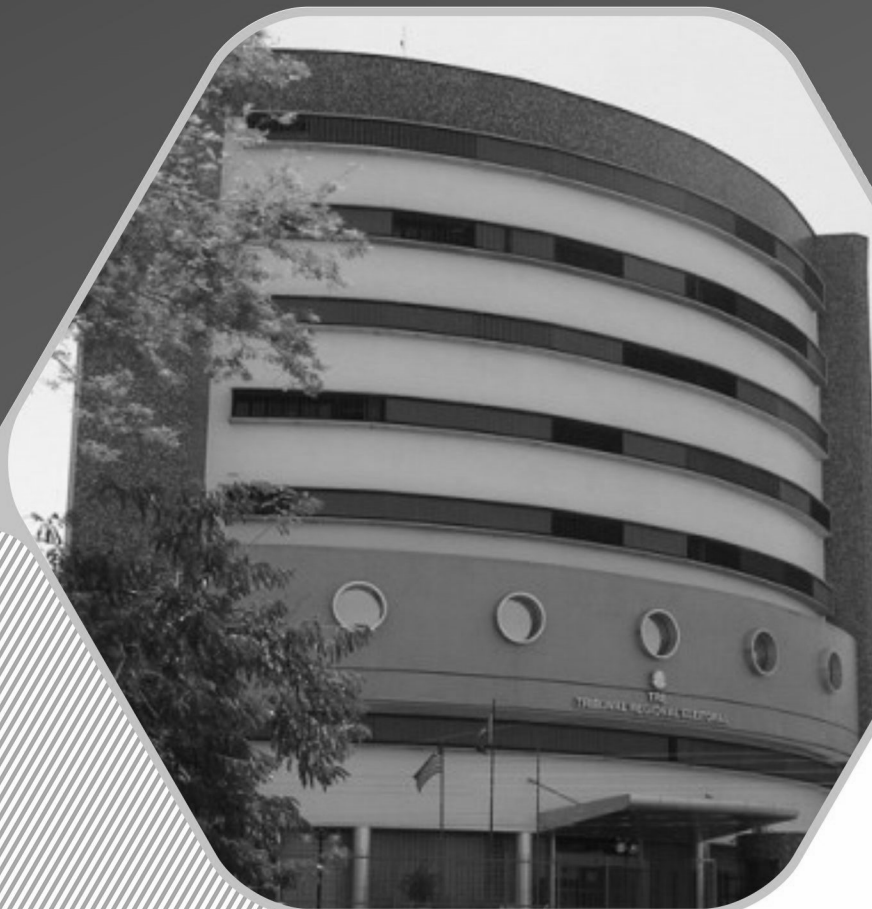




Relatório de Gestão 2023



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí



Relatório de Gestão 2023

Relatório de Gestão - Ano 2023, elaborado com plena observância aos normativos do Tribunal de Contas da União- TCU, especificamente, [Instrução Normativa nº 84](#), de 22 de abril de 2020, e [Decisão Normativa nº 198](#), de 23 de março de 2022; e aprovado pelo Dirigente máximo do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Desembargador Erivan José da Silva Lopes e instâncias internas de apoio à governança.

© 2023 Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Diretoria-Geral

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
Praça Edgard Nogueira, 80 - Centro Cívico
Teresina-PI - 64048-320
Telefone (86) 2107-9700

Juiz Auxiliar da Presidência

Dr. Valdemir Ferreira Santos

Diretor-Geral

Denise Berger

Unidade Responsável

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DG/ASPLAN)

Capa, projeto gráfico

Breno Ponte Brito

Diagramação

Breno Ponte Brito

Marcos Paulo da Cunha Félix

Revisão

Arsênio Almeida Martins

Raimundo Nonato Gonçalves Junior

Tâmara Ketlyn Sampaio Reis Nogueira Matias

Impressão e acabamento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - Biblioteca Desembargador Cristino Castelo Branco

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (PI).

Relatório de gestão 2023 [recurso eletrônico] / Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

- Dados eletrônicos (136 páginas). - Teresina :Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, 2024.

Unidade Responsável: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DG/ASPLAN).

Versão eletrônica (PDF)

Modo de acesso: internet

< <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas-da-gestao/relatorio-de-gestao-tcu>>

1. Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (PI) – 2023 - Relatório. 2. Tribunal Eleitoral - Piauí - 2023 – Relatório. 3. Justiça Eleitoral – Piauí – 2023 - Relatório. I. Título.

CDDir .341.41923098122

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Presidente

Desembargador Erivan José da Silva Lopes

Vice-Presidente e Corregedor

Desembargador José James Gomes Pereira

Membros(as) da Corte

Dr. Charles Max Pessoa Marques da Rocha

Dr. José Maria de Araújo Costa

Dr. Kelson Carvalho Lopes da Silva

Dr. Lirton Nogueira Santos

Dr. Nazareno César Moreira Rêis

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Alexandre Assunção e Silva

Juiz Auxiliar da Presidência

Dr. Valdemir Ferreira Santos

Juíza Auxiliar da Corregedoria

Dra. Maria Luiza de Moura Mello e Freitas

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Membros(as) da Secretaria

Diretora Geral

Denise Vieira Berger Miranda

Secretário de Gestão de Pessoas

Leonardo Moraes Junior

Secretário judiciário

Walter Schel Alves da Costa Raposo

Secretária de Orçamento e Finanças

Silvani Maia Resende Santana

Secretário de Tecnologia da Informação

Anderson Cavalcanti de Lima

Sumário

Mensagem do Presidente	04
1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	07
1.1. Sobre o TRE-PI	08
1.2. Missão, Visão e Valores	09
1.3. Normas Direcionadoras	10
1.4. Organograma	11
1.5. Cadeia de Valor	12
1.6. Macroprocessos	13
1.7. Canais de Atendimento à Cidadã e ao Cidadão - Ouvidoria	15
1.8. Tipos de Manifestações	16
1.9. Temas das Manifestações	17
1.10. Indicadores Estratégicos	18
1.11. Pesquisa de Satisfação	19
1.12. Ouvidoria da Mulher	20
2. Governança, Estratégia e Desempenho	22
2.1. Plano Estratégico do TRE-PI	23
2.2. Perspectivas do Planejamento Estratégico	24
2.3. Indicadores de Desempenho	24
2.4. Resultado da Gestão	37
2.5. Governança e Gestão	51
2.6. Tratamento de Risco	52
3. Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária	53
3.1. Conformidade Legal	54
3.2. Gestão Orçamentária e Financeira	56
3.3. Execução Orçamentária e Financeira	60
3.4. Análise de Indicadores de Desempenho	61
3.5. Gestão de Custos	62
3.6. Contratações e Aquisições	65
3.7. Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições	71
3.8. Iniciativas de Inclusão Social	71
3.9. Gestão Patrimonial e Infraestrutura	72
3.10. Apuração de Responsabilidades nos Contratos Administrativos	75
4. Gestão de Pessoas	76
4.1. Conformidade Legal	77
4.2. Avaliação da Força de Trabalho	78
4.3. Estratégia e Recrutamento e Alocação de Pessoas	83
4.4. Evolução das Despesas com Pessoal	85
4.5. Desempenho e Eficiência	88
4.6. Capacitação	89
4.7. Teletrabalho	90
4.8. Valorização do Servidor e das Condições de Trabalho	90
4.9. Escola Judiciária Eleitoral	93

Sumário

5. Gestão de Tecnologia da Informação.....	94	7. Gestão de Demandas dos Órgãos de Controle.....	115
5.1. Conformidade Legal.....	95	7.1. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	116
5.2. Referencial Estratégico.....	96	7.2. Auditorias.....	117
5.3. Modelo de Governança de TI.....	98	7.3. Monitoramento de Auditorias.....	118
5.4. Estrutura Organizacional.....	99	7.4. Emissão de Pareceres.....	118
5.5. Avaliação Externa.....	100	7.5. Acompanhamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	119
5.6. Recursos Aplicados em Tecnologia da Informação.....	101	8. Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão.....	120
5.7. Contratações Mais Relevantes.....	102	8.1. Conformidade Legal para Sustentabilidade.....	121
5.8. Iniciativas Estratégicas por Macroprocesso.....	104	8.2. O Plano de Logística Sustentável.....	122
5.9. Segurança da Informação.....	104	8.3. Conformidade Legal para a Acessibilidade.....	123
5.10. Eleições para Conselhos Tutelares em 2023.....	105	8.4. Ações de Acessibilidade e Inclusão.....	124
5.11. Relacionamento Institucional.....	105	9 Demonstrações Contábeis.....	128
6. Gestão de Correições e Inspeções.....	106	9.1. Conformidade Legal.....	129
6.1. Conformidade Legal.....	107	9.2. Metodologia.....	130
6.2. Procedimentos de Autoinspeção Anual, Autoinspeção Inicial e Inspeção de Ciclo.....	108	9.3. Balanço Patrimonial.....	131
6.3. Orientação às Zonas Eleitorais e Informações à Imprensa	109	10. Declarações de Integridade.....	132
6.4. GT Mesárias e Mesários.....	109	10.1. Declaração do Contador.....	133
6.5. Capacitações e Treinamentos em 2023.....	110	10.2. Declaração - Monitoramento do PPA.....	134
6.6. Auxílio Direto aos Cartórios Eleitorais.....	111	10.3. Declaração - Execução Física e Financeira—Ações da Lei Orçamentária Anual.....	135
6.7. Produtividade no 1º Grau de Jurisdição.....	112	11. Rol de Responsáveis.....	136
6.8. Metas Nacionais.....	114		



Mensagem do Presidente

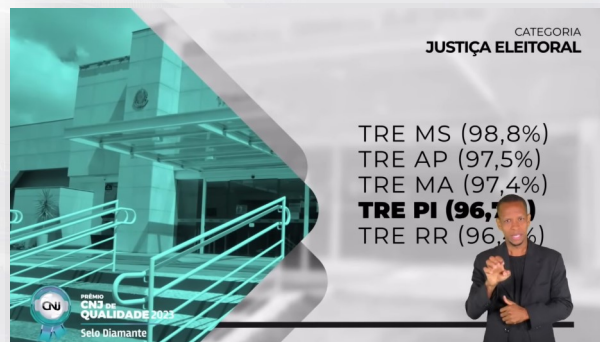
MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí apresenta o Relatório de Gestão do Exercício de 2023, sob o formato Relato Integrado, conforme orientação do Tribunal de Contas da União, no qual informa à sociedade as ações realizadas no cumprimento da missão institucional sobre a gestão de recursos orçamentários e organizacionais empregados no período.

O formato de elaboração deste documento segue os comandos e diretrizes estabelecidos na Constituição Federal (artigo 70, parágrafo único), na Instrução Normativa do TCU IN nº 84/2020, de 22 de abril de 2020, e na Decisão Normativa TCU DN nº 198/2022, de 23 de março de 2022.

Os esforços empreendidos no ano de 2023 pelas magistradas e pelos magistrados, assim como por todo o corpo funcional e força auxiliar de trabalho, permitiram que o TRE-PI fosse coroado de forma inédita pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ com o Selo Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade 2023, com a quarta melhor performance nacional dentre todos os tribunais que integram o Poder Judiciário, alcançando 96,71% da pontuação total.

Cerimônia de premiação do CNJ por ocasião do 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Salvador-BA.



Ressalta-se, nesse contexto, que a mencionada premiação foi alcançada como consequência de um esforço integrado de trabalho e constitui um importante reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça, órgão administrativo máximo da Justiça Brasileira, que coloca o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí em posição de destaque no cenário nacional. Entretanto, o verdadeiro e grande objetivo perseguido sempre foi e será a satisfação da cidadã e do cidadão piauiense com os serviços que lhes são prestados com agilidade e qualidade.

No ano de 2023 foram proferidas 8.180 sentenças e 9.071 processos tiveram encerramento de sua tramitação com baixas definitivas. Foram realizados 127.791 atendimentos no cadastro eleitoral. As Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para a Justiça Eleitoral (Metas 1, 2, 4 e 9) foram todas alcançadas, atingindo o percentual de 100%. Também o indicador de Governança de Tecnologia da Informação manteve o grau de excelência, segundo as rígidas avaliações do iGov TIC-JUD, com 92,93 pontos de avaliação de 100 pontos possíveis.

Os resultados alcançados decorreram de uma gestão austera dos recursos públicos disponibilizados para o TRE-PI, destinando importantes investimentos na qualificação de seu pessoal e em iniciativas focadas no constante aprimoramento da qualidade na prestação de serviços, sem olvidar dos aspectos relacionados à inclusão social, à acessibilidade, à sustentabilidade, no combate ao assédio e à discriminação em todas as suas interseccionalidades.

Esforços também foram empreendidos para ampliar a capilaridade no atendimento à eleitora e ao eleitor. No ano de 2023, seguindo as diretrizes da Resolução CNJ nº 508/2023, foram instalados oito Pontos de Inclusão Digital em cidades que não têm cartório eleitoral, sendo sete deles em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Estes pontos funcionam como canal de atendimento e permitem que as pessoas resolvam as principais demandas eleitorais em suas próprias cidades, permitindo conforto, economia de recursos e atendimento ágil.



Atendimento a eleitores(as) no Ponto de Inclusão Digital de Eliseu Martins.

Essas medidas, sumariamente descritas, e os respectivos resultados, denotam o firme comprometimento do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no cumprimento de sua missão institucional de contribuir para o fortalecimento da democracia como valor máximo da nação brasileira, garantindo a legitimidade do processo eleitoral.

Desembargador ERIVAN LOPES

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí



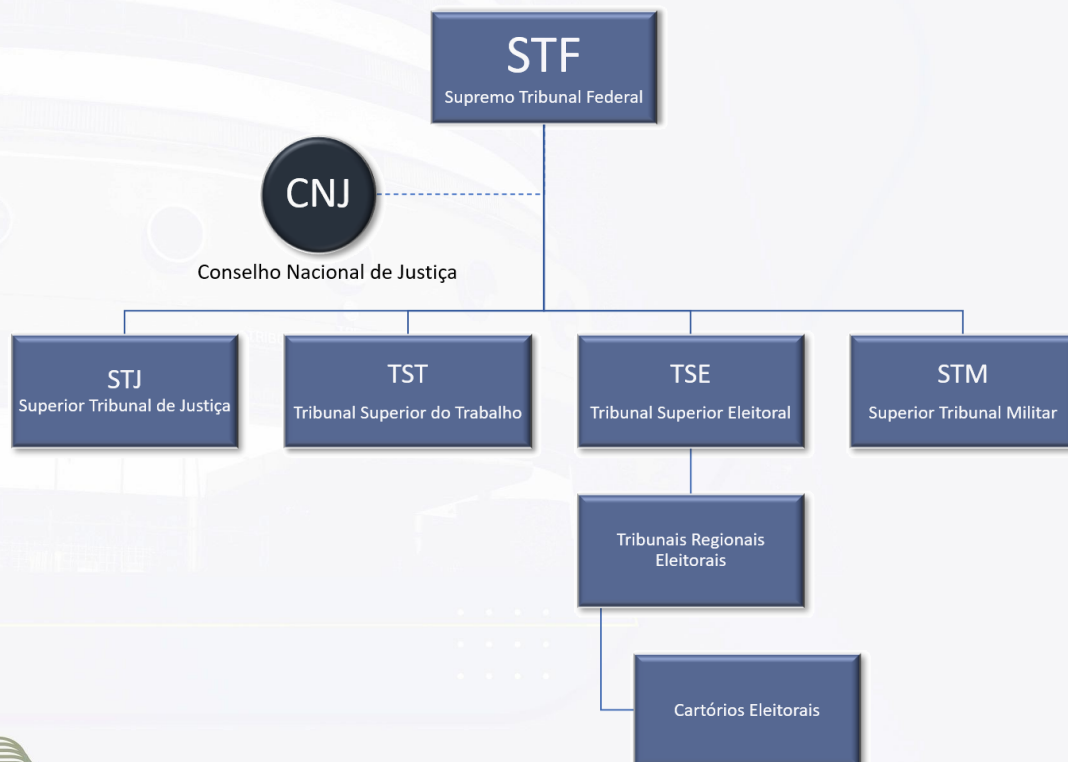
1

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1. Visão geral organizacional e ambiente externo

1.1. Sobre o TRE-PI

O TRE-PI é a unidade judiciária que atua como responsável direto na administração do processo eleitoral no Estado do Piauí, contando com os juízos eleitorais e com as juntas eleitorais, tendo o TSE como órgão máximo da Justiça Eleitoral.





1.2. Missão, Visão e Valores



MISSÃO

Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia



VISÃO

Consolidar a credibilidade na gestão do processo eleitoral



VALORES

Transparência | Comprometimento |
Inovação | Sustentabilidade | Ética |
Valorização das pessoas

1.3. Normas Direcionadoras



O TRE-PI é regido pela Constituição Federal, leis e regulamentos correlatos.



Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar.



Regulamento Interno da Secretaria do TRE-PI.



Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



O funcionamento está disciplinado no Regimento Interno, aprovado pela Resolução TRE-PI nº 107/2005 e alterações posteriores.



Regimento dos Juízos e Cartórios Eleitorais.



Código de Ética



Resoluções do Conselho nacional de Justiça (CNJ) .



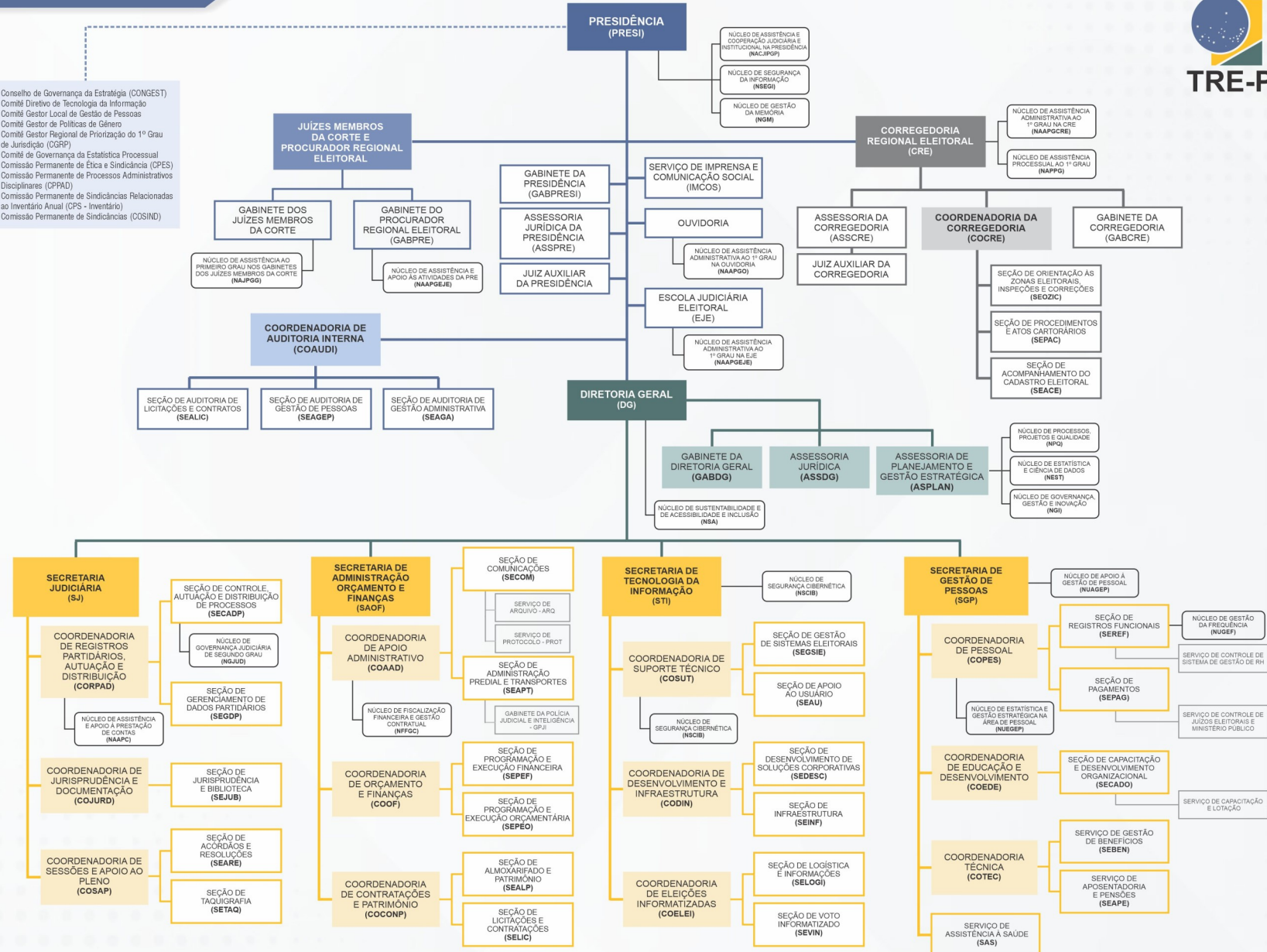
Clique [aqui](#) para ter acesso às regulamentações expedidas pelo TRE-PI

1.4. Organograma

ORGANOGRAMA DO TRE-PI



- Conselho de Governança da Estratégia (CONGEST)
- Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação
- Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas
- Comitê Gestor de Políticas de Gênero
- Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição (CGRP)
- Comitê de Governança da Estatística Processual
- Comissão Permanente de Ética e Sindicância (CPES)
- Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD)
- Comissão Permanente de Sindicâncias Relacionadas ao Inventário Anual (CPS - Inventário)
- Comissão Permanente de Sindicâncias (COSIND)



1.5. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor constitui o conjunto de macroprocessos desenvolvidos com a finalidade de agregar valor aos produtos e serviços ofertados à sociedade.

MODELO DE NEGÓCIO

NOSSOS RECURSOS

PESSOAL, INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Força de trabalho	Ações educacionais	Pessoas capacitadas
536 pessoas	34 ações	44,58% da força de trabalho

TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Disponibilidade de soluções de TI	Investimentos em TI	Capacitação em segurança da informação
95% do tempo	R\$ 13,3 milhões	87% da força de trabalho

INFRAESTRUTURA, BENS E SERVIÇOS DE APOIO

Atendimento ao eleitorado	Índice de contratações sustentáveis	Plano de Logística Sustentável
127.791 unidades físicas	56% contratações	86% da execução do PLS

ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Dotação orçamentária	Orçamento pago
R\$ 219,5 milhões	96,58%

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Acordos de cooperação vigentes	Manifestações na Ouvidoria	Satisfação dos clientes	Campanhas institucionais
34	1.396	97%	22

APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS



GERAM >>>

SEGURANÇA, INTEGRIDADE E LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

SEGURANÇA E CONFORMIDADE JURÍDICAS DO PROCESSO ELEITORAL

CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E FORTALECIMENTO DO EXERCÍCIO INCLUSIVO DA CIDADANIA

PRODUTOS >>>

127.791 cadastros eleitorais realizados
503 cadastros partidários realizados
2.621.463 de eleitorado apto a votar
575 candidaturas registradas (!)
2.438 urnas eletrônicas preparadas (!)
2.438 urnas eletrônicas distribuídas (!)
1.785 urnas eletrônicas utilizadas (!)

58 processos julgados que podem levar à perda do mandato eletivo
7.870 processos judiciais e recursos ordinários julgados
8.705 processos judiciais baixados

07 ações de cidadania e educação eleitoral realizadas
08 Pontos de Inclusão Digital instalados

RESULTADOS

18 eleições realizadas e auditadas (1)
30 diplomações (!)

01 eleição suplementar
02 eleições comunitárias (!)

704 pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania e educação eleitoral realizadas
4.910 atendimentos nos Pontos de Inclusão Digital

(!) O ano de 2023 não teve eleições oficiais. As informações se referem a eleições para os Conselhos Tutelares, para o projeto do Parlamento do Futuro e para eleições comunitárias.

IMPACTOS

Redução da corrupção

Fortalecimento da democracia

Confiança nas instituições

Execução das políticas públicas

1.6. Macroprocessos

CADEIA DE VALOR MACROPROCESSOS DE 1º NÍVEL

FINALÍSTICOS

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES E CONSULTAS POPULARES

Segurança, integridade e legitimidade do processo eleitoral

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Segurança e conformidade jurídicas do processo eleitoral

EDUCAÇÃO ELEITORAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Conscientização política e fortalecimento do exercício inclusivo da cidadania

APOIO ESTRATÉGICO E ADMINISTRATIVO

GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL

VALOR PÚBLICO GERADO

Desempenho efetivo no cumprimento da missão institucional

CADEIA DE VALOR REFERENCIAL - TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS PROCESSOS DE 2º NÍVEL

FINALÍSTICOS

VALOR PÚBLICO GERADO

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES E CONSULTAS POPULARES

1. Planejar, monitorar e avaliar eleições
2. Manter atualizados os cadastros eleitorais
3. Registrar candidaturas
4. Registrar a pesquisa de intenção de votos e organizar o horário eleitoral
5. Fiscalizar a propaganda eleitoral
6. Executar atos gerais do processo eleitoral
7. Realizar captação de votos, apuração, transmissão, totalização e divulgação dos resultados
8. Realizar auditoria das eleições
9. Analisar contas de campanha eleitoral
10. Diplomar candidaturas eleitas

Segurança, integridade e legitimidade do processo eleitoral

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

1. Realizar o processamento e o julgamento de Ações Originárias e de Recursos Judiciais
2. Realizar o Acompanhamento e o Cumprimento de Decisões Judiciais
3. Criar e gerir a jurisprudência

Segurança e conformidade jurídicas do processo eleitoral

EDUCAÇÃO ELEITORAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

1. Promover ações de cidadania e de educação eleitoral observando a diversidade e responsabilidade socioambiental
2. Promover o enfrentamento à desinformação
3. Apoiar a realização de eleições comunitárias
4. Promover a memória institucional

Conscientização política e fortalecimento do exercício inclusivo da cidadania

APOIO ESTRATÉGICO E ADMINISTRATIVO

GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL

1. Gerir estratégia, riscos e desempenho
2. Gerir pessoas, informação, conhecimento e inovação
3. Gerir tecnologia e segurança da informação
4. Gerir infraestrutura, bens e serviços de apoio
5. Gerir comunicação e relacionamento institucional
6. Gerir orçamento, finanças e contabilidade

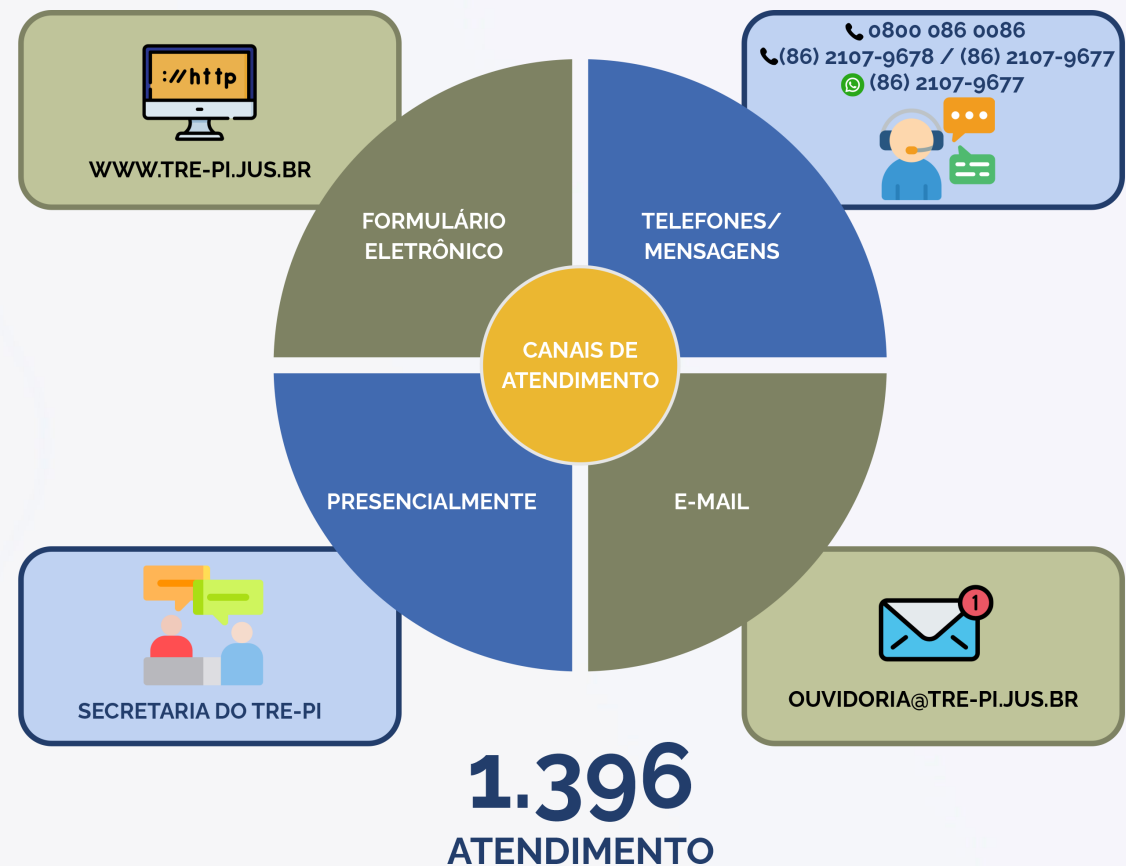
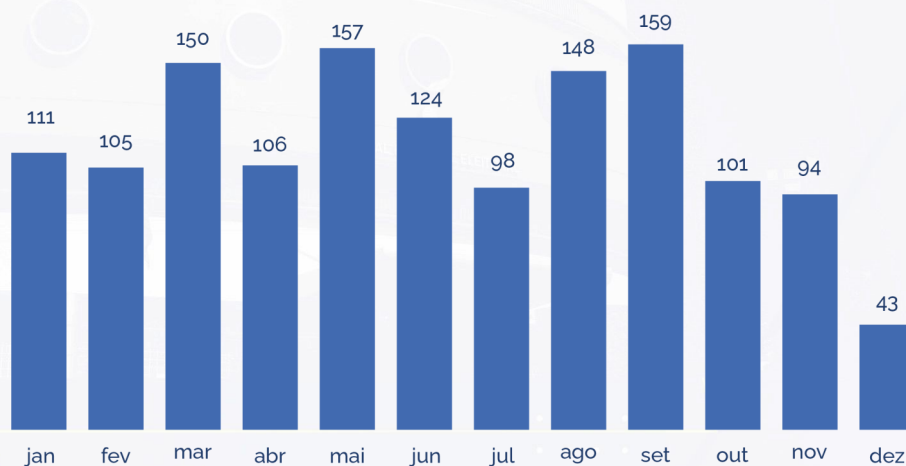
Desempenho efetivo no cumprimento da missão institucional

1.7. Canais de Atendimento à Cidadã e ao Cidadão - Ouvidoria

A Ouvidoria da Justiça Eleitoral do Piauí é um instrumento de controle e de participação social cujas atribuições, atividades e estrutura administrativa atualmente estão regidas pela [Resolução TRE-PI nº 463/2023](#) e pelo regulamento interno estabelecido na [Resolução TRE-PI nº 464/2023](#).

Dentre as atribuições da Ouvidoria está o atendimento à Lei de Acesso à Informação, por meio do Serviço de Informação a(o) Cidadã(o) – SIC vinculado a sua estrutura e o recebimento de requisições e comunicações do titular de dados pessoais, como unidade Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais no âmbito do TRE-PI.

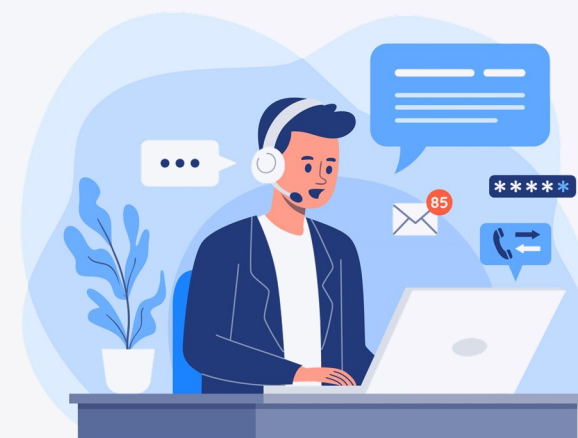
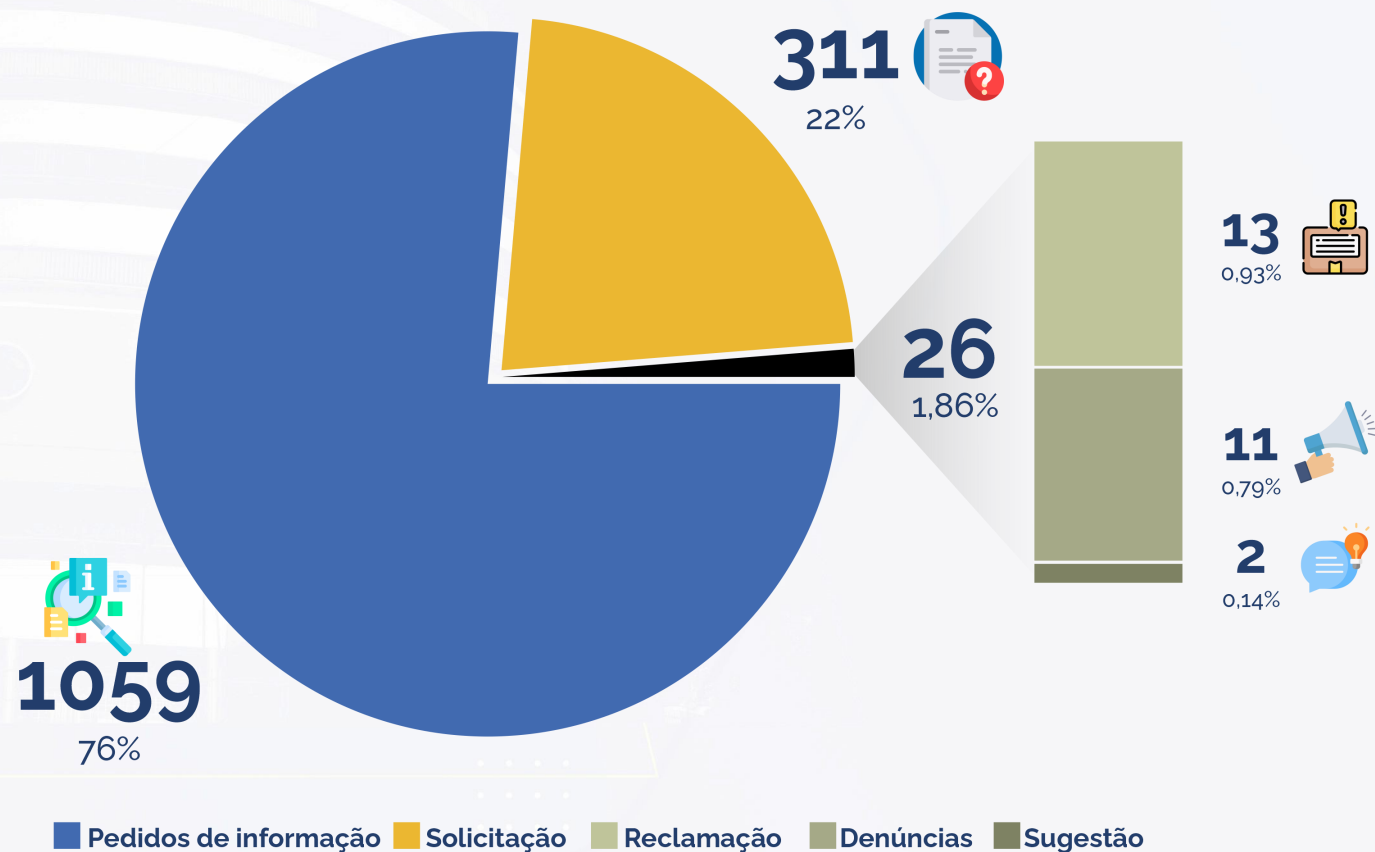
ATENDIMENTOS



1.8. Tipos de Manifestações

A Ouvidoria recebe como denúncias, reclamações, elogios, sugestões e solicitações, sendo responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, o qual atende aos pedidos de acesso à informação. Em 2023, o SIC correspondeu a 76% dos atendimentos prestados pela Ouvidoria.

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES



1.9. Temas das Manifestações

Observa-se a prevalência de demandas por informações relativas aos serviços prestados pelas Zonas Eleitorais (alistamento, transferência de domicílio, certidão de quitação). Destacam-se, ainda, as solicitações feitas por eleitores e eleitoras para confirmação de dados pessoais constantes no cadastro eleitoral, tendo em vista mensagem de divergência ao acessar os serviços disponibilizados pelo autoatendimento ao eleitor – Título Net.



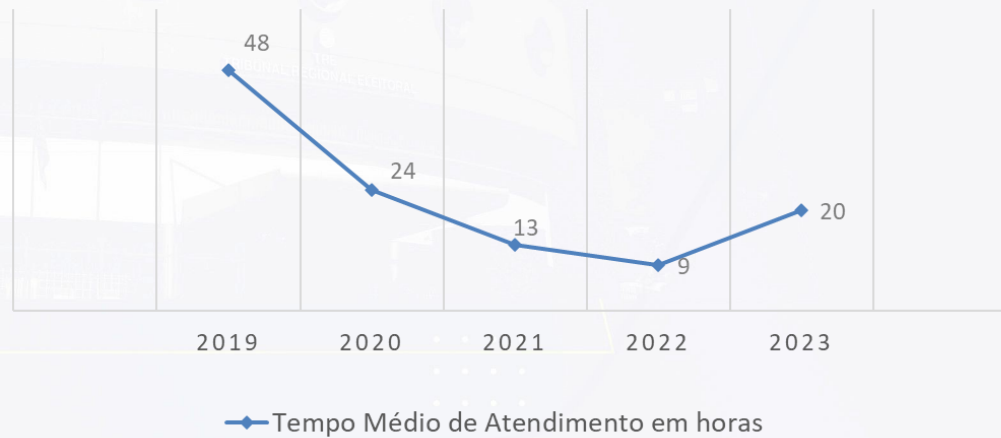
1.10. Indicadores Estratégicos

A Ouvidoria acompanha os resultados dos seguintes indicadores:

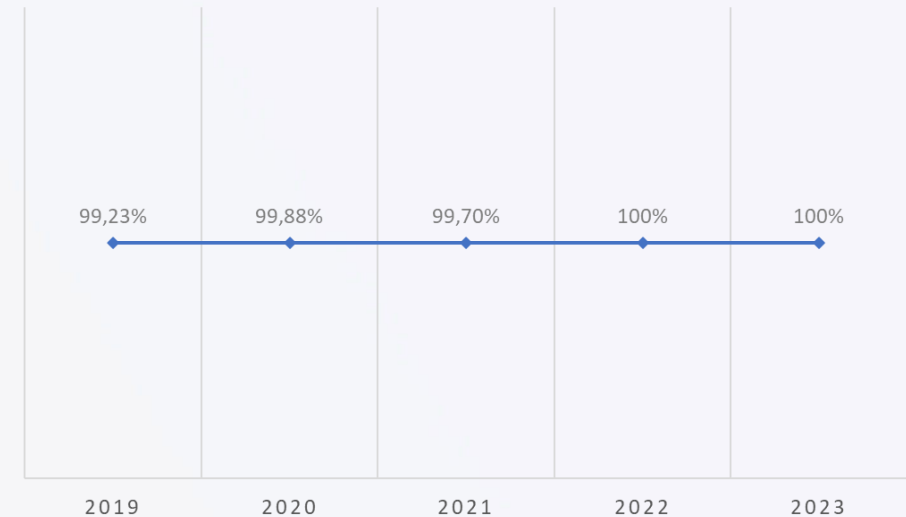
Tempo Médio de Atendimento



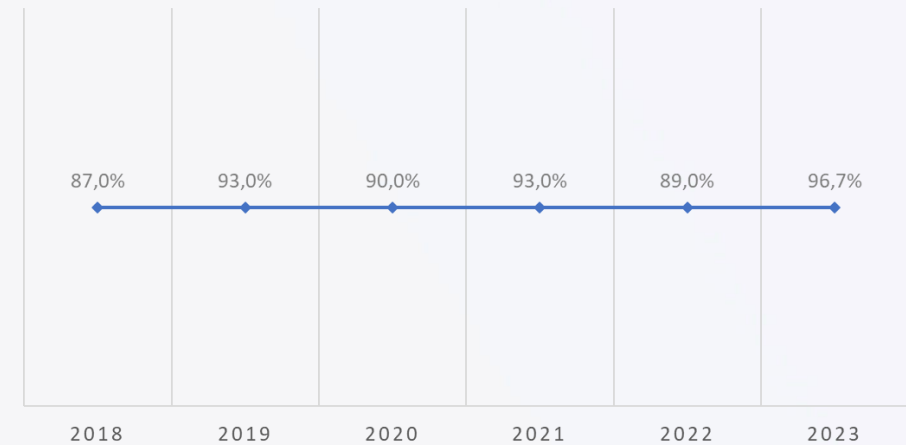
Tempo Médio do SIC



Índice de Resolubilidade



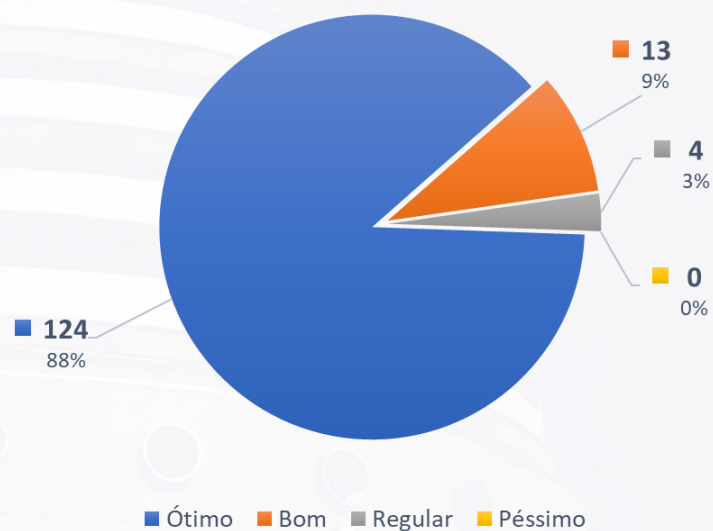
Índice de Satisfação



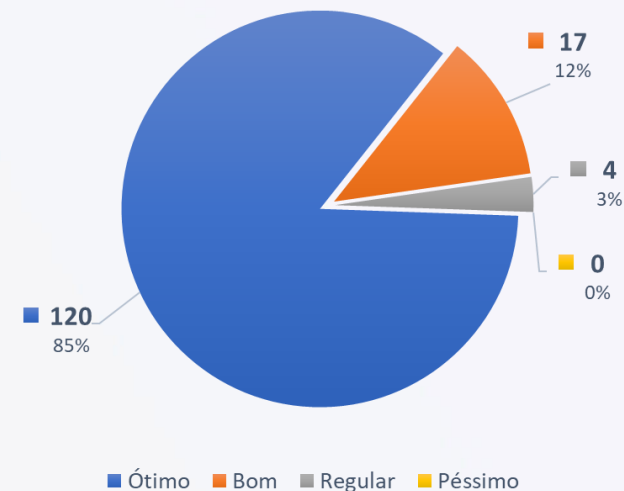
1.11. Pesquisa de Satisfação

A pesquisa de satisfação realizada com os(as) usuários(as) dos serviços da Ouvidoria obteve, em 2023, avaliações positivas com incidência relevante nos conceitos ótimo ou bom nos quesitos consultados.

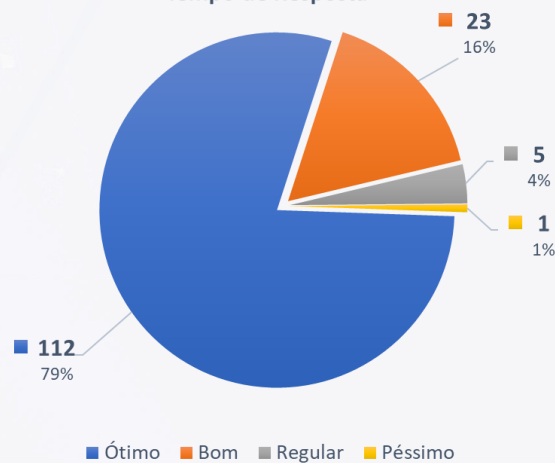
Clareza na Resposta



Qualidade da Resposta



Tempo de Resposta






1.12. Ouvidoria da Mulher

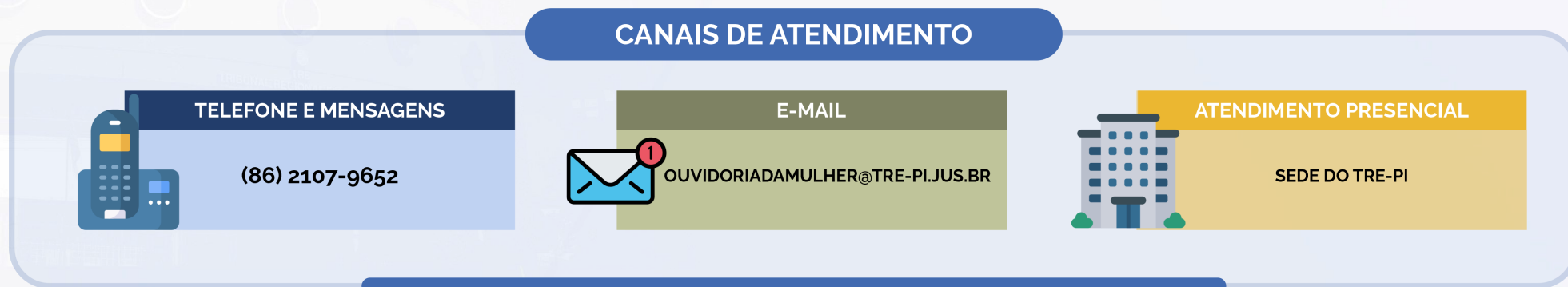
A instituição da Ouvidoria da Mulher, mediante a [Resolução TRE-PI n.º 433/2021](#), está fundamentada na adoção de ações voltadas à resolução de conflitos em sua origem, promovendo a pacificação social em consonância com as iniciativas globais estabelecidas pela Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas – ONU.

As atividades desenvolvidas consistem, sobretudo, na busca de soluções junto às demais áreas, no acompanhamento e encaminhamento das denúncias, na oferta de informações e orientações aos diversos demandantes da Ouvidoria.

Não houve denúncias no ano de 2023 de assédio moral, assédio sexual ou de discriminação.

Dentre as iniciativas relacionadas ao tema, destacam-se as publicações e a realização da [Semana de Combate ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação](#) no período de 2 a 5 de maio de 2023, com ciclo de palestras:

-  **Palestra:** Papel e Importância da Comissão de Enfrentamento e dos canais de acolhimento;
-  **Palestra:** Assédio Moral no Trabalho: Vamos falar sobre isso?
-  **Palestra:** Reflexão sobre a importância, avanços e desafios para a promoção de um ambiente de trabalho saudável nos Tribunais.



Foram desenvolvidos materiais de apoio às campanhas: Manual de Orientações sobre Atendimento; Protocolo de Atendimento; [Cartilhas sobre “Atendimento em Situações de Assédio, Discriminação e Violência Política”](#) e “O que Fazer se Você for Assediada(o) ou Discriminada(o)”.

Ainda, a Ouvidoria da Mulher forneceu informações e contribuiu com o trabalho de auditoria sobre a Política contra Assédio e Discriminação, ação coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça e em cumprimento ao previsto no plano anual de auditoria/2023, da Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUDI, cujo objetivo foi avaliar, no âmbito do Poder Judiciário, a aderência à política pública instituída pela [Resolução CNJ nº 351/2020](#), por meio do exame de conformidade com as práticas previstas na norma, tendo por base, ainda, o Modelo de Avaliação do Sistema de Prevenção e Combate ao Assédio, elaborado pelo TCU, a fim de aferir o nível de maturidade do Tribunal em relação aos eixos Institucionalização, Prevenção, Detecção e Correção do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação.





2

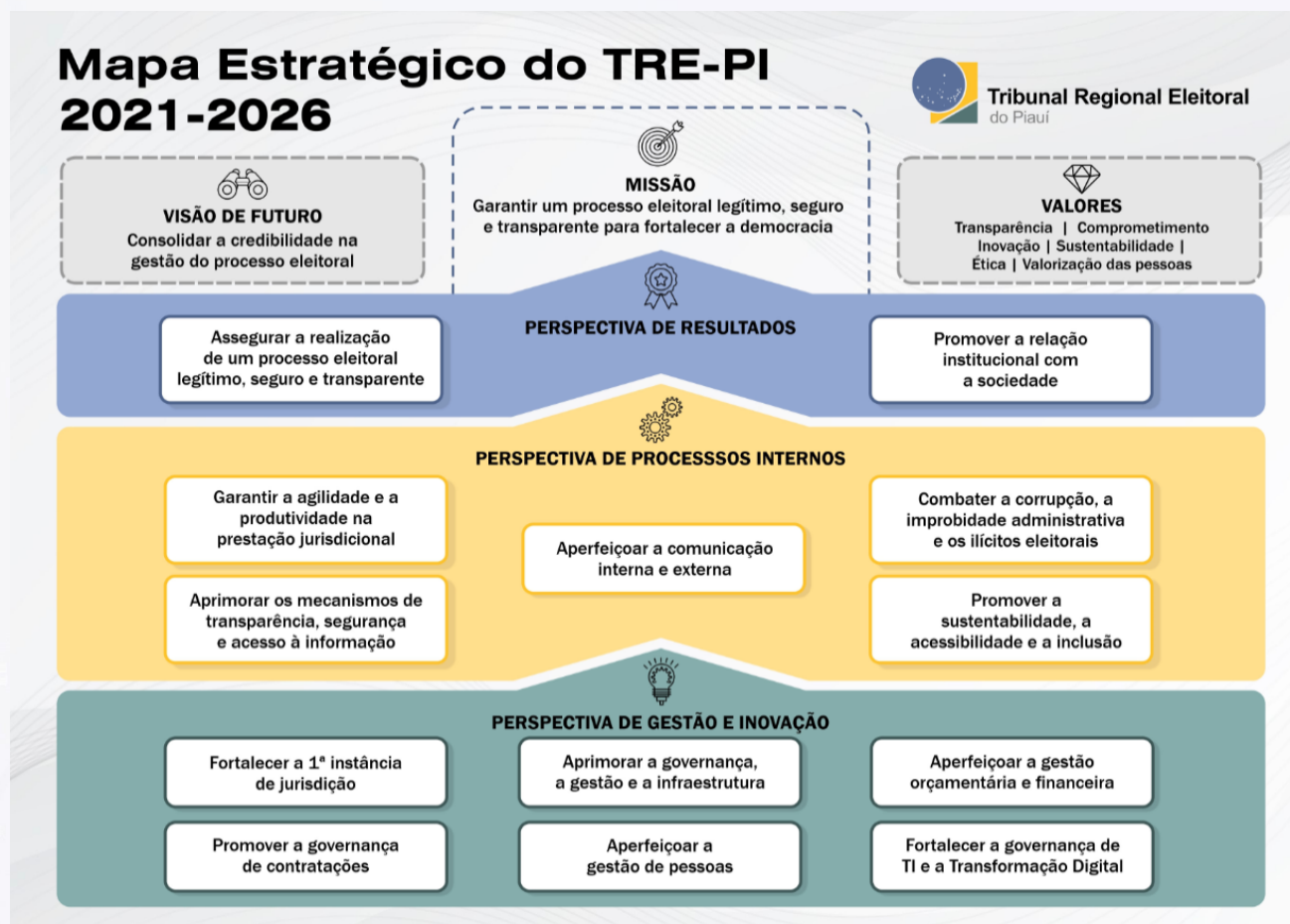
Governança, Estratégia e Desempenho

2. Governança, Estratégia e Desempenho

2.1. Plano Estratégico do TRE-PI

Com base na Resolução do CNJ nº 325/2020 o Plano Estratégico do TRE-PI foi elaborado e aprovado através da Resolução TRE-PI nº 420/2021 e posteriormente revisado com as alterações consignadas na Resolução TRE-PI nº 470/2023.

O Plano Estratégico resume a forma de atuação da instituição na busca de seus **objetivos**, movidos pelos **valores** organizacionais para alcançar a **visão de futuro** durante a execução de sua **missão**.



2.2. Perspectivas do Planejamento Estratégico

Na busca de cumprir sua missão institucional de “*garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia*”, o Plano Estratégico do TRE-PI foca seus esforços em três perspectivas:



2.3. Indicadores de Desempenho

O desempenho da execução do Plano Estratégico é feito através de indicadores que estão distribuídos em 13 objetivos estratégicos.

Os resultados são acompanhados pelo Conselho de Governança da Estratégia do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – CONGEST, instituído pela Resolução TRE-PI nº 382/2020, em encontros trimestrais para a Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE).

Em 2023 os indicadores de produtividade jurisdicional foram alinhados à metodologia de apuração do CNJ bem como às respectivas metas, de modo a permitir o acompanhamento do desempenho sob a ótica da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.



2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Resultados

Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente



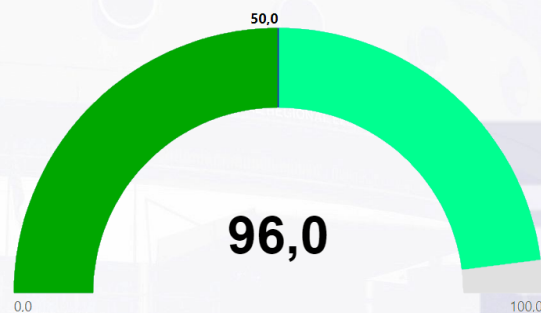
O indicador é medido somente a cada ciclo de realização de eleições.

Perspectiva Resultados

Promover a relação institucional com a sociedade

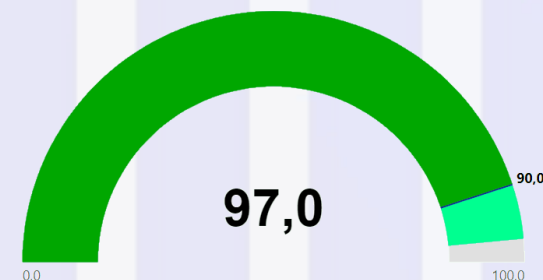


Índice de Satisfação do Usuário com os Serviços Prestados pelo TRE-PI



- Polaridade: quanto maior melhor
- Meta para 2023: 50%
- Desempenho: 96% (Cumprido)

Índice de Satisfação com o Atendimento Prestado pela Ouvidoria



- Polaridade: quanto maior melhor
- Meta para 2023: 90%
- Desempenho: 97% (Cumprido)

2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Processos Internos

Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional



Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau



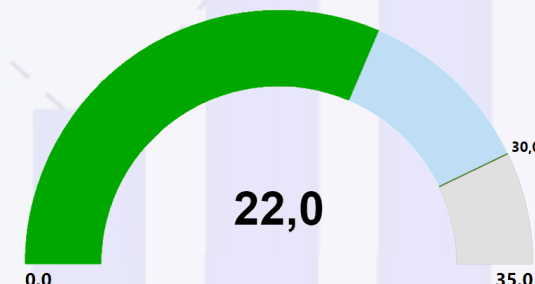
🔄 **Polaridade:** quanto maior melhor
 📈 **Meta para 2023:** 100%
 📊 **Desempenho:** 100% (Cumprido)

Índice de Atendimento à Demanda no 2º Grau



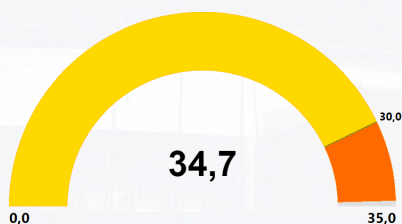
🔄 **Polaridade:** quanto maior melhor
 📈 **Meta para 2023:** 100%
 📊 **Desempenho:** 100% (Cumprido)

Taxa de Congestionamento Líquida no 1º Grau



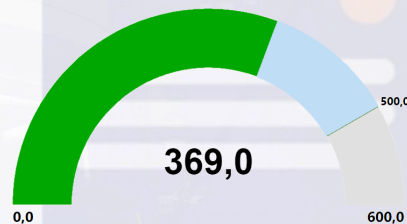
🔄 **Polaridade:** quanto menor melhor
 📈 **Meta para 2023:** 30%
 📊 **Desempenho:** 22% (Cumprido)

Taxa de Congestionamento Líquida no 2º Grau



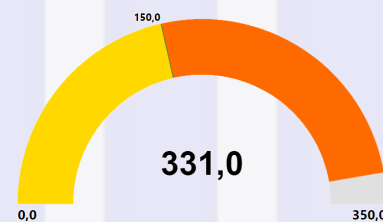
🔄 **Polaridade:** quanto menor melhor
 📈 **Meta para 2023:** 30%
 📊 **Desempenho:** 34,7% (Parcial)

Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes no 1º Grau



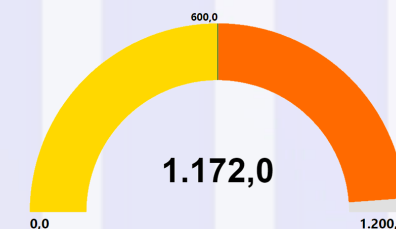
🔄 **Polaridade:** quanto menor melhor
 📈 **Meta para 2023:** 500 dias
 📊 **Desempenho:** 369 dias (Cumprido)

Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes no 2º Grau



🔄 **Polaridade:** quanto menor melhor
 📈 **Meta para 2023:** 150 dias
 📊 **Desempenho:** 331 dias (Parcial)

Tempo Médio das Ações Penais



🔄 **Polaridade:** quanto menor melhor
 📈 **Meta para 2023:** 600 dias
 📊 **Desempenho:** 1.172 dias (Parcial)

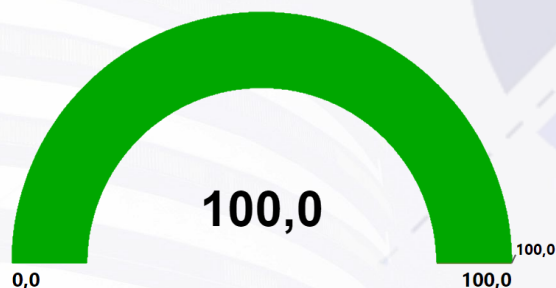
2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Processos Internos

Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

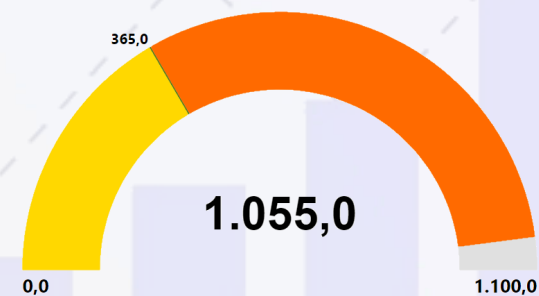


Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados



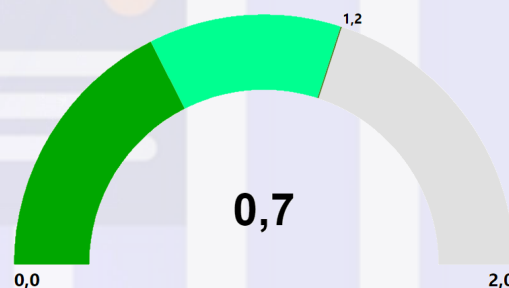
↻ **Polaridade:** quanto maior melhor
 📈 **Meta para 2023:** 50%
 📊 **Desempenho:** 100% (Cumprido)

Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais



↻ **Polaridade:** quanto menor melhor
 📈 **Meta para 2023:** 365 dias
 📊 **Desempenho:** 1.055 dias (Parcial)

Índice de Prescrição



↻ **Polaridade:** quanto menor melhor
 📈 **Meta para 2023:** 1,2%
 📊 **Desempenho:** 0,7% (Cumprido)

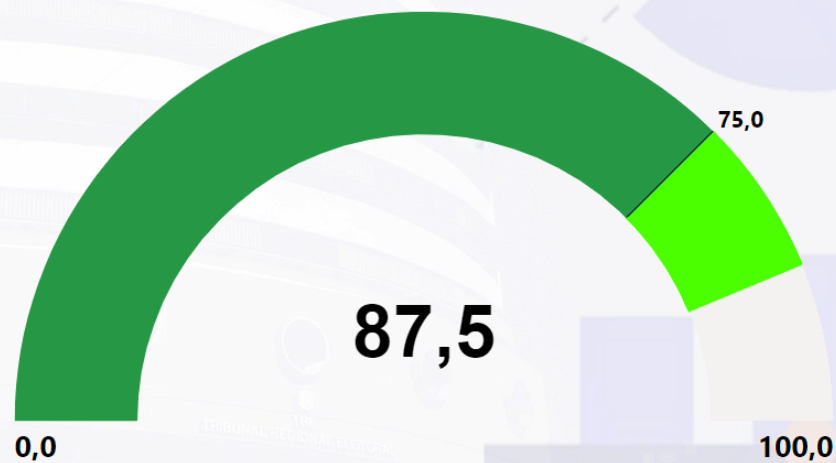
2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Processos Internos

Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação

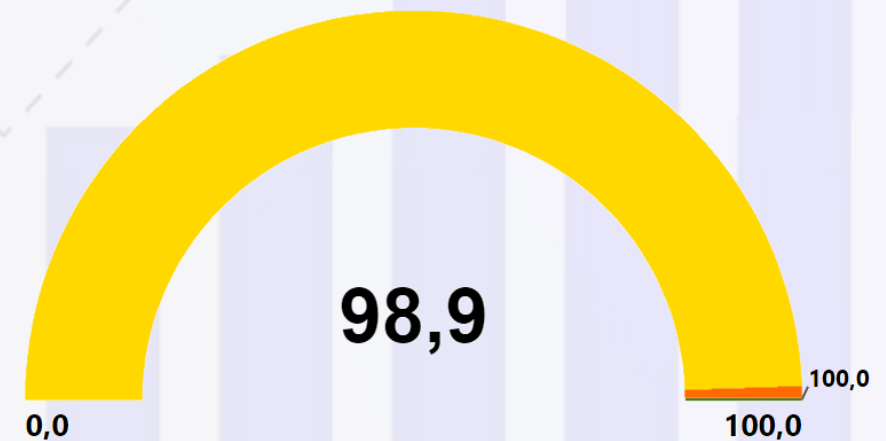


Índice de Aderência à Política de Segurança da Informação



Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2023: 75%
Desempenho: 87,5% (Cumprido)

Índice de Transparência



Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2023: 100%
Desempenho: 98,9% (Parcial)

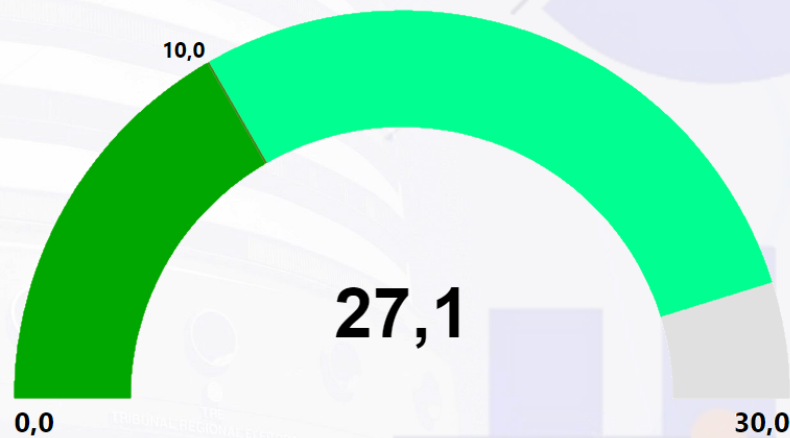
2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Processos Internos

Aperfeiçoar a comunicação interna e externa

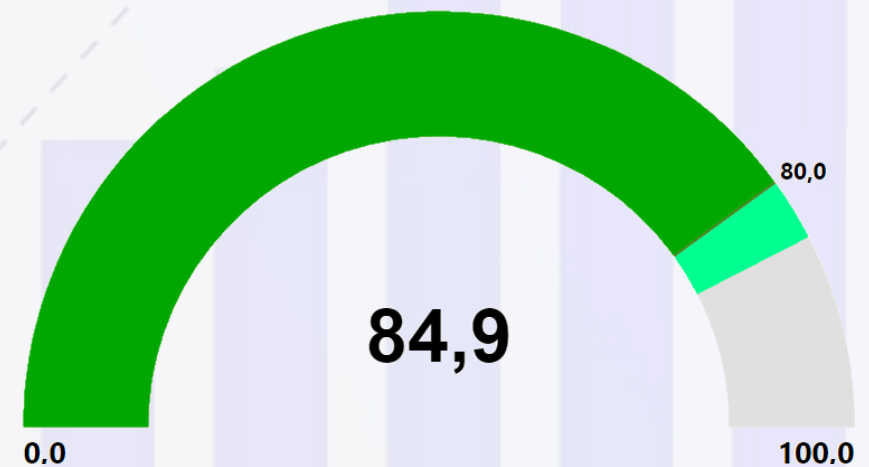


Índice de Notícias do TRE-PI



🔄 **Polaridade:** quanto maior melhor
 📈 **Meta para 2023:** 10%
 📊 **Desempenho:** 27,1% (Cumprido)

Índice de Satisfação com a Comunicação Interna



🔄 **Polaridade:** quanto maior melhor
 📈 **Meta para 2023:** 80%
 📊 **Desempenho:** 84,9% (Cumprido)

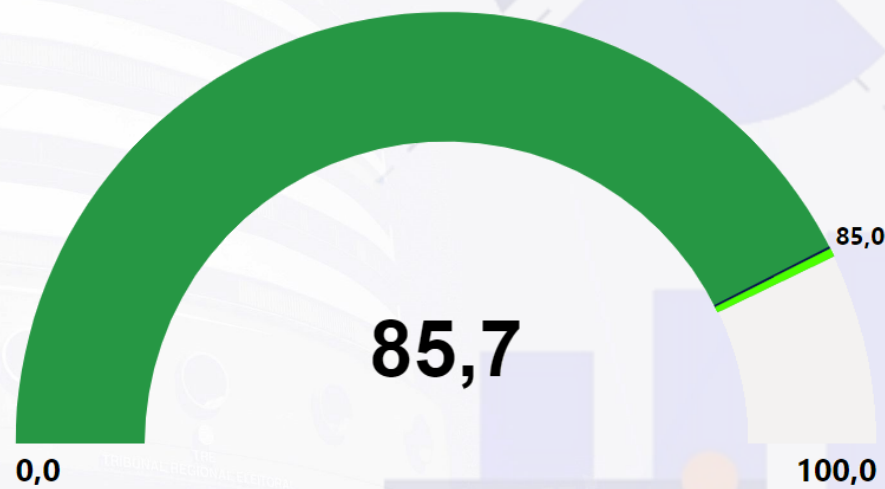
2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Processos Internos

Promover a Sustentabilidade e a Acessibilidade

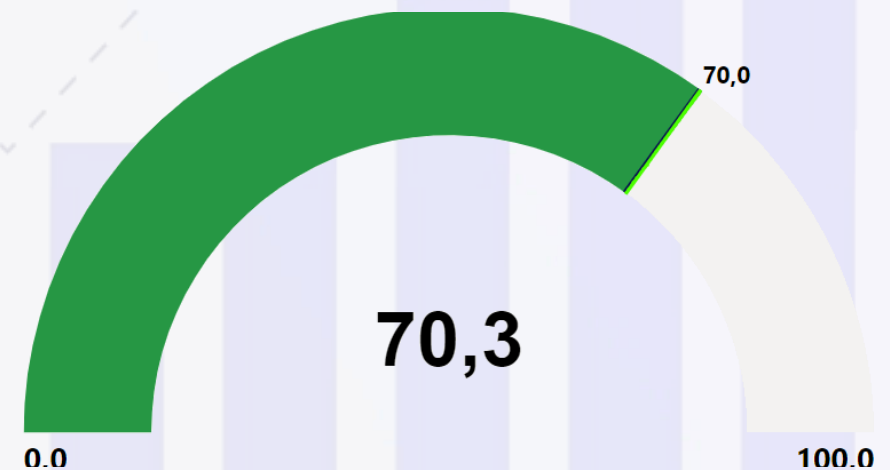


Índice de Alcance das Metas Socioambientais



- 🔄 **Polaridade:** quanto maior melhor
- 🎯 **Meta para 2023:** 85%
- 📊 **Desempenho:** 85,7% (Cumprido)

Índice de Acessibilidade



- 🔄 **Polaridade:** quanto maior melhor
- 🎯 **Meta para 2023:** 70,3%
- 📊 **Desempenho:** 70,0% (Cumprido)

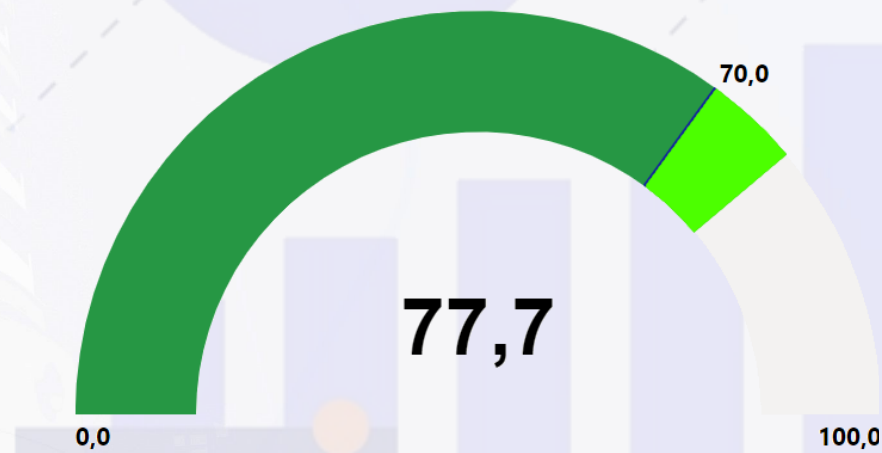
2.3.1. Indicadores de Desempenho




Perspectiva Gestão e Inovação

Fortalecer a 1ª instância de jurisdição



Taxa de Adequação das Instalações Físicas dos Cartórios Eleitorais



-  **Polaridade:** quanto maior melhor
-  **Meta para 2023:** 70%
-  **Desempenho:** 77,7% (Cumprido)

2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Gestão e Inovação

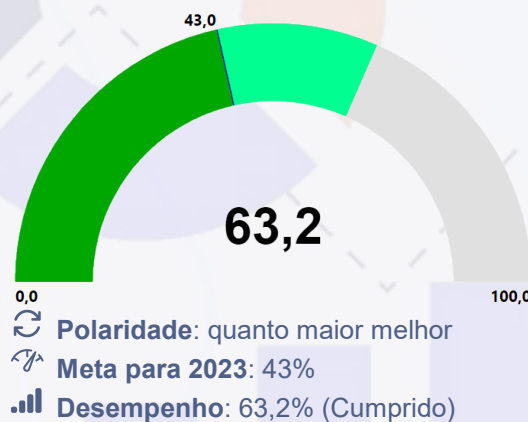
Aprimorar a governança, a gestão e a infraestrutura



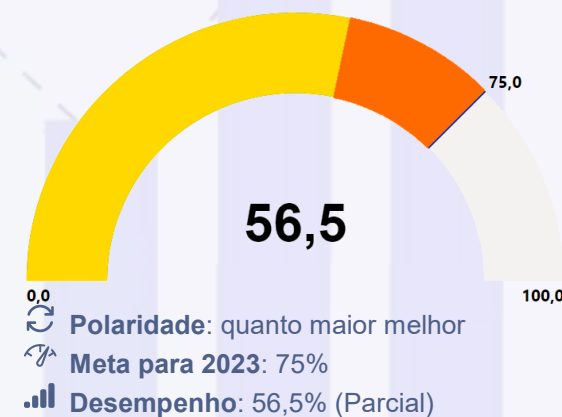
Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade no Eixo Governança



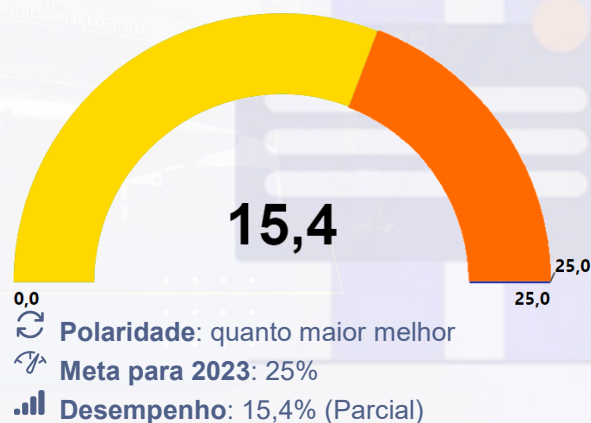
Índice de Governança Organizacional Pública (iGG)



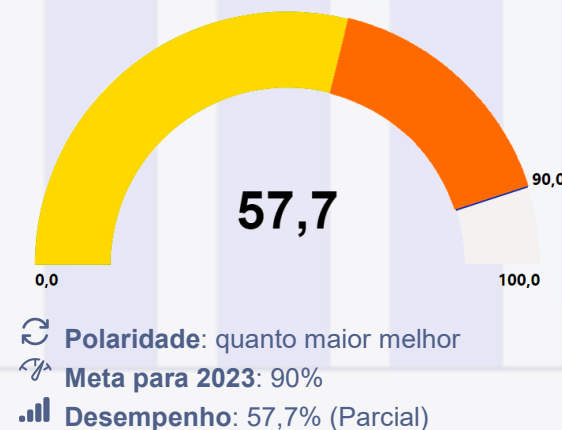
Índice de Cumprimento das Recomendações de Auditoria



Índice de Cumprimento das Inspeções de Ciclo



Taxa de Condições Adequadas de Segurança



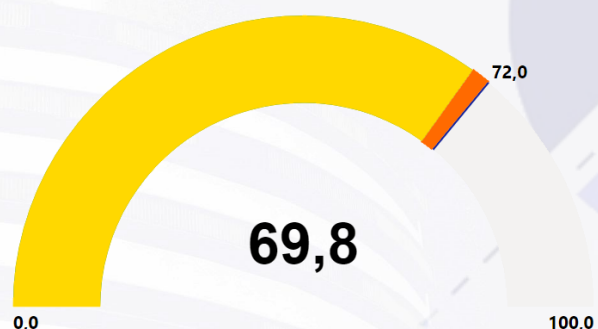
2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Gestão e Inovação

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

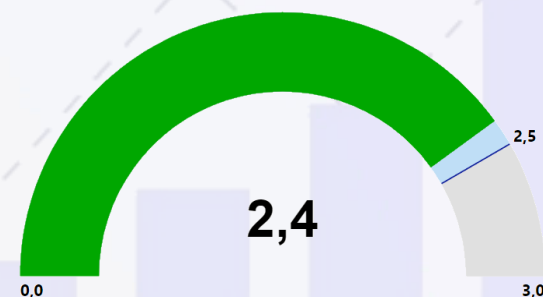


Índice de Aderência Orçamentária



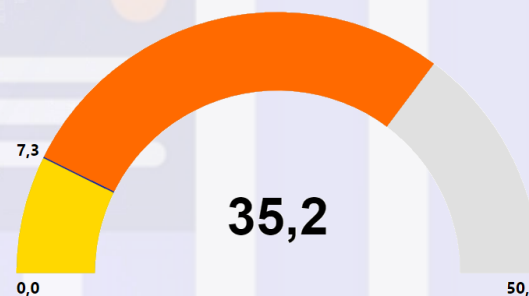
🔄 **Polaridade:** quanto maior melhor
 📈 **Meta para 2023:** 72%
 📊 **Desempenho:** 69,8% (Parcial)

Índice de Perdas Orçamentárias



🔄 **Polaridade:** quanto menor melhor
 📈 **Meta para 2023:** 2,5%
 📊 **Desempenho:** 2,4% (Cumprido)

Índice de Inscrição em Restos a Pagar



🔄 **Polaridade:** quanto menor melhor
 📈 **Meta para 2023:** 7,3%
 📊 **Desempenho:** 35,2% (Parcial)

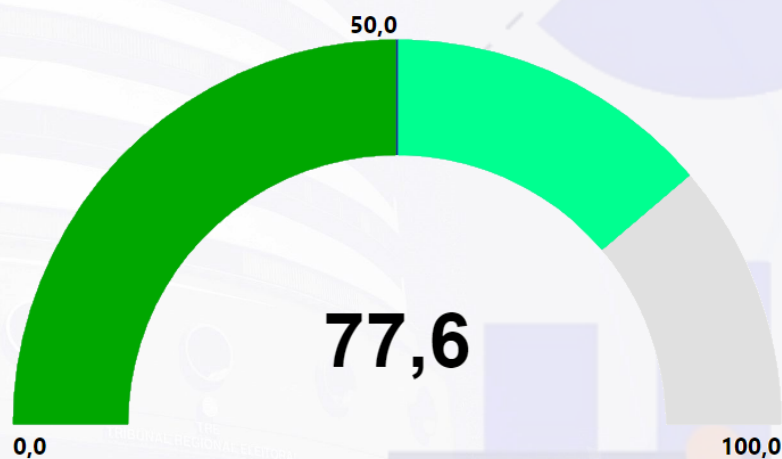
2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Gestão e Inovação

Promover a governança de contratações

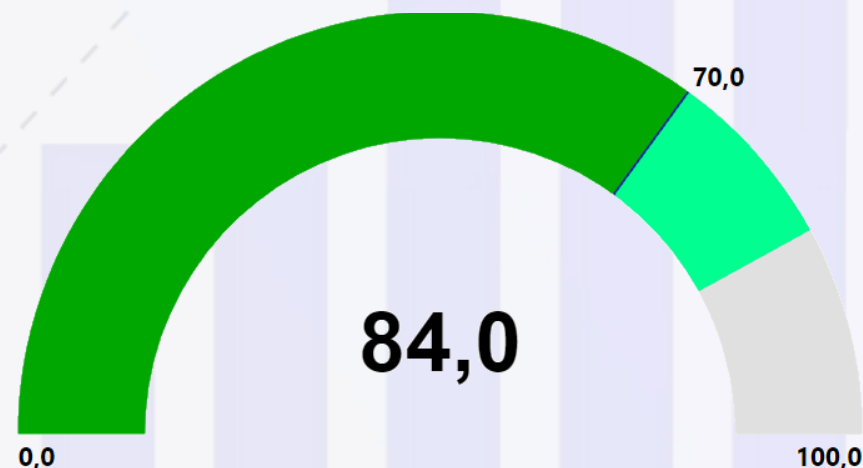


Índice de Governança de Contratações
(iGovContrat)



↻ **Polaridade:** quanto maior melhor
 📈 **Meta para 2023:** 50%
 📊 **Desempenho:** 77,6% (Cumprido)

Índice de Aderência ao Plano de
Contratações Anual



↻ **Polaridade:** quanto maior melhor
 📈 **Meta para 2023:** 70%
 📊 **Desempenho:** 84,0% (Cumprido)

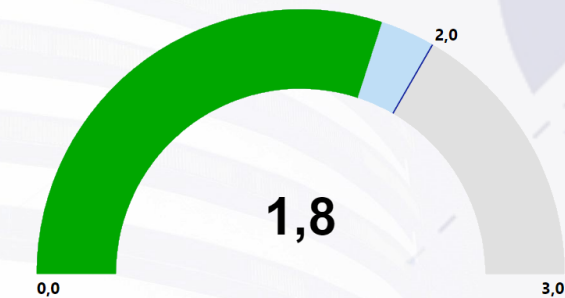
2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Gestão e Inovação

Aperfeiçoar a gestão de pessoas

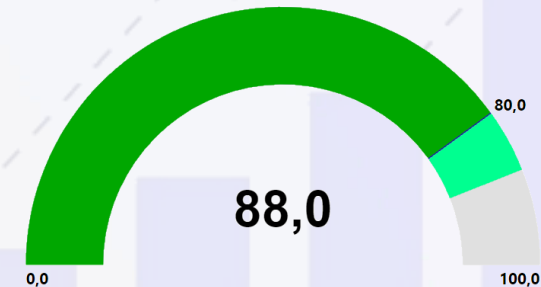


Índice de Absenteísmo



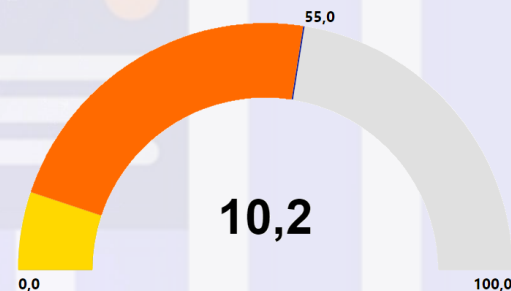
↻ **Polaridade:** quanto menor melhor
 🎯 **Meta para 2023:** 2,0%
 📊 **Desempenho:** 1,8% (Cumprido)

Índice de Qualidade de Vida no Trabalho



↻ **Polaridade:** quanto maior melhor
 🎯 **Meta para 2023:** 80%
 📊 **Desempenho:** 88% (Cumprido)

Índice de Governança de Pessoas (iGovPessoas)



↻ **Polaridade:** quanto maior melhor
 🎯 **Meta para 2023:** 55%
 📊 **Desempenho:** 10,2% (Parcial)

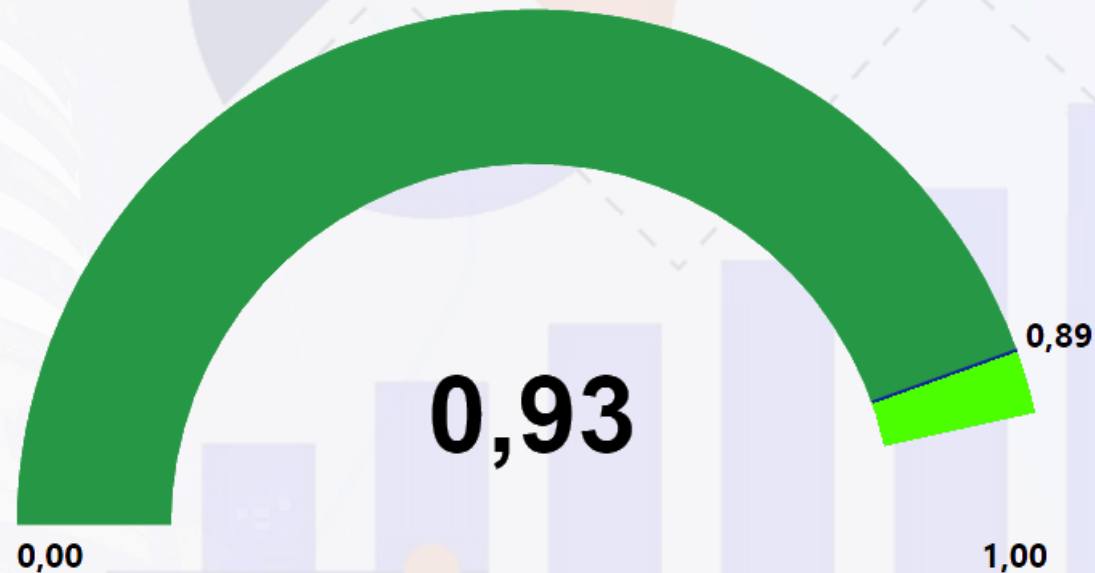
2.3.1. Indicadores de Desempenho

Perspectiva Gestão e Inovação

Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital



iGovTIC-JUD



- Polaridade: quanto maior melhor
- Meta para 2023: 0,89
- Desempenho: 0,93 (Cumprido)

2.4. Resultado da Gestão

Perspectiva de Resultado

Objetivo Estratégico:

Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente

Iniciativa	Resultados
Eleições suplementares	<ul style="list-style-type: none"> Realização de Eleição Suplementar no município de São Lourenço do Piauí, pertencente à 13ª Zona Eleitoral para a escolha de Prefeito e de Vice-Prefeito. Realização de Eleições Comunitárias para o Conselho Tutelar
Manutenção corretiva de Urnas Eletrônicas	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção corretiva de 1194 urnas eletrônicas em face da realização de procedimentos de testes exaustivos de funcionamento dos equipamentos.
Atualização do parque de equipamentos de coleta biométrica	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de 185 kits biométricos licitados pelo TSE, por meio de descentralização orçamentária, com vistas a substituir equipamentos obsoletos.
Planejamento e Avaliação do Programa das Eleições 2024	<ul style="list-style-type: none"> Realizado o planejamento integrado das Eleições 2024, com a aprovação do programa Eleições 2024.

2.4. Resultado da Gestão

Perspectiva de Resultado

Objetivo Estratégico:

Promover a relação institucional com a sociedade

Iniciativa	Resultados
Promover a educação política, cidadania e Sistema Político Brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> Realização de curso de extensão sobre “Educação Política, Cidadania e Sistema Político Brasileiro” pactuando Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Uruçuí com inscrição de 77 pessoas sendo que 23 concluíram o ciclo do curso.
Realização de Eleições para Conselheiros Tutelares em todos os municípios do Estado do Piauí	<ul style="list-style-type: none"> Prestação de suporte à realização das eleições dos Conselhos Tutelares nos 224 municípios do Estado. Para o evento, que ocorre em todo o país, a cada 4 anos, foram preparadas 2.232 urnas para votação de aproximadamente 2.600.000 eleitores no do Piauí. Treinamento de todas as pessoas indicadas pelas Comissões Eleitorais dos Conselhos Tutelares para prestar apoio técnico em cada município onde foram realizadas as eleições para os Conselhos Tutelares
Apoio à realização do projeto Parlamento do Futuro	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização de infraestrutura necessária para a realização das eleições do Projeto Parlamento do Futuro, em parceria com a Escola Eleitoral do Piauí (ELEPI) e Secretaria de Educação do Estado do Piauí.
Doação de bens de TI	<ul style="list-style-type: none"> Doação de 191 microcomputadores, 171 monitores, 67 notebooks, 36 impressoras laser, 17 impressoras matriciais, 110 estabilizadores e 74 no-breaks, três switches.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Processos Internos



Objetivo Estratégico:

Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional

Iniciativa	Resultados
Criação de Grupo de Apoio Remoto aos Cartórios Eleitorais	<ul style="list-style-type: none"> Oferta de apoio à tramitação de processos no 1º Grau de Jurisdição com a força de trabalho adicional dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho. Regulamentação da equipe pela <u>Portaria Conjunta TRE-PI nº 003/2023</u>. 3.425 processos foram movimentados no período de abril a dezembro pela equipe.
Formação de grupo de trabalho para análise de prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> Na vigência do Plano de Ação foram realizados 406 pareceres de diligências e pareceres conclusivos. Redução da carteira de processos pendentes.
Acompanhamento periódico dos indicadores de produtividade jurisdicional	<ul style="list-style-type: none"> Prolatadas 8.180 sentenças. Baixa definitiva de 9.071 processos;

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Processos Internos



Objetivo Estratégico:

Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

Iniciativa	Resultados
Monitoramento especial dos Processos Criminais Eleitorais	<ul style="list-style-type: none"> Redução da carteira de processos criminais eleitorais em 70 processos no ano de 2023.
Projeto Educação Política, Cidadania e Sistema Político Brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> Realizado curso de extensão com 9 palestras de professores com mestrado ou doutorado para alunos do ensino médio do município de Uruçuí em parceria com a Universidade Federal do Piauí. Apresentados trabalhos de conclusão do curso com a apresentação de cartilha e anteprojeto de resolução da Câmara Municipal de Uruçuí, instituindo o programa “Jovem Vereador”. Certificação de 23 concludentes do curso.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Processos Internos



Objetivo Estratégico:

Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação

Iniciativa	Resultados
Modernização do Balcão Virtual	<ul style="list-style-type: none"> Abertura de canal centralizado para o Balcão Virtual dando efetividade à ferramenta de atendimento virtual às pessoas.
Modernização da publicação de resoluções e de portarias	<ul style="list-style-type: none"> Conversão dos regulamentos de resoluções e de portarias em formato HTML, facilitando a consulta de normas. Vinculação do relacionamento dos normativos.
Implementação da Gestão de identidade e Controle de Acesso no âmbito do TRE-PI	<ul style="list-style-type: none"> Implementadas melhorias relativas à segurança da informação (bloqueio automático de estações de trabalho, Adoção de modelo de Controle baseado em funções—RBAC, Registro de logs, aplicação de data de expiração de credenciais, implementação de criptografia no tráfego de credenciais de acesso, desabilitação de contas inativas, etc).
Implantação da plataforma KnowBe4	<ul style="list-style-type: none"> Realizadas a 3ª e a 4ª Temporadas do curso em Segurança Cibernética, com a capacitação de servidores, magistrados, terceirizados e estagiários, com um total de 360 concludentes considerando todas as etapas.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Processos Internos



Objetivo Estratégico:

Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação

Iniciativa	Resultados
Implantação da Solução de Autenticação por múltiplos Fatores—MFA	<ul style="list-style-type: none">Implementação de solução de autenticação por múltiplos fatores para todos os usuários do TRE-PI, proporcionando maior segurança de dados do TRE-PI.
Atualização dos dados do Sítio Eletrônico do TRE-PI	<ul style="list-style-type: none">Revisadas e atualizado o conteúdo disponibilizado pela Secretaria Judiciária no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí na Internet, com a implementação de melhorias, para ajuste da redação à linguagem inclusiva e melhoria do acesso aos conteúdos.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Processos Internos



Objetivo Estratégico:

Aperfeiçoar a comunicação interna e externa

Iniciativa	Resultados
Criação da Agenda Institucional Compartilhada	<ul style="list-style-type: none"> • Transparência na programação e realização de eventos, com a publicidade da agenda de compromissos na Internet. • Publicidade na agenda dos(as) dirigentes do TRE-PI.
Investimentos em Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação de procedimentos de segurança da informação. • Realização de evento sobre Segurança da Informação para conscientizar servidores(as) acerca do tema. • Publicação de Cartilha de Gestão de Identidade e Controle de Acesso Físico e Lógico.
Livro: 90 anos da Justiça Eleitoral no Piauí - desafios e perspectivas	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de livro que aborda os desafios e as perspectivas da Justiça Eleitoral no Piauí ao longo de seus 90 anos de existência, contando com a participação de 60% de autoras e 40% de autores, de forma de promover a diversidade de perspectivas e vivências e a representatividade na produção acadêmica.
Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Veiculação de 366 matérias jornalísticas, 516 publicações em redes sociais, produção de 21 vídeos, todos com recursos de acessibilidade. • Concessão de 24 entrevistas. • 150 reportagens publicadas na imprensa a partir de publicações do TRE-PI.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Processos Internos



Objetivo Estratégico:

Promover a sustentabilidade e acessibilidade

Iniciativa	Resultados
Envolvimento dos(as) gestores(as) e de servidores(as) na execução do Plano de Logística Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Realização de evento para disseminar as políticas e diretrizes do Plano de Logística Sustentável com os(as) Chefes de Cartório e gestores(as) e servidores da Secretaria do TRE-PI.. Capacitação de servidores(as) para a realização do inventário de impacto dos gases de efeito estufa.
Operação do sistema de geração de energia fotovoltaica	<ul style="list-style-type: none"> Colocação em funcionamento de 15 usinas de energia elétrica fotovoltaica com o rateio da geração de energia com os prédios dos Cartórios Eleitorais. Promoção do uso de energias renováveis. Redução de despesas com pagamento de fatura de energia elétrica.
Capacitação de servidores(as)	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação em linguagem Libras. Capacitação em gestão ambiental Capacitação para o relacionamento com pessoas em situação de rua.
Comemoração ao Dia do Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Participação no congresso de educação Ambiental promovido pela Secretaria Municipal do Meio ambiente, expondo as ações executadas pelo TRE-PI quanto à Sustentabilidade. Realização de evento comemorativo com treinamento sobre compostagem para servidores, distribuição de adubos orgânicos, distribuição de mudas e realização de feira verde para os servidores, visando atendimento aos ODS da Agenda 2030 da ONU.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Gestão e Inovação



Objetivo Estratégico:

Fortalecer a primeira instância de jurisdição

Iniciativa	Resultados
Direcionamento de apoio à gestão processual do 1º Grau	<ul style="list-style-type: none">Direcionamento da força de trabalho da equipe do Núcleo de Apoio Processual ao Primeiro Grau de Jurisdição para atuar em parceria com o Grupo de Apoio Remoto aos Cartórios Eleitorais.
Manutenção Preventiva e Corretiva—CFTV	<ul style="list-style-type: none">Conclusão do projeto de Manutenção preventiva e corretiva do sistema de segurança iniciado em 2022, atendendo a 100% das zonas eleitorais.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Gestão e Inovação



Objetivo Estratégico:

Aprimorar a governança, a gestão e a infraestrutura

Iniciativa	Resultados
Modernização do cabeamento estruturado dos prédios da Secretaria do TRE-PI	<ul style="list-style-type: none"> Investimento na modernização dos cabeios de dados, voz e vídeo e do sistema de baixa e média tensão, com parte da execução do Contrato TRE-PI nº 62/2022.
Reformas e manutenções prediais	<ul style="list-style-type: none"> Conclusão de intervenções elétricas, hidráulicas, lógicas e de pintura em 21 prédios de posse do TRE-PI.
Atualização do Sistema Operacional dos computadores	<ul style="list-style-type: none"> Atualização dos computadores com o Sistema Operacional Windows 7 para Windows 10.
Contratação de sistema para gerenciamento da estratégia	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de software para gerenciamento de riscos, projetos e processos (SCOPI).

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Gestão e Inovação



Objetivo Estratégico:

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Iniciativa	Resultados
Operação das Usinas Fotovoltaicas	<ul style="list-style-type: none"> • Início de operação das 15 usinas fotovoltaicas instaladas nos prédios dos Cartórios do TRE-PI, favorecendo a redução de despesas no pagamento de faturas de energia elétrica.
Se liga e Desliga	<ul style="list-style-type: none"> • Início do projeto Se Liga e Desliga, com o aprimoramento dos registros do sistema de gastos e elaboração de painel de BI para monitoramento do consumo de energia pelos prédios da Justiça Eleitoral do Piauí. • Instituição de Prêmio para estímulo à redução do consumo de energia.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Gestão e Inovação



Objetivo Estratégico:

Promover a governança de contratações

Iniciativa	Resultados
Revisão dos procedimentos de contratação	<ul style="list-style-type: none"> Os processos de contratação passaram a ser realizados com base na Nova Lei das Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021).
Regulamentação do Processo de Publicação de Artefatos de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> Regulamentado o processo de publicação de Artefatos de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação com a publicação da Portaria TRE-PI nº 452/2023.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Gestão e Inovação



Objetivo Estratégico:

Aperfeiçoar a gestão de pessoas

Iniciativa	Resultados
Felicidade no Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Execução de medidas para a melhoria da felicidade no Trabalho. Melhoria do indicador de Felicidade no trabalho de 86,1% para 88,0%.
Implantação de ação continuada em saúde bucal no TRE-PI	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de novo gabinete odontológico. Realização de Exames médicos periódicos odontológicos. Reativação da assistência odontológica direta para os servidores. Elaboração do portal de assistência odontológica.
Melhoria de sistemas	<ul style="list-style-type: none"> Atualização do sistema de Remoções. Atualizações do Espaço do Servidor.

2.4. Resultado da Gestão



Perspectiva de Gestão e Inovação



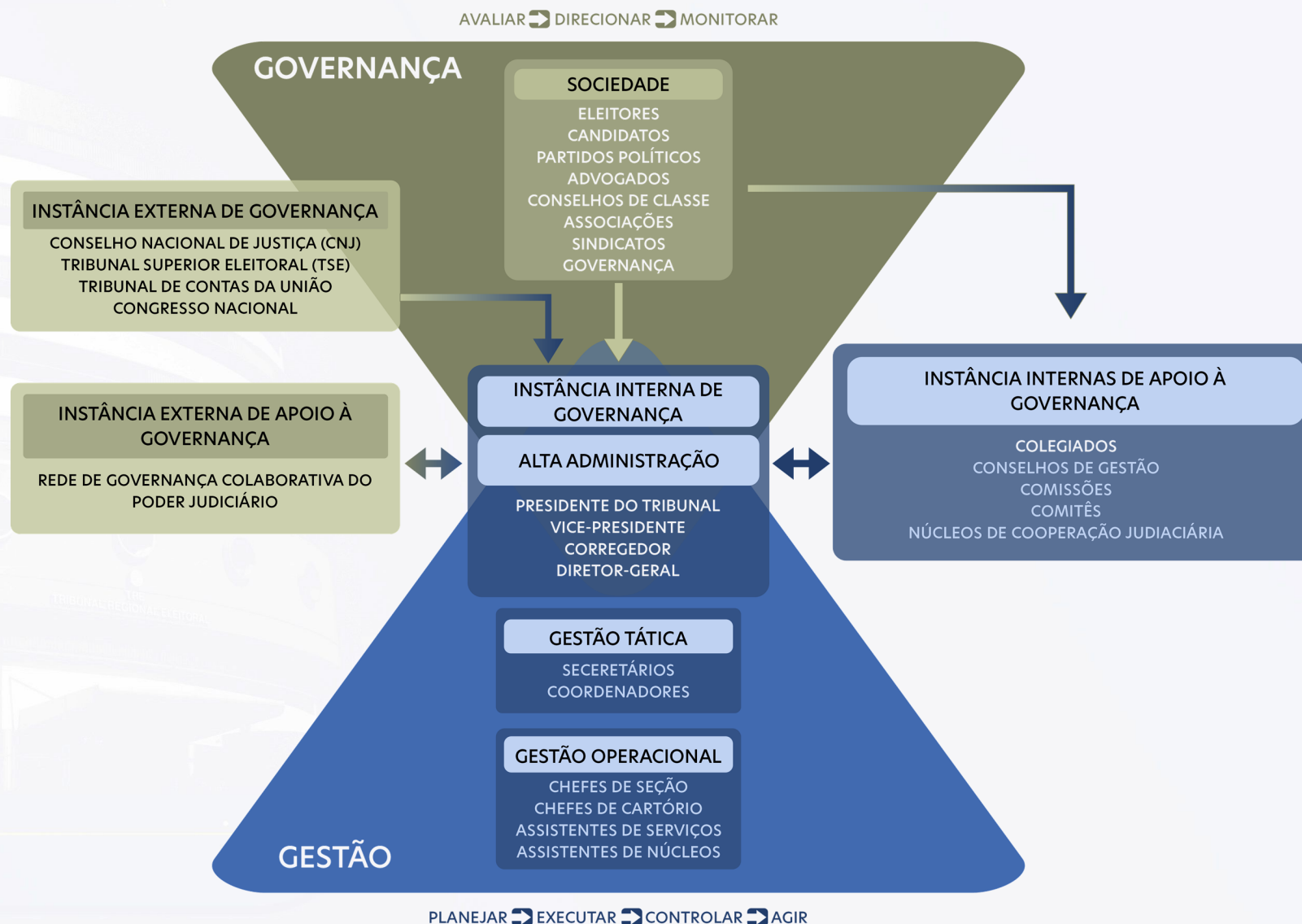
Objetivo Estratégico:

Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital

Iniciativa	Resultados
Modernização do Sistema SEI	<ul style="list-style-type: none"> Atualização da versão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a versão 4.0, implementando novos mecanismos de segurança.
Revisão do Processo de Gerenciamento de Disponibilidade e de Capacidade de TI	<ul style="list-style-type: none"> Regulamentação do assunto pela Portaria TRE-PI nº 306/2023.
Atualização do parque computacional	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de 196 microcomputadores. Aquisição de 185 kits biométricos. Subscrição de licença de softwares (Autodesk AEC, Autocad LT e Adobe Creative Cloud). Contratação de software para gerenciamento de riscos, projetos e processos (SCOPI).
Aumento da força de trabalho na STI	<ul style="list-style-type: none"> Conversão de cinco cargos para especialidades de TI visando aumentar o contingente de especialistas na área.
Implantação da Solução de Senha de Administrador Local do Windows - LAPS	<ul style="list-style-type: none"> Implantado o Windows LAPS no Active Directory proporcionando maior segurança ao acesso de contas de administrador.
Publicação de artefatos de contratação e soluções de TI	<ul style="list-style-type: none"> Regulamentado processo de publicação de artefatos de contratação de soluções de tecnologia da informação pela Portaria TRE-PI nº 452/2023.

2.5. Governança e Gestão

O mapa de governança do TRE-PI, em sua estrutura geral, pode ser representada no diagrama abaixo.



2.6. Tratamento de Risco

O TRE-PI trata a gestão de risco na elaboração de planos de ação, termos de referência e em projetos.

É reconhecida a necessidade de aprimorar competências nessa área do conhecimento, avançando na aplicação em processos e procedimentos.

A metodologia de avaliação de risco utilizada pelo TRE-PI é conhecida como Matriz de Risco 4 x 4, onde são avaliados critérios de impacto e de probabilidade:

- na **escala vertical** estão representados os pesos para o **impacto** (1 a 4);
- Na **escala horizontal**, por sua vez, estão representados os pesos para a **probabilidade**.

O produto cruzado entre os eixos (nível x impacto), alcança-se o indicador de probabilidade que pode ser:

- baixo (destacado de verde);
- médio (destacado de amarelo);
- alto (destacado de laranja);
- muito alto (destacado de vermelho).

MATRIZ DE RISCO

IMPACTO	[4]	4	8	12	16
	[3]	3	6	9	12
	[2]	2	4	6	8
	[1]	1	2	3	4
		[1]	[2]	[3]	[4]
PROBABILIDADE					



3 Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária

3. Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária

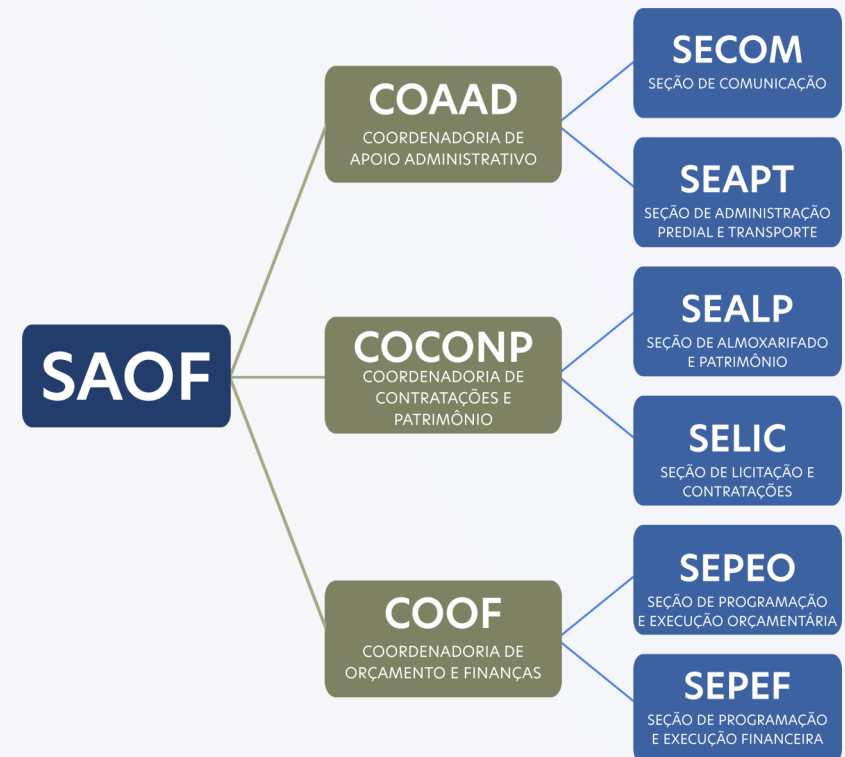
3.1. Conformidade Legal

Nesta seção do Relato Integrado serão abordadas as informações relacionadas à infraestrutura de funcionamento do TRE-PI, abordando os temas:








- a) Gestão Orçamentária e Financeira;
- b) Gestão das Contratações e Aquisições;
- c) Gestão da Infraestrutura mobiliária e imobiliária;
- d) Plano de Logística Sustentável;
- e) Integridade nas Contratações e Gestão de Contratos;
- f) Acessibilidade e Inclusão.








A abordagem aqui apresentada resume os principais dados. Quaisquer aprofundamentos de conteúdos deverão ser pesquisados em [relatório específico da unidade](#), bem como dados disponíveis na [página de transparência](#) no sítio do Tribunal.

A Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF) tem suas atribuições regulamentadas no Capítulo VII da [Resolução TRE-PI nº 271/2013](#) que dispõe sobre o Regulamento Interno da Secretaria, contando com três coordenadorias e cada Coordenadoria dispostas com duas seções.



Ainda na seara das normas, a SAOF disciplina suas atividades considerando, a regulamentação vigente, cabendo destacar as principais regulamentações:

-  [Lei 14.133/2021](#) - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
-  [Lei Complementar nº 101/2000](#) - Estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão final e dá outras providências;
-  [Lei Complementar nº 123/2006](#) - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
-  [Decreto nº 10.024/2019](#) - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
-  [Decreto nº 11.462/2023](#) - Regulamenta os [art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133/2021](#), para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
-  [Resolução TRE-PI nº 258/2013](#) - Institui o Código de Ética dos servidores do TRE-PI;
-  [Resolução TRE-PI nº 427/2021](#) - Dispõe sobre as aquisições de bens permanentes e de consumo e sobre as contratações de serviços ou obras;

-  [Resolução TRE-PI nº 434/2021](#) - Dispõe sobre as instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas;
-  [Resolução TRE-PI nº 440/2022](#) - Regulamenta a implantação do Projeto "Começar de Novo" no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí;
-  [Resolução TRE-PI nº 445/2022](#) - Dispõe sobre a Política de Gestão Documental;
-  [Resolução CNJ nº 102/2009](#) - Dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos;
-  [Resolução TSE nº 23.702/2022](#) - Dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências;
-  [Portaria TRE-PI nº 584/2021](#) - Dispõe sobre a regulamentação dos processos de elaboração da proposta orçamentária anual e de monitoramento da execução, referentes às despesas discricionárias do TRE-PI
-  [Portaria TRE-PI nº 1024/2022](#) - Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual 2023.

3.2. Gestão Orçamentária e Financeira

As diretrizes para a elaboração de Propostas Orçamentárias bem como o monitoramento da sua execução estão disciplinadas na [Portaria TRE-PI nº 584/2021](#). Os relatórios correspondentes são publicados no Portal de Transparência e Prestação de Contas, na página [Gestão Orçamentária e Financeira](#), contendo as informações sobre cada exercício sobre: Proposta Orçamentária Anual; Lei Orçamentária Anual; Quadro de Detalhamento da Despesa; Valores Pagos aos Contratados; Relatórios Mensais de Despesas com Pessoal e Encargos, conforme exigido pela [Resolução CNJ nº 102/2009](#); Relatórios de movimentação dos créditos orçamentários.

3.2.1. Orçamento 2023

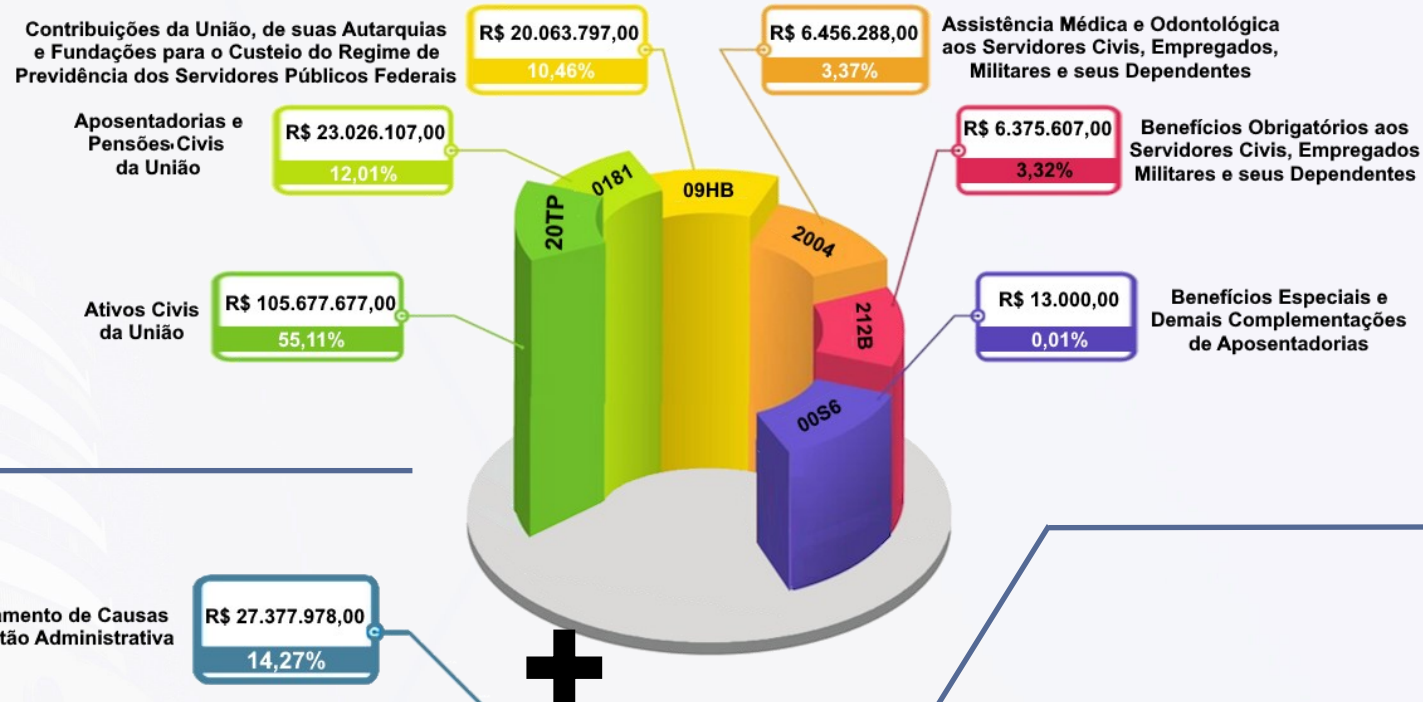
A proposta orçamentária do exercício de 2023 foi elaborada no curso do ano de 2022, observando as limitações estabelecidas pela [Emenda Constitucional nº 95/2016](#). A estimativa das despesas discricionárias, elaborada por esta Unidade Orçamentária, ficaram na ordem de R\$ 32.297.605,00. A parcela das despesas obrigatórias é elaborada e apresentada pelo TSE ao Governo Federal.



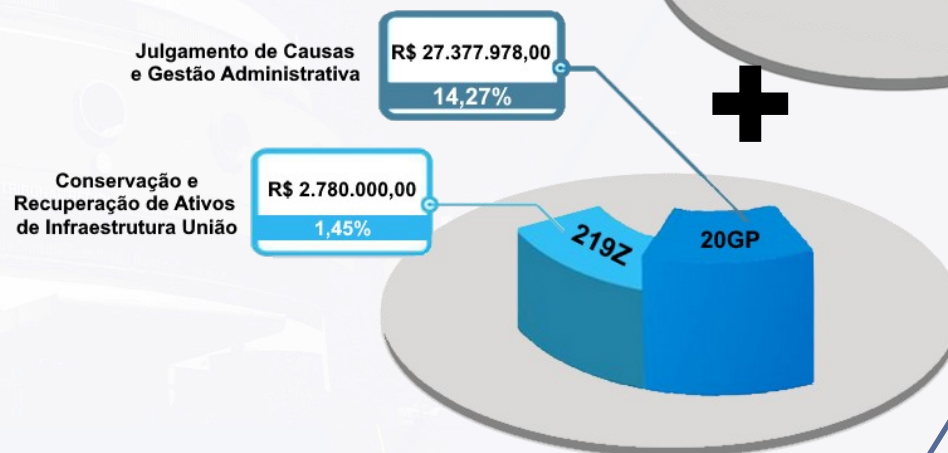
ORÇAMENTO APROVADO NA LOA 2023

R\$ 191.770.454,00

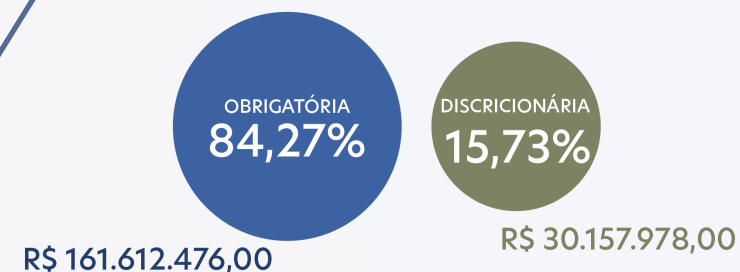
DESPESA OBRIGATÓRIA TSE



DESPESA DISCRICIONÁRIA TRE-PI



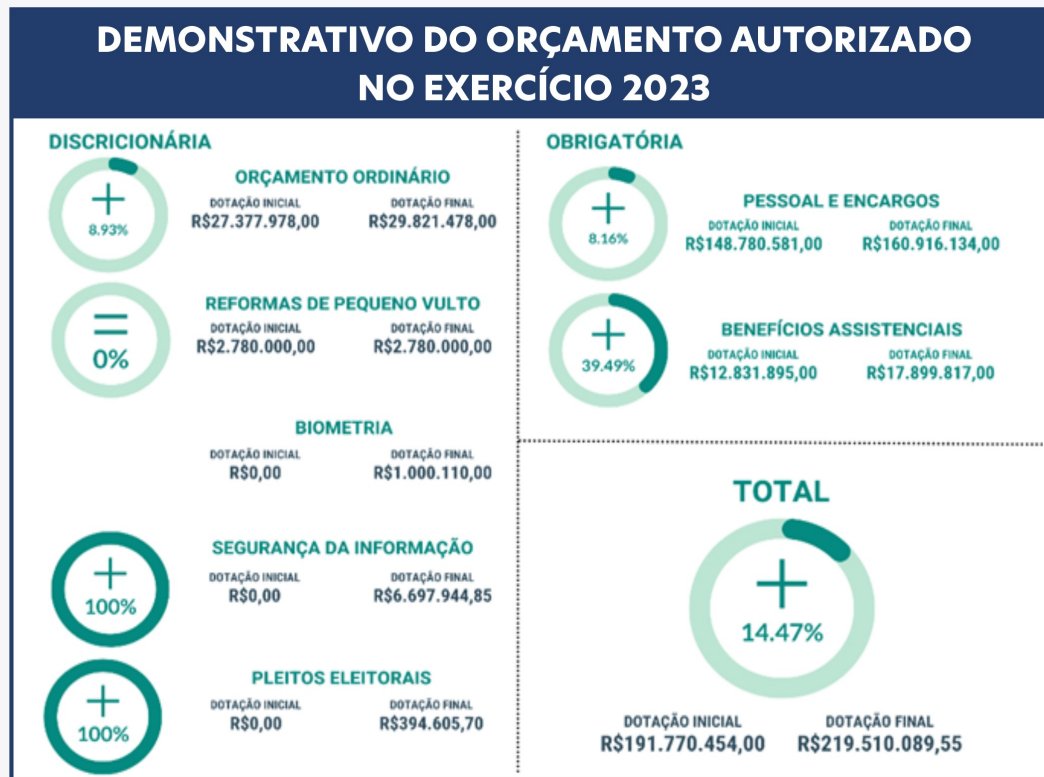
NATUREZA DA DESPESA



3.2.2. Evolução das Despesas Totais Autorizadas no Biênio 2022/2023



[Demonstrativo do orçamento autorizado no exercício de 2022](#)



[Demonstrativo do orçamento autorizado no exercício de 2023](#)

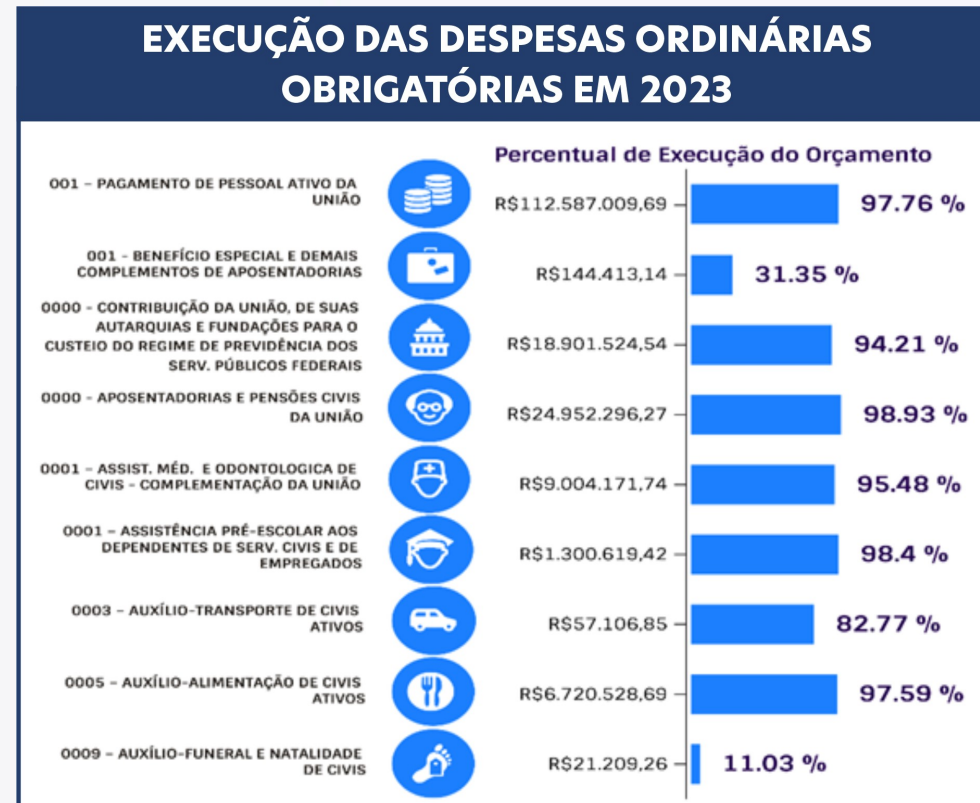
No comparativo dos exercícios houve uma redução de 0,12% no orçamento do TRE-PI no biênio 2022/2023. Ao considerar o orçamento total autorizado (LOA + Créditos), houve evolução de 8,8%. Dentre as causas do aumento da despesa, está o reajuste da remuneração dos servidores, em cumprimento à [Lei 14.523/2023](#).

3.2.3. Alocação dos Recursos—Valores Empenhados com Despesas Discricionárias em 2023—Custeios e Investimento

Houve variação negativa nas despesas ordinárias obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios) de 7,68% em relação a 2022, comparando com o orçamento de 2023 (LOA + Créditos).



Execução das Despesas Ordinárias Discricionárias



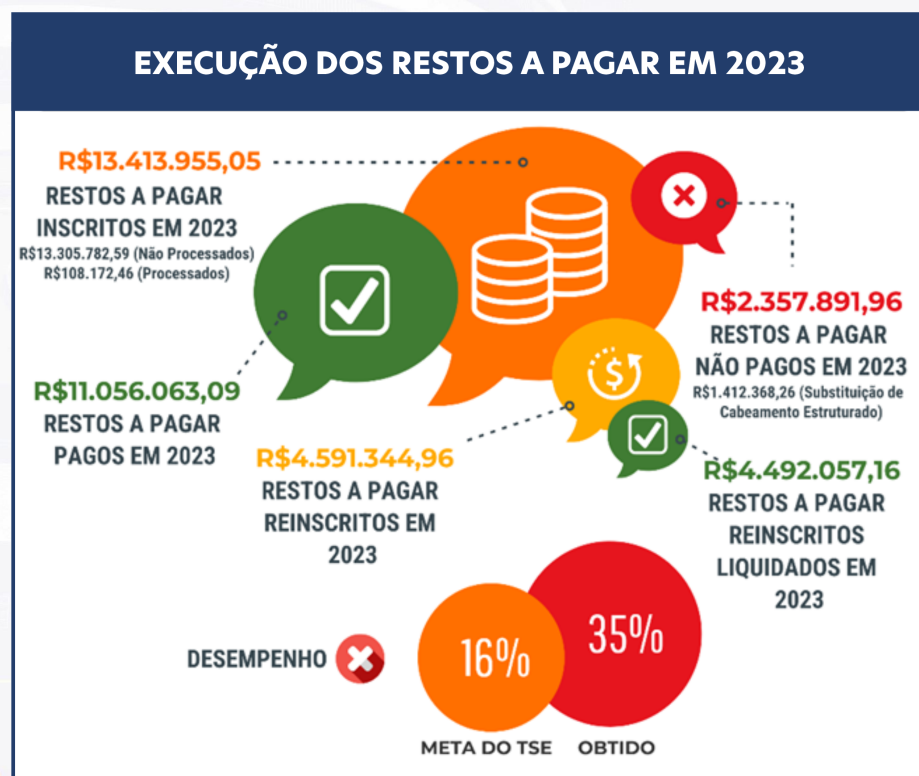
Execução das Despesas Ordinárias Obrigatórias

3.3. Execução Orçamentária e financeira

O detalhamento das rubricas podem ser conferidos nos tópicos adiante:

- [Distribuição do Orçamento e Provisões por Unidade Orçamentária e Programas 2023;](#)
- [Execução Orçamentária por Programa de Ação Orçamentária.](#)

3.3.1. Execução de Restos a Pagar em 2023



3.3.2. Evolução das Despesas empenhadas

No quadro [Despesas por Modalidade de Contratação](#) está detalhada a liquidação da despesa ocorrida nos exercícios de 2022 e 2023.

A execução orçamentária verificada a menor no exercício de 2023 em relação a 2022, nas modalidades de contratação Pregão, Suprimento de Fundos, Diárias e Outros decorreram da realização das Eleições/2022. Por outro lado, a execução a maior nas despesas com pagamento de pessoal foi decorrente do reajuste remuneratório dos servidores, em cumprimento à [Lei 14.523/2023](#).

No quadro [Despesas Correntes](#) pode-se acompanhar as variações por grupo de despesas no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2023.

A variação positiva na execução das [Despesas de Capital](#) no exercício de 2023 em relação ao exercício de 2022 deveu-se ao fato de ter sido concedido em 2023 crédito suplementar na ação de governo 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa para aquisição do Datacenter e também liberação de provisão orçamentária para segurança da informação e cibernética (Ação de Governo 21EE).

O quadro de [Desempenho Operacional](#) demonstra a execução do orçamento autorizado em 2023, no valor de R\$ 219.510.089,55.

EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2023

92,2%
DESPESA PAGA
EM RELAÇÃO À
DESPESA EMPENHADA



R\$211.996.799,61
DESPESA EMPENHADA



R\$195.458.715,67
DESPESA PAGA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2023



R\$211.996.799,61
DESPESA EMPENHADA
R\$195.458.715,67
DESPESA PAGA
R\$16.538.083,94
RP INSCRITOS
R\$7.513.289,94
SOBRAS

R\$219.510.089,55
DOTAÇÃO LÍQUIDA



Percentual
sobre o
orçamento
autorizado

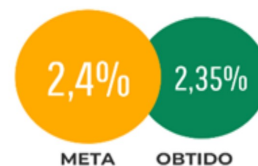
96,58%
DESPESA EMPENHADA
90,13%
DESPESA PAGA
7,53%
RP INSCRITOS
3,42%
SOBRAS

3.4. Análise de Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho relacionados ao Plano Estratégico estão demonstrados no item 2.3.1 - Indicadores de Desempenho, página 36.

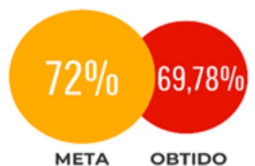
RESUMO DO DESEMPENHO NOS INDICADORES EM 2023

PERDAS
ORÇAMENTÁRIAS



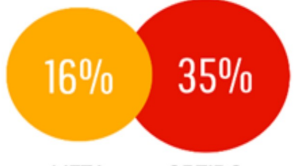
Quanto menor, melhor ✓

ADERÊNCIA
ORÇAMENTÁRIA



Quanto maior, melhor ✗

INSCRIÇÃO EM
RESTOS A PAGAR



Quanto menor, melhor ✗

3.5. Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da [Resolução TSE nº 23.504](#), foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

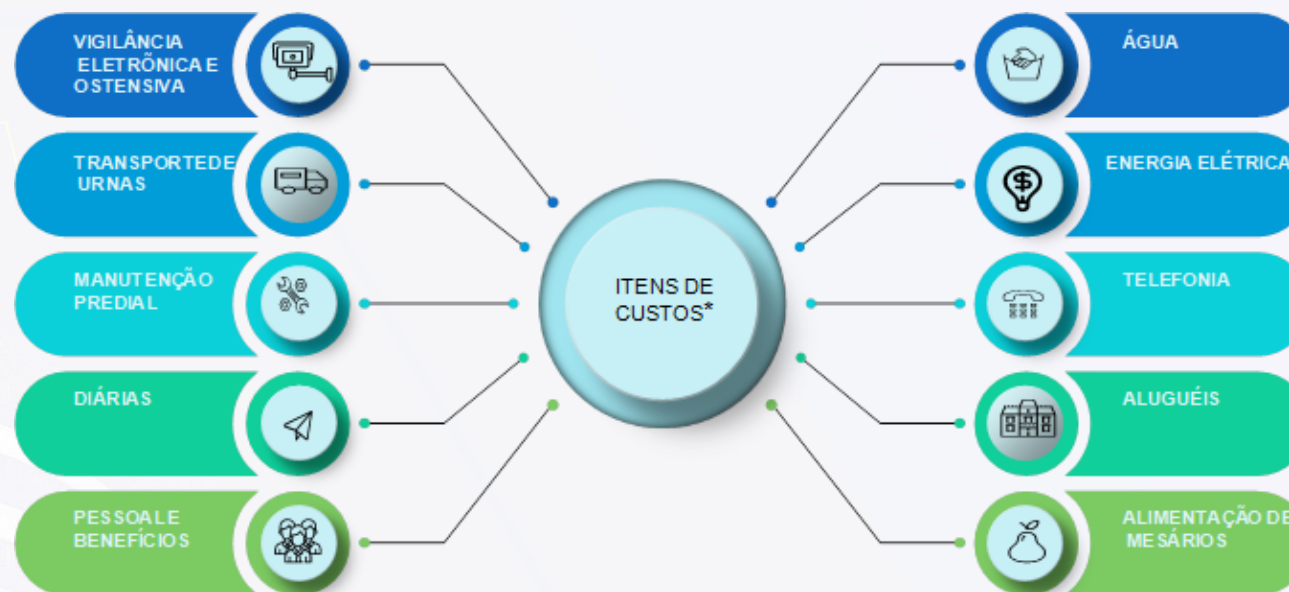
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:

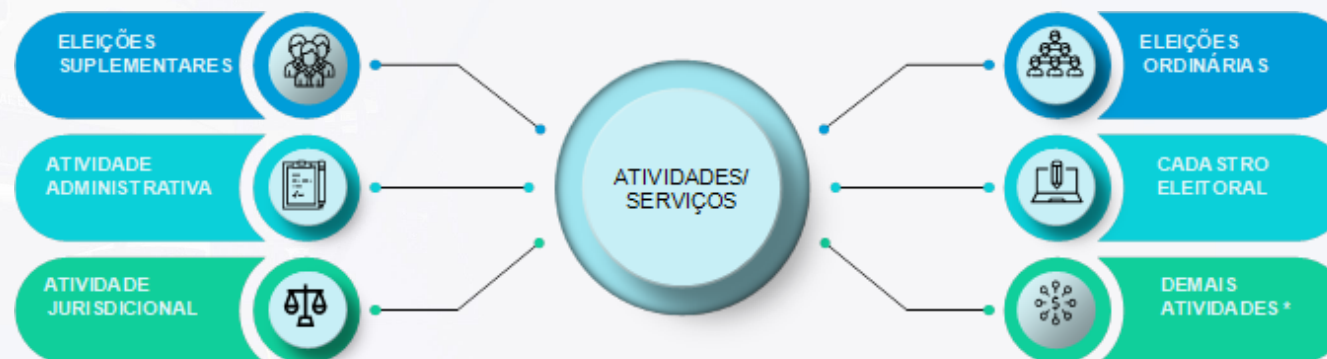


Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: Itens de Custos e Atividades/Serviços.

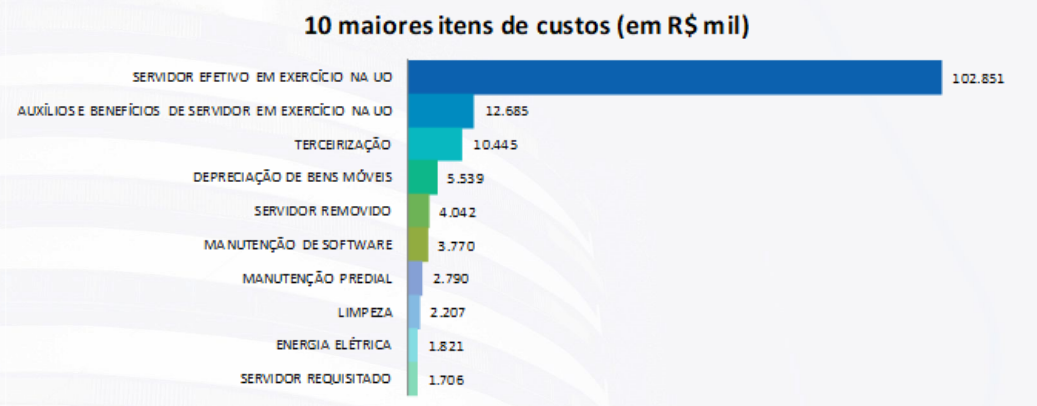
No eixo Itens de Custos, procura-se responder à questão “com o quê?”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



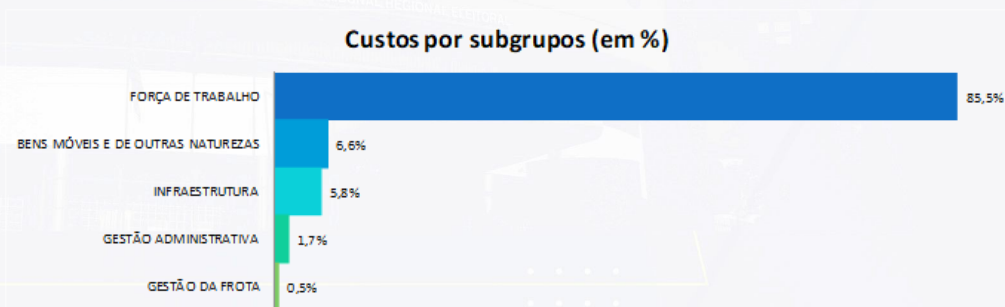
No eixo das Atividades/Serviços, procura-se responder à questão “para quê?”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no exercício de 2023, que totalizaram R\$ 160,2 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

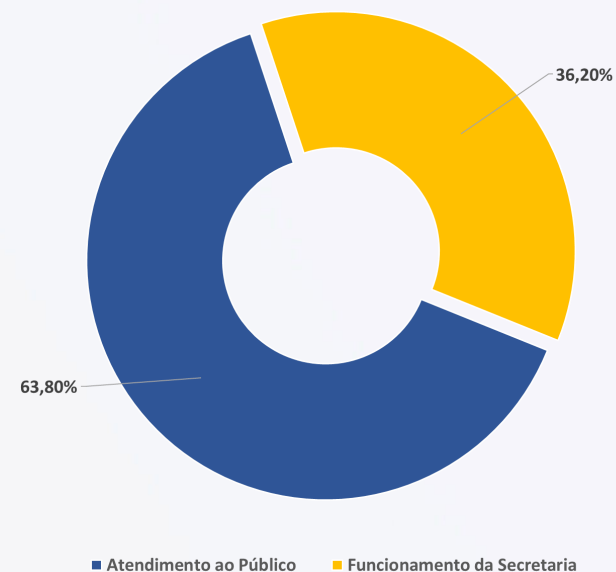


Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



3.6. Contratações e Aquisições

3.6.1. Gestão de Licitação e Contratos

O [Plano de Contratações Anual](#) do TRE-PI, para o ano de 2023, formalizado na [Portaria TRE-PI nº 1024/2022](#), prevê a contratação de bens, serviços e soluções de TI para a Sede para os Cartórios Eleitorais, observados os limites de disponibilidade orçamentária.

Os procedimentos de contratação seguem o rito de análise pela Assistência Jurídica da SAOF e pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, assegurando a conformidade dos procedimentos de acordo com as leis e regulamentos.

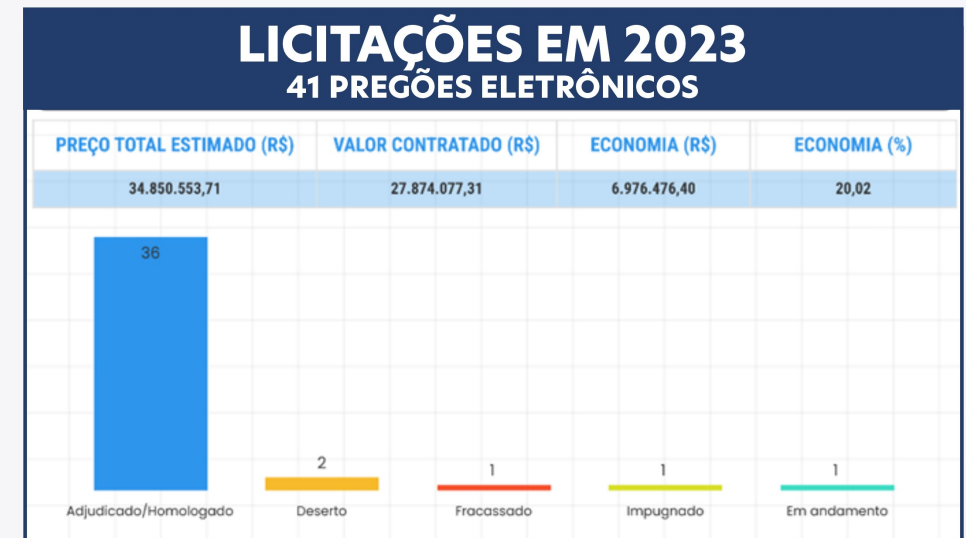
O [Plano de Contratações Anual](#) pode ser conferido na página de [Transparência e Prestação de Contas](#).



3.6.2. Performance em Licitações e Contratos

Conforme o quadro [Licitações em 2023](#), foram realizados 41 Pregões Eletrônicos em 2023, sendo que 36 foram homologados pela Administração, enquanto 2 foram desertos, 1 fracassado, 1 impugnado e 1 ainda está em andamento (aguardando homologação).

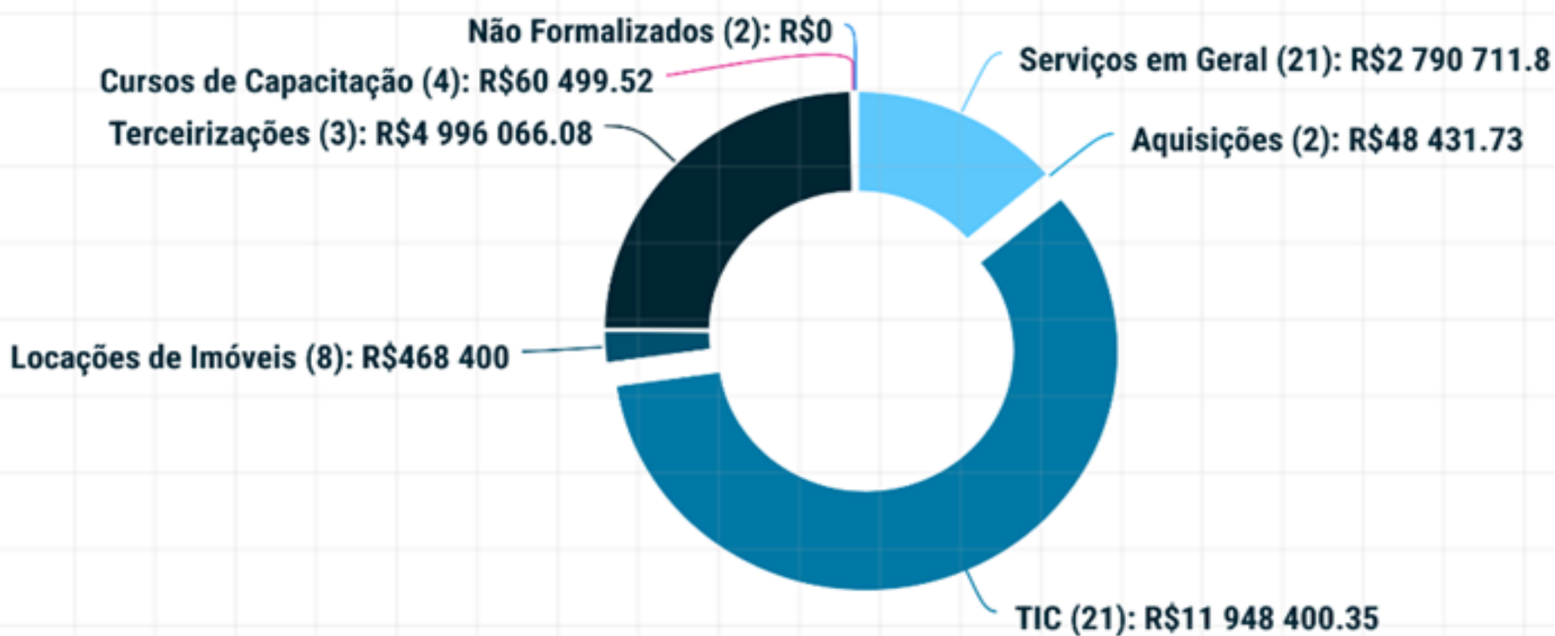
O preço total estimado das contratações foi de R\$ 34.850.553,71, sendo contratado o valor de R\$ 27.874.077,31, representando uma economia de R\$ 6.976.476,40.



No ano de 2023 foram celebrados [61 contratos](#), todos publicados na página destinada a contratações na página [Transparência e Prestação de Contas](#).

CONTRATOS FIRMADOS EM 2023

61 CONTRATOS (R\$ 20.312.509,66)



CT-33/2023

 Sodalita Informática e Telecomunicação Ltda

 Datacenter Modular Outdoor

R\$ 5.526.250,97

CT-07/2023

 Judah Serviços de Engenharia Ltda

 Manutenção Predial

R\$ 2.457.466,56


CT-39/2023

 Nordem Tecnologia Ltda

 Segurança para Web (Secure Web Gateway)

R\$ 1.290.468,00


CT-24/2023

 CLM Software Com. Import. e Exportação Ltda

 Firewall para Web (WAF)

R\$ 1.245.362,40

Diversos: Manutenção Predial

 [CT-31/2023](#)

 Judah Serviços de Engenharia Ltda

 [CT-47/2023](#)

 JM Castro Soluções em Engenharia e Consultoria

 [CT-48/2023](#)

 Mult Eng Serviços e Projetos Ltda

 [CT-51/2023](#)


 Norcon Serviços e Construções Ltda

 [CT-52/2023](#)

 Mult Eng Serviços e Projetos Ltda

 [CT-56/2023](#)

 Norcon Serviços e Construções Ltda

 [CT-57/2023](#)

 Jathara Engenharia Ltda

 [CT-58/2023](#)

R\$ 2.243.488,21

No ano de 2023 foram firmadas 61 Atas de Registro de Preços, todas publicadas na página destinada a contratações na página [Transparência e Prestação de Contas](#).

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS EM 2023

61 ARPs



Destaca-se adiante as Atas de Registro de Preços mais relevantes do exercício.

ARP-15/2023

Sodalita Informática e Telecomunicação Ltda

Datacenter Modular Outdoor

R\$ 11.052.501,94

ARP-48/2023

Seprol It Services & Consulting Ltda

Licença Veeam Data Platform Advanced

R\$ 5.835.600,00

ARP-12/2023

CLM Software Com Imp e Exportação Ltda

Serviço de Web Application Firewall

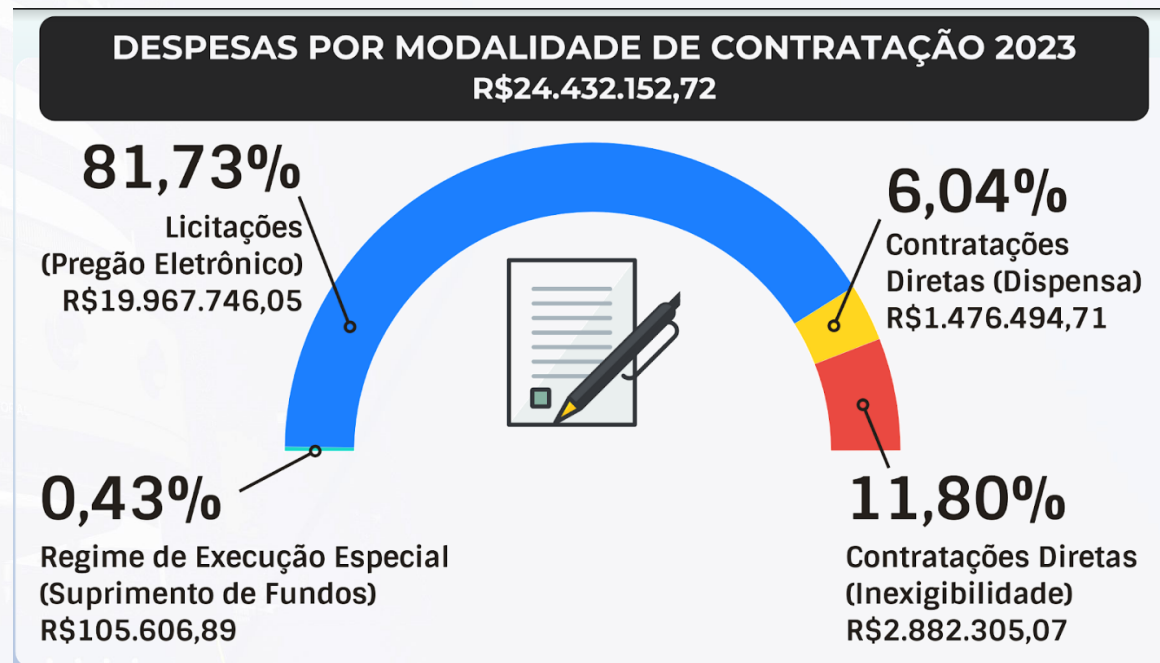
R\$ 2.490.724,80

3.6.3. Contratações Diretas

A maioria das contratações diretas do TRE-PI, realizadas no exercício 2023, são relativas à área de capacitação (cursos e treinamentos) e locação de imóveis para abrigar os cartórios eleitorais, além das 5 (cinco) dispensas eletrônicas utilizando a nova [Lei nº 14.133/2021](#), conforme se verifica nos quadros [Dispensa de Licitação](#), [Dispensa Eletrônica de Licitação](#) e [Inexigibilidade](#).

3.6.4. Contratações por Modalidade

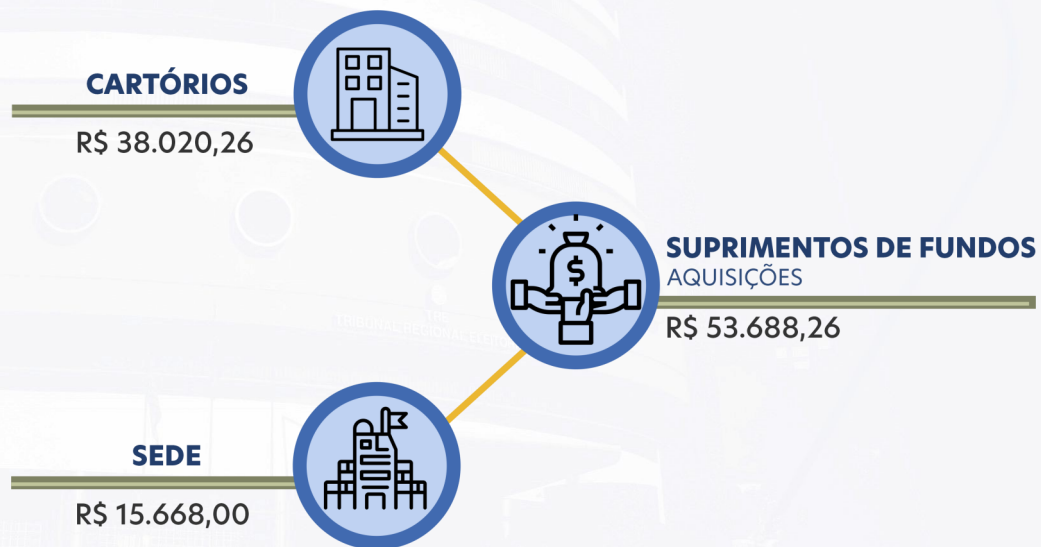
Todas as licitações realizadas no ano de 2023 foram na modalidade Pregão Eletrônico, representando um custo de R\$19.967.746,05 (despesa liquidada). Destas contratações, 12 foram realizadas com base na [nova lei de licitações](#).



[Despesas por Modalidade de Contratação](#)

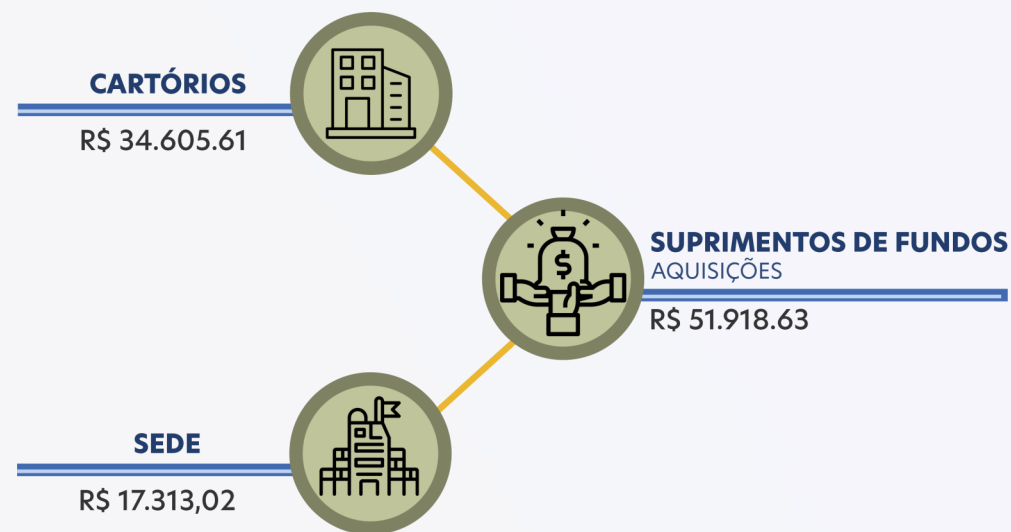
3.6.5. Aquisições por Meio de Suprimento de Fundos

As aquisições de bens de consumo de pequena monta por meio de suprimento de fundos demandadas pelas unidades do Tribunal no Exercício de 2023 representaram um custo total de R\$ 53.688,26, para atendimento de pedidos dos Cartórios Eleitorais e da Sede com pequenas aquisições, conforme demonstrado adiante:



3.6.6. Serviços por Meio de Suprimento de Fundos

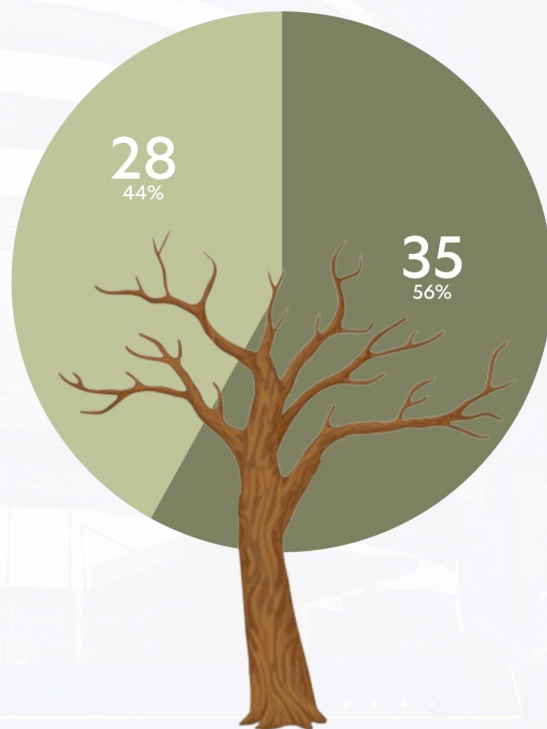
Os custos totais com suprimento de fundos de serviços de pequena monta no ano pretérito foram da ordem de R\$ 51.918,63, distribuídos na forma abaixo:



3.7. Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

O TRE-PI adotou, na medida do possível, o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU](#). Das 63 contratações realizadas em 2023, 35 apresentaram critérios de sustentabilidade, representando 56% dos pactos.

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

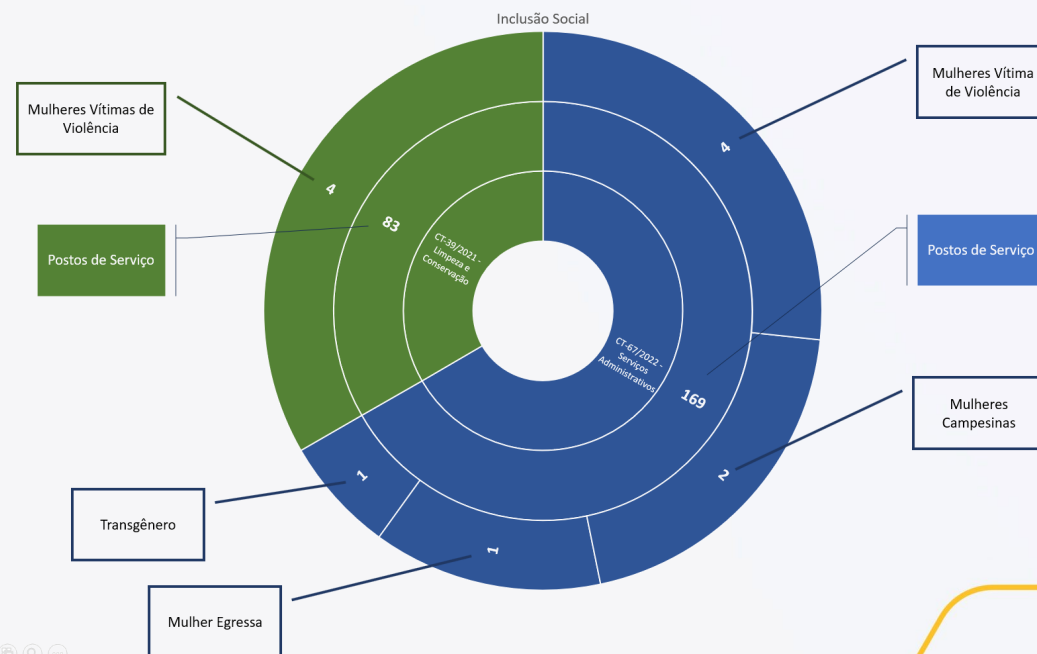


SEM CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE
COM CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

3.8. Iniciativas de Inclusão Social

O TRE-PI instituiu o Programa de Assistência a Mulheres em Condição de Especial Vulnerabilidade Econômico-Social, por regulamentação tratada na [Portaria TRE-PI nº 232/2023](#).

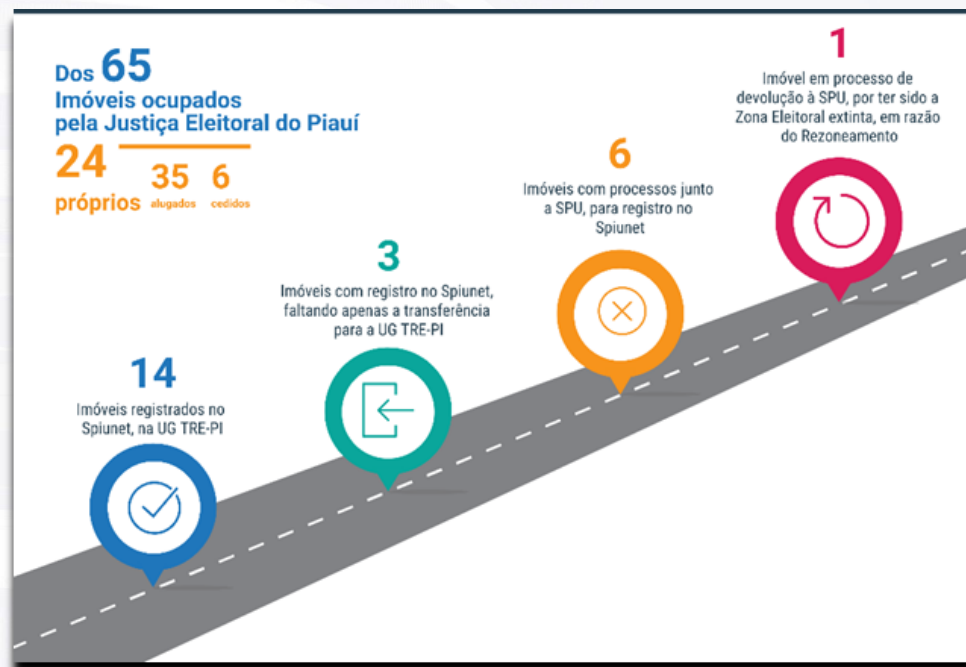
A iniciativa tem por objetivo reservar percentual mínimo de 5% das vagas contratadas com empresas de serviços contínuo para mulheres em condição especial de vulnerabilidade econômico-social e tem alinhamento com a [Resolução CNJ nº 497/2023](#) que instituiu, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelecendo critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade.



3.9. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

3.9.1. Infraestrutura Imobiliária

A Justiça Eleitoral do Piauí conta, atualmente, com 65 (sessenta e cinco) imóveis ocupados, sendo 24 (vinte e quatro) próprios, 35 (trinta e cinco) alugados e 06 (seis) cedidos.



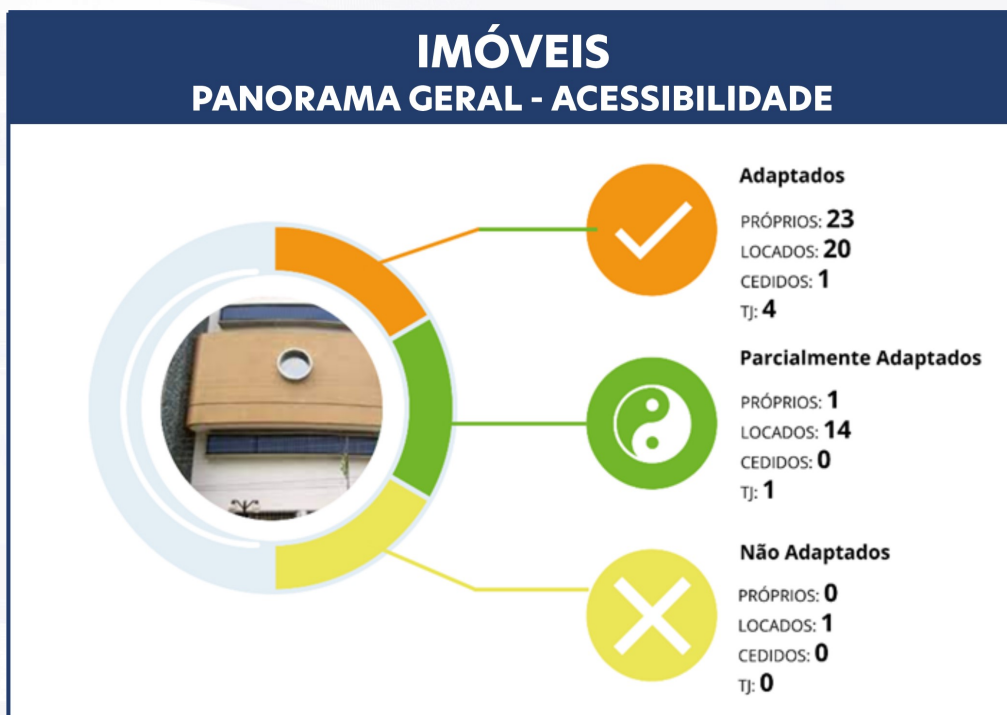
3.9.2. Manutenção e Melhoria do Prédios

No Exercício de 2023 foram realizadas diversas ações voltadas para melhoria dos prédios da Justiça Eleitoral do Piauí, dentre as quais destacam-se:

- [CT-62/2022](#): Modernização do cabeamento estruturado (dados, voz e eletricidade);
- [CT-07/2023](#): Manutenção e melhoria da fachada do Prédio Anexo;
- [Manutenções e Melhorias em Imóveis da Sede do TRE-PI](#);
- [Manutenções e Melhorias em Imóveis de Cartórios Eleitorais](#). Atuação do Serviço de Engenharia e Arquitetura em 38 imóveis onde funcionam Cartórios Eleitorais, com a conclusão de 31 reformas;
- Operação de 15 usinas fotovoltaicas para produção de energia limpa e economia de custo com energia elétrica.

3.9.3. Acessibilidade dos Imóveis

O TRE-PI conta com 74% dos imóveis adaptados com acessibilidade em suas condições básicas.



3.9.4. Frota de Veículos

O TRE-PI possui em sua frota 50 veículos, conforme a [Relação de Veículos Oficiais](#) publicada no site de [Transparência e Prestação de Contas](#).

Visando atender ao objetivo estratégico de promover a sustentabilidade, em 2023 foi iniciado processo de avaliação da frota de veículos deste Tribunal, considerando as condições de vida útil e uso, para fins de descarte em leilão, bem como a possibilidade de redução da frota de veículos própria e passar a adotar, de forma híbrida, a locação de fretamento como meio de suprir a necessidade de transporte para as atividades operacionais do Tribunal.



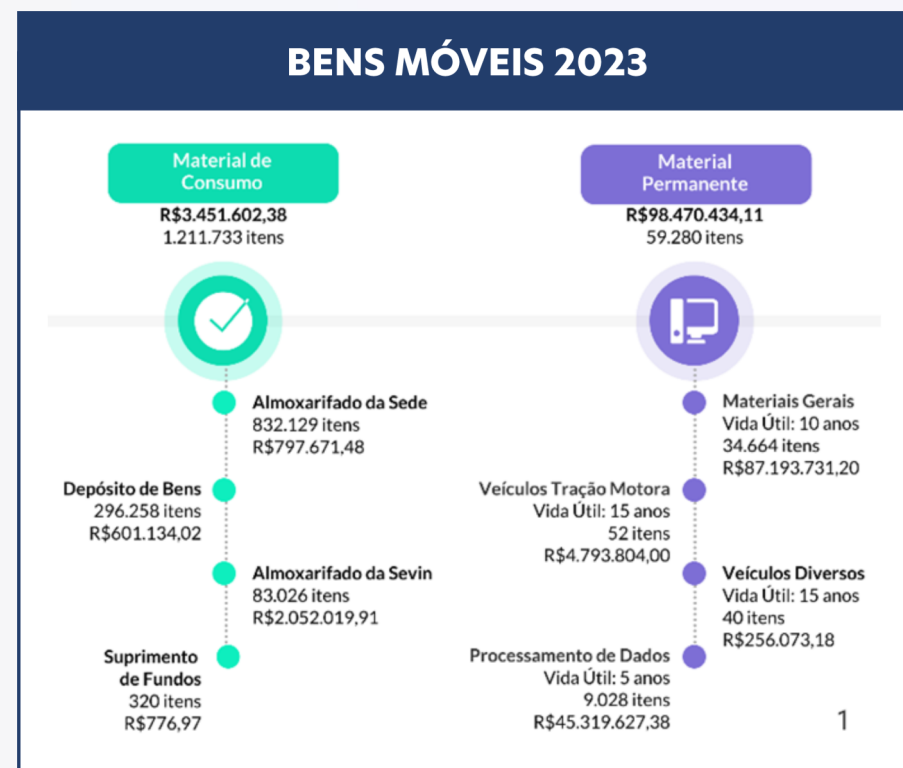
3.9.5. Custo com Locação de Imóveis e Equipamentos

Os custos com locação dos 35 (trinta e cinco) imóveis ocupados por esta Justiça Eleitoral, referente ao exercício de 2023, foram na ordem de R\$837.733,02.



3.9.6. Bens Móveis

A relação de bens de consumo e permanentes constam do [Relatório de Materiais](#), apresentado de forma sucinta no gráfico abaixo.



3.9.7. Inventário

O inventário 2023, em fase de finalização, foi realizado pelos detentores da carga patrimonial, abrangendo todas as unidades da Secretaria do TRE-PI e todas as Zonas Eleitorais, com gerenciamento da Comissão Permanente de Inventário – COPIN e auxílio da Seção de Almoxarifado e Patrimônio – SEALP, tendo sido dispensada a conferência in loco pela comissão inventariante.

O trabalho resultou nos documentos administrativos:

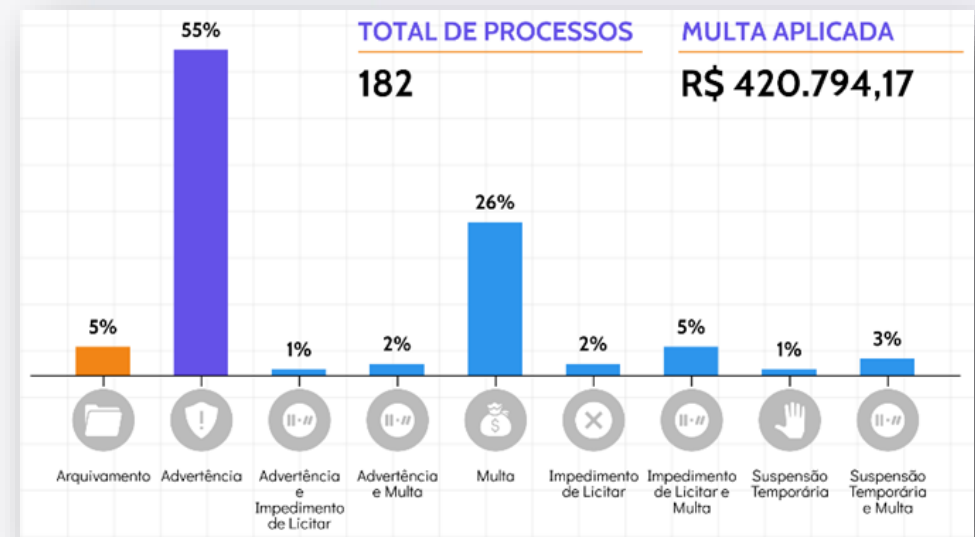
 [Resumo de Inventário por Levantamento;](#)

 [Bens Não Localizados.](#)

3.10. Apuração de Responsabilidades nos Contratos Administrativos

A Comissão Permanente de Sindicâncias – COSIND, constituída por intermédio da [Portaria TRE-PI nº 30/2023](#) é responsável pela apuração de responsabilidades e aplicação de sanções administrativas previstas em lei aos licitantes e aos contratados, no âmbito do TRE-PI.

Em 2023 foram aplicadas pela Administração Superior deste Tribunal 182 (cento e oitenta e duas) penalidades, através de processos que tramitaram pela Comissão de Sindicância, conforme detalhamento no [Relatório de Apuração de Responsabilidades nos Contratos Administrativos](#), resumido no gráfico abaixo.






4 Gestão de Pessoas


4. Gestão de Pessoas


4.1. Conformidade Legal


As normas que regem as atividades da Secretaria de Gestão de Pessoas são oriundas de Leis, Decretos, Resoluções e Recomendações do Conselho Nacional de Justiça bem como dos normativos do Tribunal Superior Eleitoral.


As regulamentações do nível local são tratadas em Resoluções aprovadas pelo plenário da corte bem como de portarias administrativas da Presidência e da Diretoria-Geral.


 [Resolução TRE-PI nº 474/2023](#) - Dispõe sobre o Programa de Estágio no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, revoga as Resoluções nº 207, de 26 de abril de 2011, e nº 300, de 12 de janeiro de 2015, e dá outras providências;


 [Resolução TRE-PI nº 473/2023](#) - Institui a Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação (PGPTI) do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí;

 [Resolução TRE-PI nº 261/2013](#) - Aprova o Regulamento Geral do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - PRÓ-SAÚDE, para alterar a fórmula de custeio do Programa;

 [Resolução TRE-PI nº 211/2011](#) - Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

 [Resolução nº 433/2021](#) - Institui a Ouvidoria da Mulher e a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, e transforma a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual, instituída pela [Portaria TRE/PI nº 243/2021](#), em Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação;

 [Portaria TRE-PI nº 555/2021](#) - Institui condições especiais de trabalho aos servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como aos que tenham filhos ou dependentes legais na mesma condição, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí;

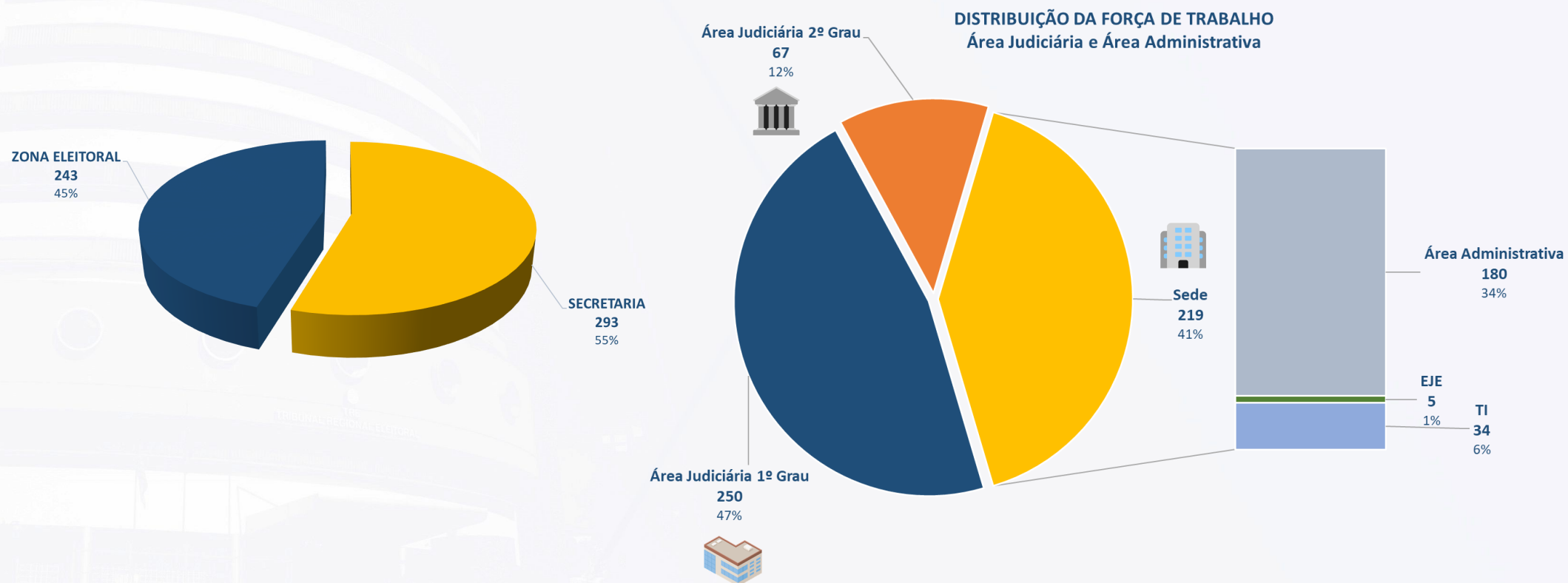
 [Portaria TRE-PI nº 344/2023](#) - Regulamenta o disposto no art. 16, VII, da Resolução TRE/PI nº 261, de 19 de março de 2013, que dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - PRÓ-SAÚDE.



4.2. Avaliação da Força de Trabalho

4.2.1. Distribuição da Força de Trabalho

A força de trabalho do TRE/PI, tendo como data base 31/12/2023, é composta por 536 servidores(as), sendo que, desse total, 377 são efetivos(as) (158 analistas judiciários e 219 técnicos judiciários), 7 são servidores(as) de outros órgãos em exercício provisório ou em licença para acompanhamento de cônjuge no TRE/PI, 19 são servidores(as) de outros tribunais removidos(as) para este Regional, 125 são servidores(as) requisitados(as) e 8 são servidores(as) sem vínculo efetivo.



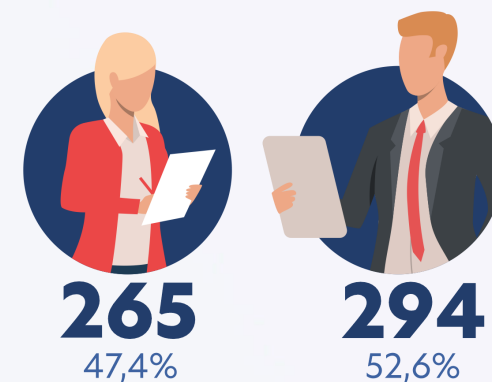
4.2.2. Distribuição da Força de Trabalho por Situação Funcional

O quadro de pessoal próprio do TRE/PI é composto por 411 cargos (373 próprios e 38 oriundos de redistribuições), dos quais 11 encontram-se vagos, sendo 4 cargos de Analistas Judiciários e 7 de Técnicos Judiciários.



4.2.3. Distribuição da Força de Trabalho por Gênero

A força de trabalho do TRE/PI é composta por 265 servidoras, das quais 156 ocupam funções de confiança e 17 estão no exercício de cargos em comissão.



30 CARGOS COMISSIONADOS

17
56,7%

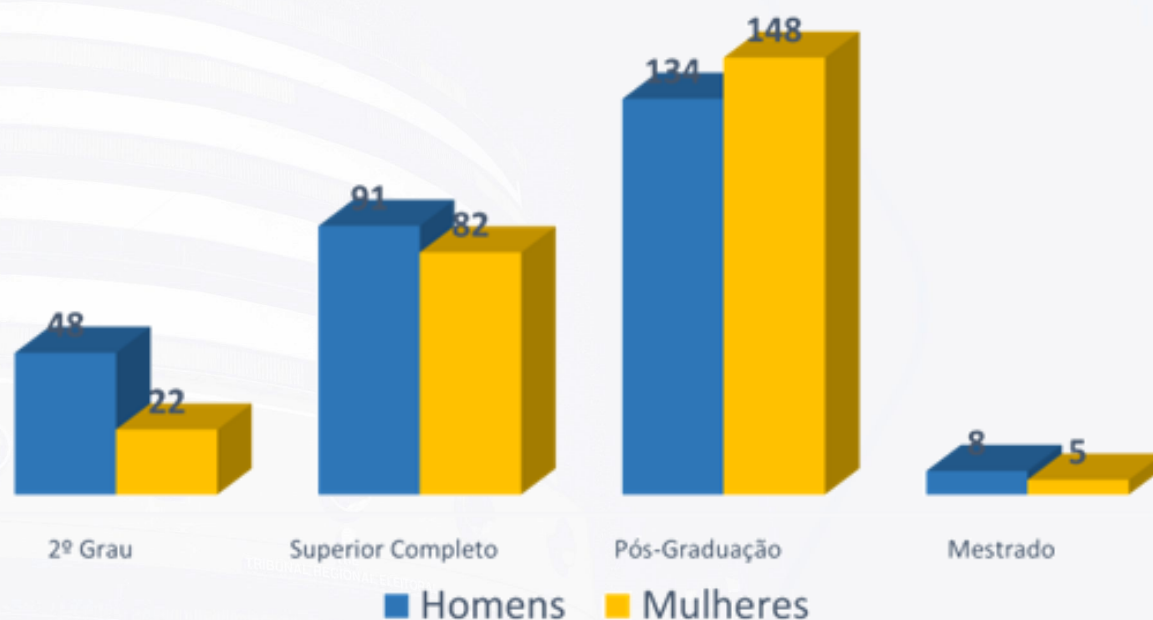
13
43,3%

343 FUNÇÕES COMISSIONADAS



4.2.4. Distribuição da Força de Trabalho por Grau de Instrução

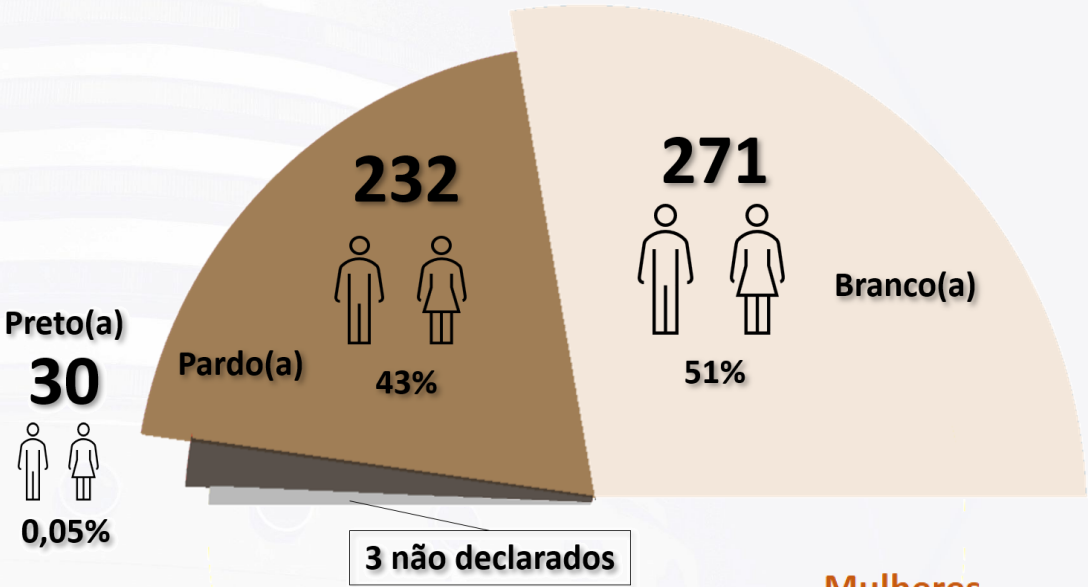
Em relação ao nível de escolaridade, 82 servidoras possuem ensino superior completo, 148 contam com pós-graduação e 5 com mestrado, ao passo que 91 servidores possuem ensino superior completo, 134 contam com pós-graduação e 8 com mestrado.



2º GRAU	70
POSTO DE ATENDIMENTO	1
SECRETARIA	16
ZONA ELEITORAL	53
MESTRADO	13
SECRETARIA	12
ZONA ELEITORAL	1
POS-GRADUACAO	282
SECRETARIA	202
ZONA ELEITORAL	80
SUPERIOR COMPLETO	171
SECRETARIA	63
ZONA ELEITORAL	108
Total Geral	536

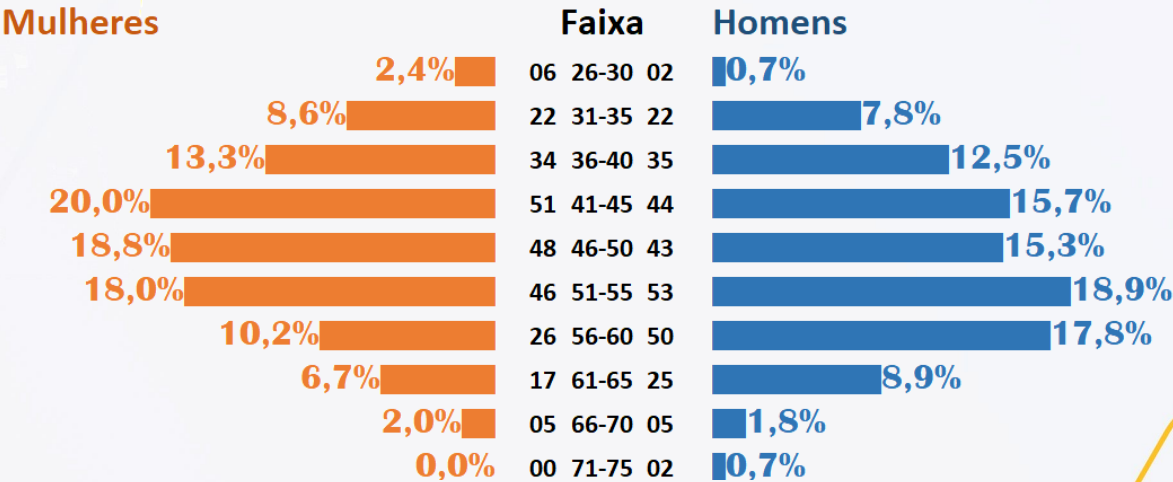
4.2.5. Distribuição da Força de Trabalho por Etnia

De acordo com consulta realizada entre os servidores e servidoras, 271 declararam-se como brancos(as), 232 como pardos(as), 30 como pretos(as) e 3 preferiram não informar.



4.2.6. Distribuição da Força de Trabalho por Faixa Etária

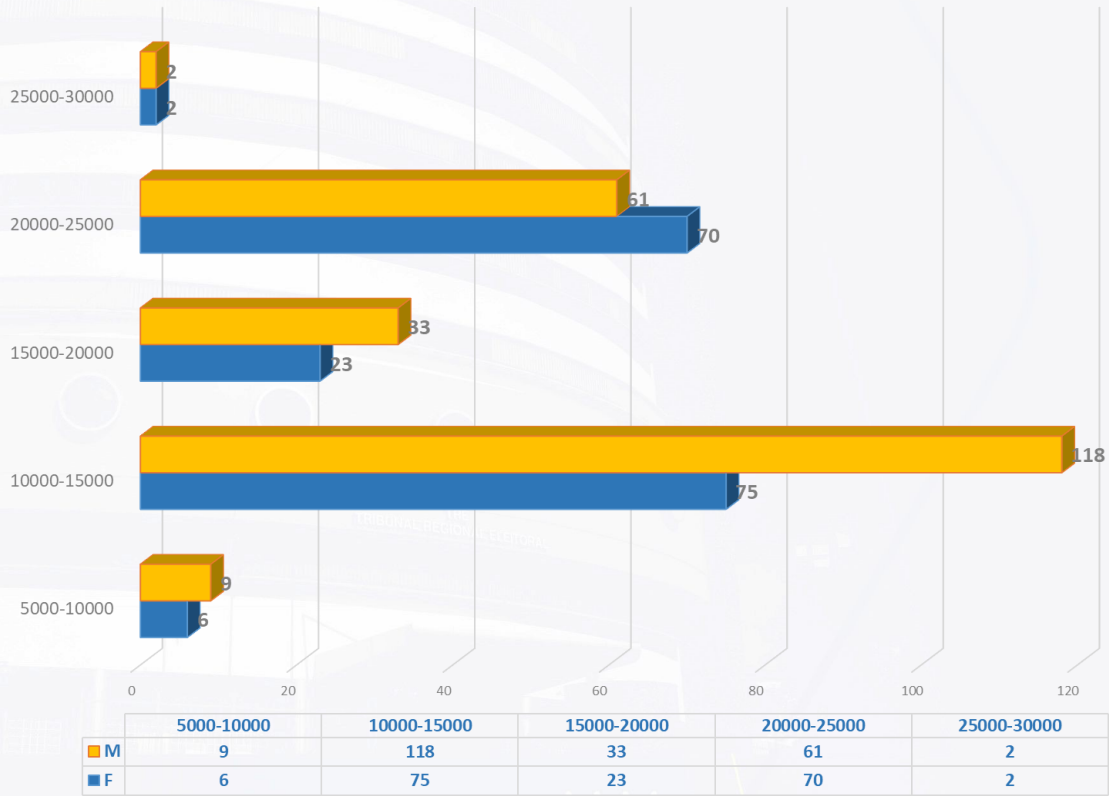
Concentra-se a idade de servidores na faixa etária entre 51 e 60 anos e de servidoras na faixa etária entre 41 e 50 anos demonstrando que a força de trabalho feminina é mais jovem.



4.2.7. Distribuição da Força de Trabalho por Faixa Salarial

Apresenta-se nesse quadro a distribuição das servidoras e servidores segundo a faixa salarial recebida, destacando-se que para esse cálculo são contabilizados(as) apenas aqueles(as) que têm sua remuneração paga pelo TRE/PI, quais sejam, os(as) efetivos(as) (377), efetivos(as) removidos(as) para outros órgãos (16), efetivos(as) licenciados (as) (3) e efetivos(as) cedidos(as) (3).

Faixa Salarial



4.2.8. Distribuição da Força de Trabalho por Carreira

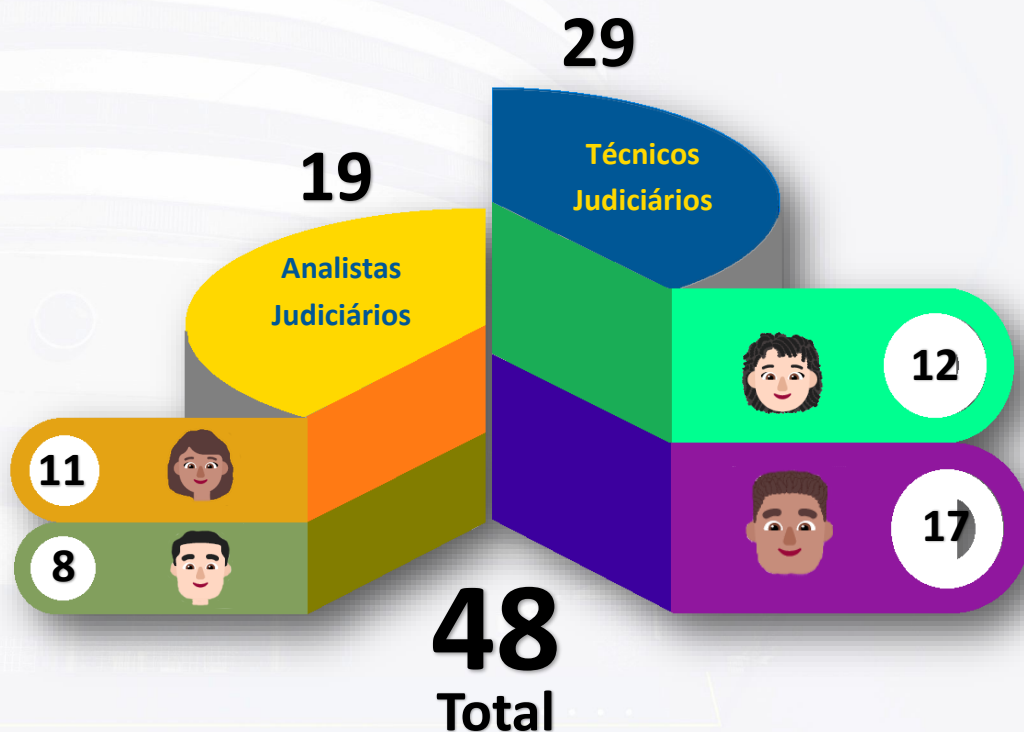
A força de trabalho do TRE/PI atualmente é composta por 396 servidores(as) efetivos(as) e removidos(as) para este tribunal, dos(as) quais 166 são Analistas Judiciários e 227 são Técnicos Judiciários. Além desses, constam ainda 140 servidores(as) (requisitados(as), em exercício provisório e sem vínculo efetivo), que não possuem registro do cargo de origem no Sistema de Gestão de Recursos Humanos



4.3. Estratégia e Recrutamento e Alocação de Pessoas

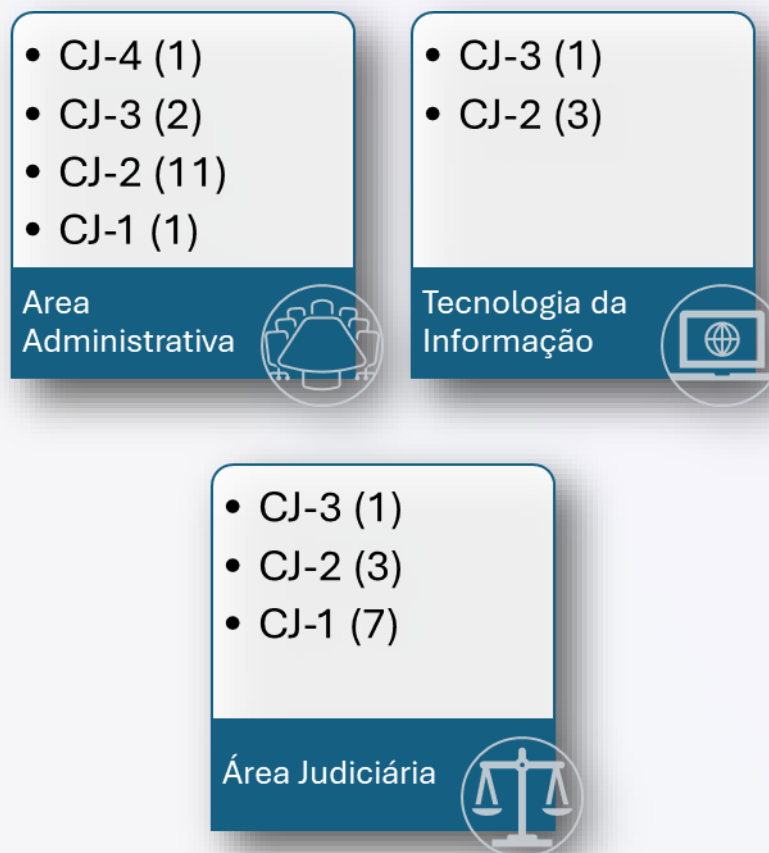
4.3.1. Perspectivas de Aposentadoria

Até 31/12/2023, 48 servidores(as) percebiam abono permanência, tendo completado, portanto, todos os requisitos para aposentadoria, dos(as) quais 19 são analistas judiciários e 29 são técnicos judiciários.



4.3.2. Distribuição dos Cargos em Comissão

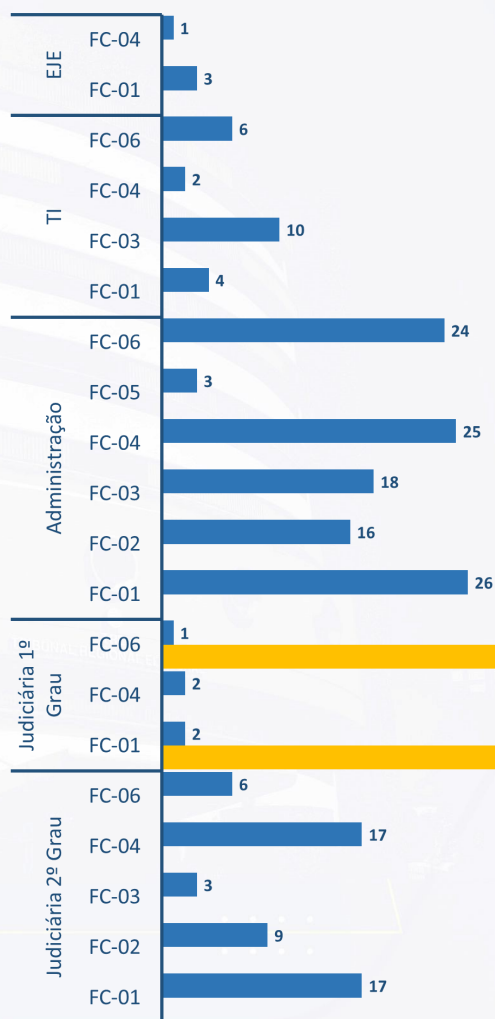
O TRE/PI possui 30 cargos em comissão, todos distribuídos na Secretaria do Tribunal, sendo 19 cargos na Área Administrativa (dos quais 4 são da TI) e 11 na Área Judiciária de 2º Grau.



4.3.3. Distribuição das Funções Gerenciais

Das 343 funções de confiança existentes no TRE/PI, 148 estão distribuídas nas zonas eleitorais (área judiciária de 1º grau) e 195 na Secretaria do Tribunal (52 na área judiciária de 2º grau; 112 área administrativa; 22 na TI, 4 na EJE e 5 no Núcleo de Assistência Processual ao 1º Grau - NAPPG).

Funções de Confiança



■ SECRETARIA ■ ZONA ELEITORAL



4.3.4. Concurso de Remoção

No ano de 2023 o TRE/PI realizou o 27º Concurso de Remoção para o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa e o 05º Concurso de Remoção para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, com previsão de conclusão no primeiro bimestre de 2024.

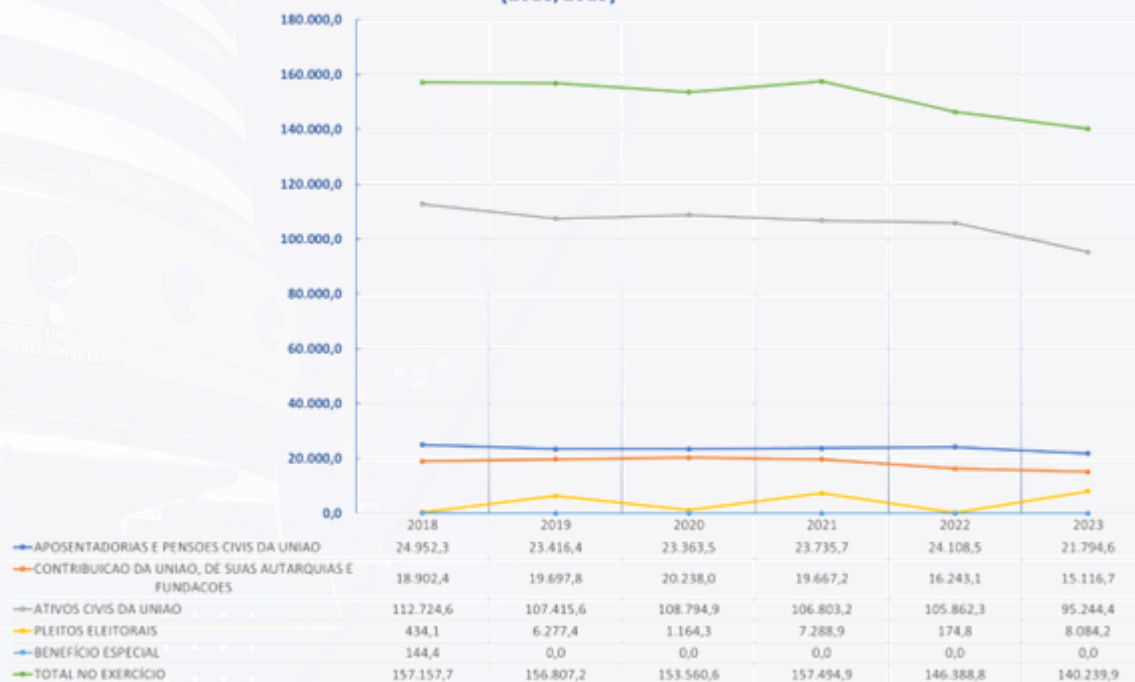
4.4. Evolução das Despesas com Pessoal

4.4.1. Despesas com Pessoal de 2018 a 2023

Nos dados apresentados foram considerados os valores despendidos, incluídos os valores ainda constantes em restos a pagar.

Valores em R\$ 1.000,00

Histórico da Realização de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais
[2018/2023]



4.4.2. Despesas com Benefícios de 2018 a 2023

Nos dados apresentados foram considerados os valores despendidos, incluídos os valores ainda constantes em restos a pagar .

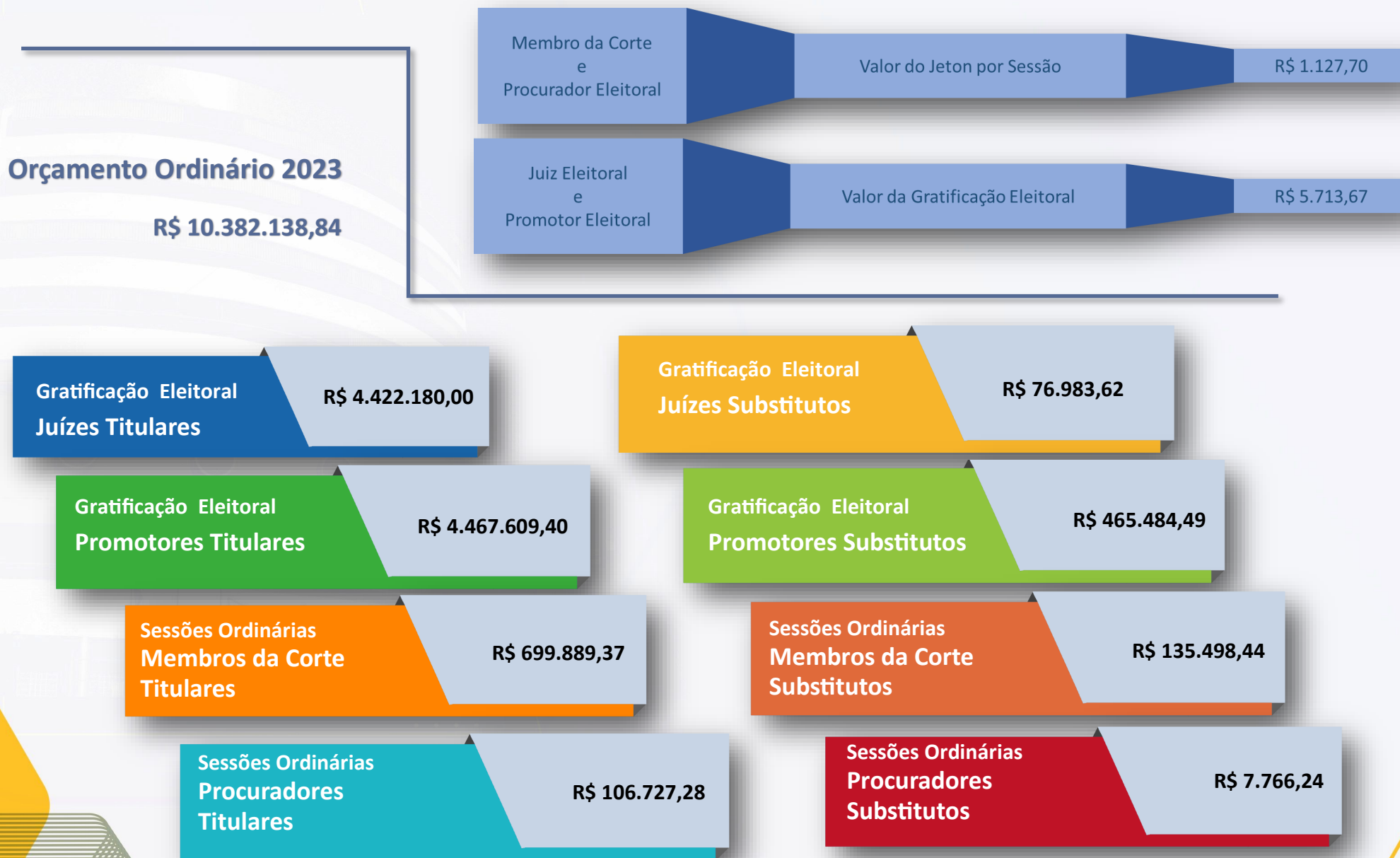
Evolução de Gasto com Benefícios
[2018 a 2023]



—●— Auxílio - Alimentação —●— Assistência Pré-Escolar —●— Auxílio - Transporte

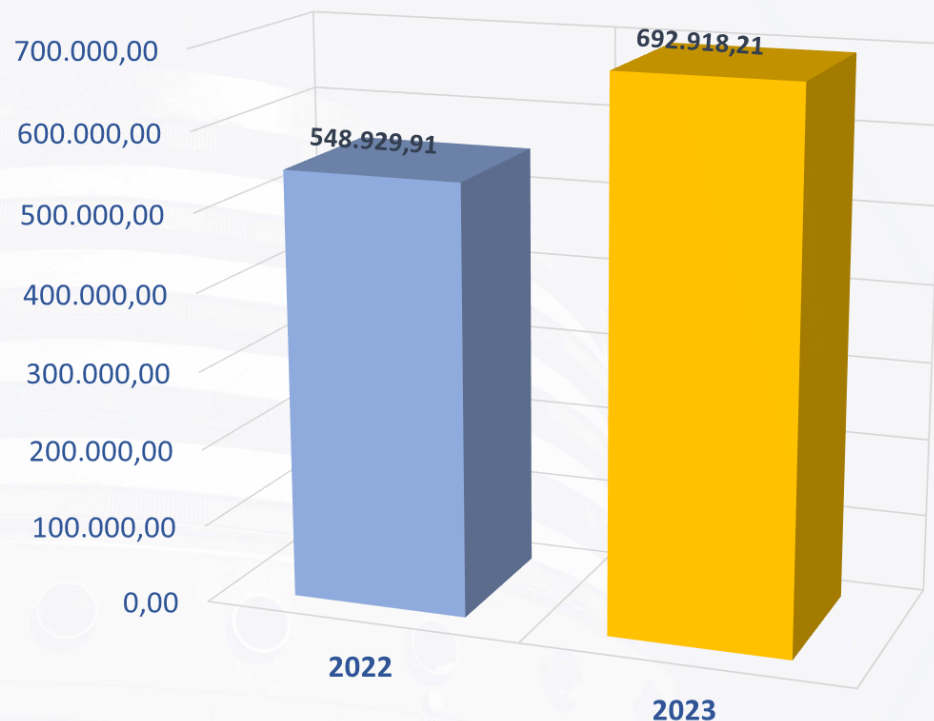
4.4.3. Despesas com Magistrados

Nos dados apresentados foram considerados os valores despendidos, incluídos os valores ainda constantes em restos a pagar.



4.4.4. Despesas com Estagiários

Evolução de despesas com estagiários



4.5. Desempenho e Eficiência

4.5.1. Dimensionamento da Força de Trabalho

O Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT no TRE-PI iniciou as tratativas para implementação do programa, com as devidas orientações do TSE. Houve reunião com os chefes de cartório de zonas eleitorais escolhidas estrategicamente por Região, para dar início à coleta de dados e inserção no Sistema DFT no primeiro semestre de 2024.

4.5.2. Avaliação de Desempenho

O TRE-PI conta com 394 servidores(as) estáveis e 6 em estágio probatório. Ademais, durante o ano de 2023, 75 servidores(as) obtiveram desenvolvimento na carreira, por meio de 68 progressões e 7 promoções.

PROMOÇÕES

7

PROGREÇÕES

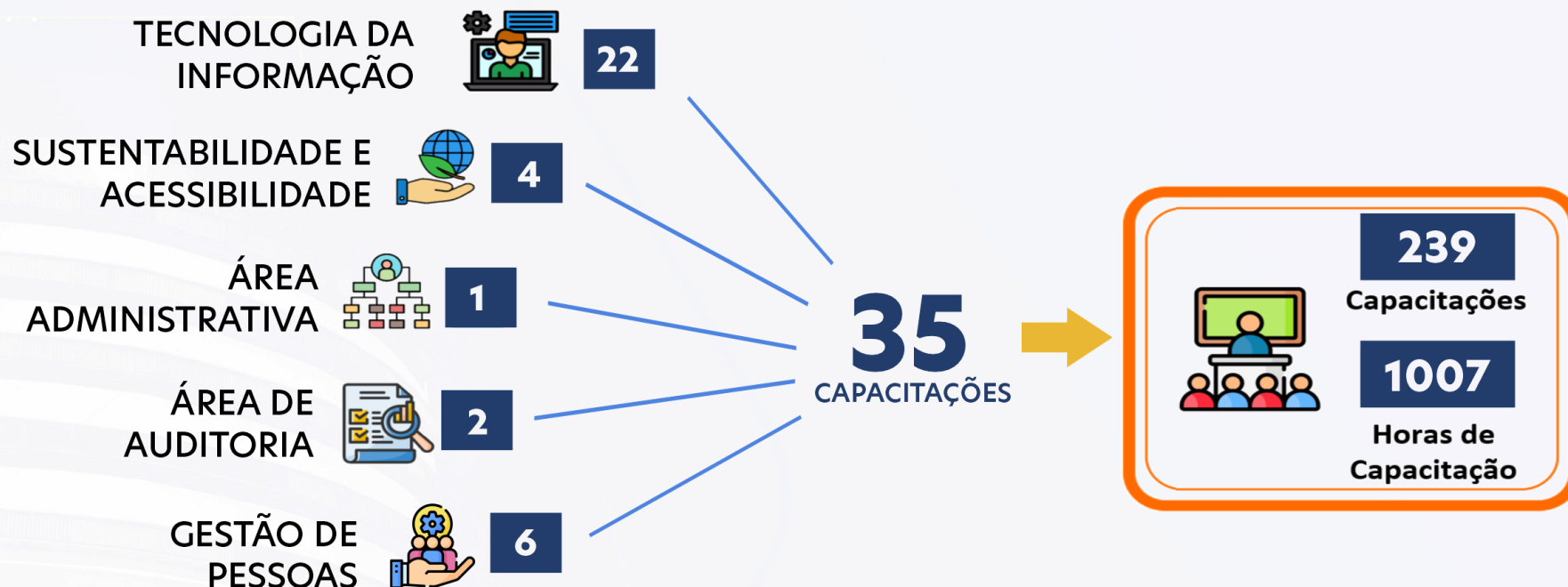
68

75

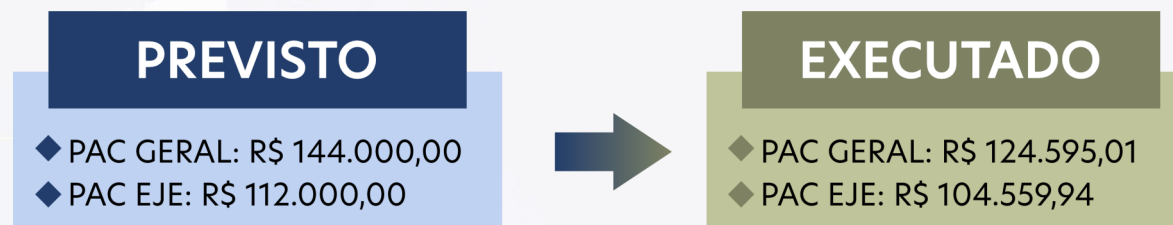
DESENVOLVIMENTOS
NA CARREIRA

4.6. Capacitação

4.6.1. Oferta de Capacitação



4.6.2. Investimentos em Capacitação



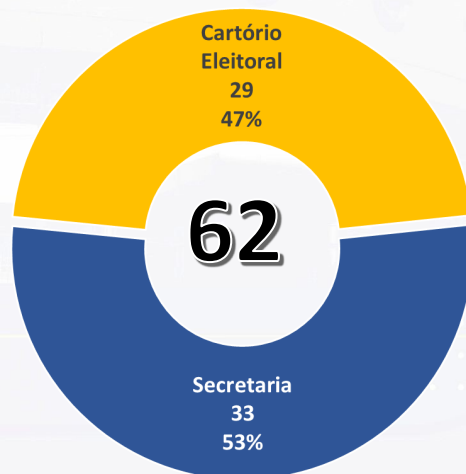
4.7. Teletrabalho

4.7.1. Gestão do Teletrabalho

A [Resolução TRE-PI nº 386/2020](#), instituiu o regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, e a [Portaria da Presidência TRE-PI nº 555/2021](#), instituiu condições especiais de trabalho aos(as) servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como aos(as) que tenham filhos(as) ou dependentes legais na mesma condição, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Atualmente, o TRE-PI possui 62 servidores(as) em regime de teletrabalho, sendo 27 Analistas Judiciários e 35 Técnicos Judiciários.

Teletrabalhadores(as)



4.8. Valorização do Servidor e das Condições de Trabalho

4.8.1. Auxílio-Saúde

O custeio de Auxílio-Saúde engloba o plano de saúde privado, via ASJEPI ou reembolso de boletos de outras operadoras, bem como as despesas com o Pró-Saúde, através da rede credenciada.



Plano de Saúde Privado

- Via Unimed/ASJEPI: 1.232 beneficiários
- Outras Operadoras: 72 beneficiários
- Total: 1.304 beneficiários

Assistência Odontológica Direta

- Exames Periódico Odontológico: 84
- Consultas de Retorno: 142
- Urgência: 47
- Total: 296 atendimentos



Assistência Odontológica Indireta (Rede Credenciada)

- Total: 296 atendimentos



4.8.2. Campanhas

Campanha de incentivo à vacinação contra Herpes-Zoster



94 servidores(as)/dependentes vacinados(as)

Campanha de vacinação antigripal de 2023



204 doses de vacinas aplicadas

Exames Médicos Periódicos - EMP



125 servidores(as) realizaram exames

4.8.3. Eventos e Ações



DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES

- Palestras
- Workshop de automaquiagem
- Coffee break
- Sorteio de Brindes
- 114 participantes presenciais



DIA MUNDIAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO

- Divulgação de material informativo
- Exposição e venda de quadros e artefatos em caráter solidário
- 92 participantes



DIA MUNDIAL DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

- Palestra
- Coffee Break
- 65 participantes presenciais



SEMANA DE COMBATE AO ASSÉDIO E A DISCRIMINAÇÃO

- Divulgação de material informativo
- Rodas de conversa / debate
- Coffee break



DIA DAS MÃES

- Café da manhã
- Apresentação musical
- Sorteio de brindes
- 61 participantes presenciais



DIA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À HIPERTENSÃO ARTERIAL

- Lançamento de campanha de incentivo ao uso das escadas
- Divulgação de material informativo
- Coffee Break saudável
- 151 participantes presenciais



DIA DOS PAIS

- Café da manhã
- Música ambiente
- 51 participantes presenciais



SETEMBRO AMARELO

- Roda de conversa
- Coffee Break
- Brindes
- 100 participantes presenciais



DIA DO CORAÇÃO

- Palestra
- Coffee Break saudável
- 65 participantes presenciais



DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

- Palestra
- Show de humor
- Sorteio de brindes
- Coffee break
- Música ao vivo
- 137 participantes presenciais



OUTUBRO ROSA

- Divulgação de material informativo
- Adoção de símbolo nas páginas da intranet / internet



CAMINHOS PARA COMBATER A INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA

- Roda de conversa / debate
- Divulgação de material informativo
- Coffee Break
- 64 participantes presenciais

4.9. Escola Judiciária Eleitoral

A Escola Judiciária Eleitoral do Piauí - EJE-PI é a unidade administrativa vinculada à Presidência destinada, notadamente, a promover a atualização e a especialização continuada ou eventual em Direito, notadamente o Eleitoral, para magistrados(as), membros do Ministério Público Eleitoral, advogados(as) e servidores(as) da Justiça Eleitoral.

Também atua no desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social e de projetos de educação para a cidadania política, bem como estimulando estudos para a discussão, a pesquisa e a produção científica de matéria eleitoral.

A Escola foi criada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí por meio da [Resolução TRE-PI nº 104/2005](#), seguindo os moldes da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral - EJE/TSE. Atualmente regida pela [Resolução TRE-PI nº 342/2016](#) e pela [Resolução TSE nº 23.620/2020](#).

Capacitação de Magistrados(as)

4 cursos

2 magistrados(as) e 199 servidores(as)

Capacitação de Servidores(as)

7 cursos

2 magistrados(as) e 469 servidores(as)

Ações de Cidadania

2 projetos

441 cidadãos(ãs) participantes



Escola Dirceu Arcoverde
13/11/2023
Projeto Parlamento do Futuro



Escola Premem Norte
07/11/2023
Projeto Parlamento do Futuro



Para mais detalhes [clique aqui](#).



5






Gestão de Tecnologia da Informação

5. Gestão de Tecnologia da Informação



5.1. Conformidade Legal

Como órgão do Poder Judiciário, o TRE-PI observa as regulamentações expedidas pelos órgãos de controle e do TSE, com destaque para os normativos em sequência:

-  [Resolução CNJ nº 370/2021](#) - Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação — ENTIC-JUD para o ciclo 2021-2026;
-  [Resolução CNJ nº 468/2022](#) - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;
-  [Resolução CNJ 396/2021](#) - Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);
-  [Resolução TSE nº 23.644/2021](#) - Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral;
-  [Lei nº 13.709/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

No âmbito local, a gestão da informática também observou as premissas em busca do alinhamento com a estratégia do Tribunal, formalizada em seu Plano Estratégico Institucional, regulamentado por meio da [Resolução TRE-PI nº 420/2021](#), bem como com a estratégia da área de Tecnologia da Informação, materializada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), instituído pela [Portaria TRE-PI nº 491/2021](#).

O TRE-PI também aplica diretrizes estabelecidas em padrões e melhores práticas internacionais, dentre as quais podem ser citados o COBIT, a ITIL, as normas ISO 27000 e ISO 31000.



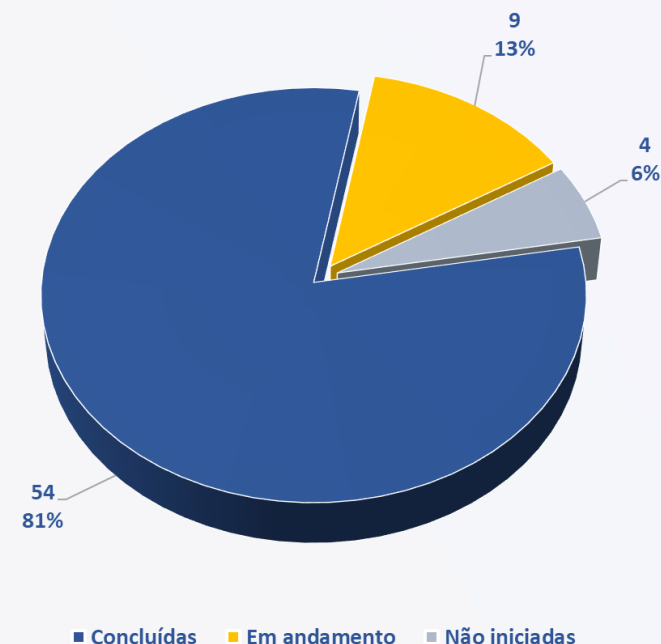
5.2. Referencial Estratégico

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2026 (PDTI 2021-2026), aprovado pela [Portaria TRE-PI nº 491/2021](#), foi elaborado observando-se o alinhamento com o Planejamento Estratégico do TRE-PI e com a [Resolução CNJ nº 370/2021](#). A consolidação da estratégia de TI do TRE-PI para o ciclo 2021 – 2026 pode ser observada na Figura 2 - Mapa Estratégico de TI 2021-2026 do TRE-PI.



O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2026 relaciona 67 iniciativas a serem executadas durante o ciclo estratégico 2021-2026 e contempla 15 resultados-chave associados aos objetivos estratégicos. Dentre as iniciativas programadas para o ciclo de 2021 a 2026, 54 (81%) foram concluídas, 9 (13%) estão em andamento e 4 (6%) ainda não foram iniciadas. No total, dez iniciativas não puderam ser realizadas dentro do prazo estimado, tendo sido reprogramadas para o exercício de 2024.

**Iniciativas do Plano Estratégico
PDTI 2021-2026**



5.2.1. Desempenho do PDTI

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí adota a metodologia OKR para a gestão de tecnologia da informação. Esta metodologia é uma estrutura de gerenciamento de metas que traz parâmetros mensuráveis, cuja dinâmica é focada em resultados.

Nesse contexto, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2026 relaciona oito objetivos estratégicos de TI associados a resultados-chave. Para cada ano de vigência do Plano, foram definidas as metas a serem atingidas.

No exercício de 2023, o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí conseguiu atender a meta de aproximadamente 53% dos objetivos estratégicos contemplados nos resultados-chaves especificados no PDTI.

A Tabela 1 - Resultados-chaves de TI alcançados em 2023 apresenta o detalhamento dos resultados obtidos para cada uma das metas estabelecidas.

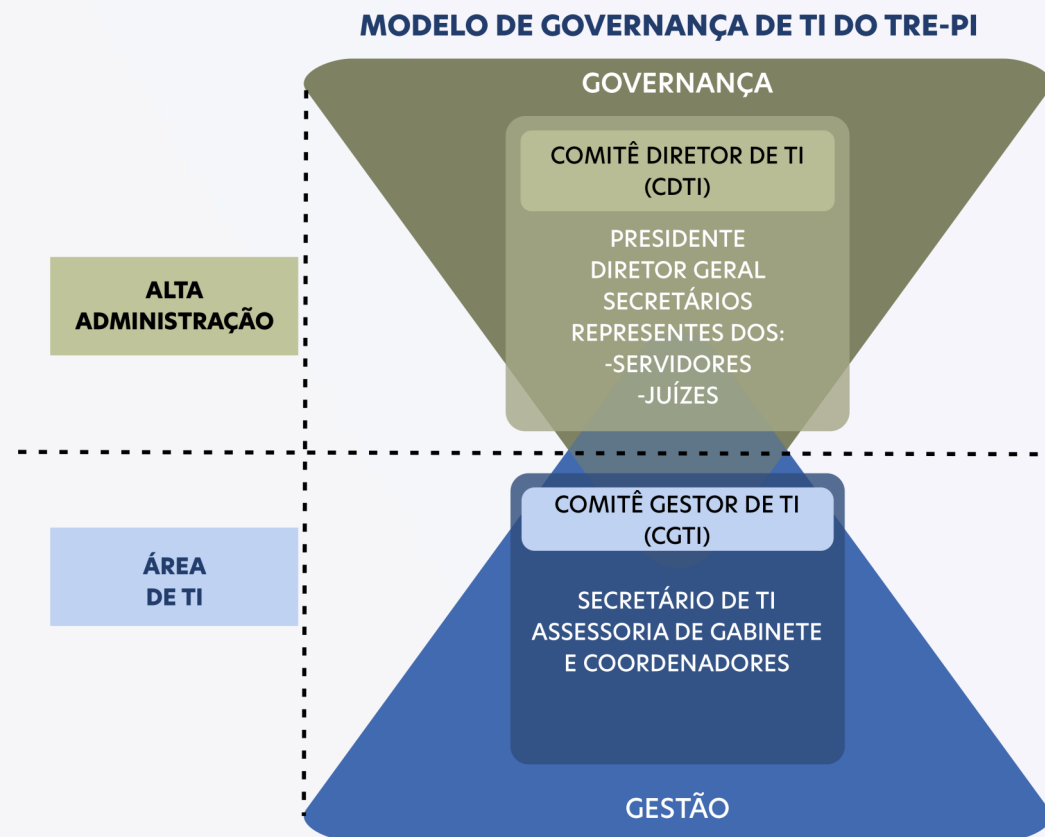
Resultado-Chave	Meta	Resultado
KR1.1 Aumentar a adesão às pesquisas de satisfação padronizadas para 20% até 2026	10%	5,39%
KR1.2 Aumentar o índice de satisfação dos usuários com o atendimento de TI para 98% até 2026	97%	94,48%
KR1.3 Aumentar o índice de satisfação dos usuários com os serviços de TI para 95% até 2026	89%	85,36%
KR 2.1 Atingir 100% de execução do Plano de Transformação Digital até 2026	50%	0%
KR3.1 Aumentar a porcentagem de servidores da STI capacitados anualmente para 90% até 2026	70%	71%
KR4.1 Participar anualmente de quatro iniciativas em parceria com outros órgãos até 2026	3	6
KR 4.2 Publicar anualmente 20 iniciativas no repositório nacional até 2026	15	6
KR 5.1 Alcançar 100% de execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação até 2026	50%	79%
KR 5.2 Realizar 100% do número de reuniões do CDTI previstas em normativo até 2021	100%	100%
KR 6.1 Atingir 100% de execução do Plano Anual de Contratações de Soluções de TI até 2025	80%	75%
KR 7.1 Implementar a gestão de riscos em 100% dos serviços críticos até 2022	100%	100%
KR 7.2 Atender a 100% dos requisitos da LGPD até 2026	30%	88%
KR8.1 Aumentar o índice de atendimento dos serviços de TI realizados dentro do Acordo de Nível de Serviço para 95% até 2026	94%	94%
KR 8.2 Alcançar o índice de 80% de projetos de software aderentes à Metodologia de Desenvolvimento de Software até 2026	60%	79%
KR 8.3 Aumentar o índice de aderência ao Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Software para 95% até 2026	85%	100%

5.3. Modelo de Governança de TI

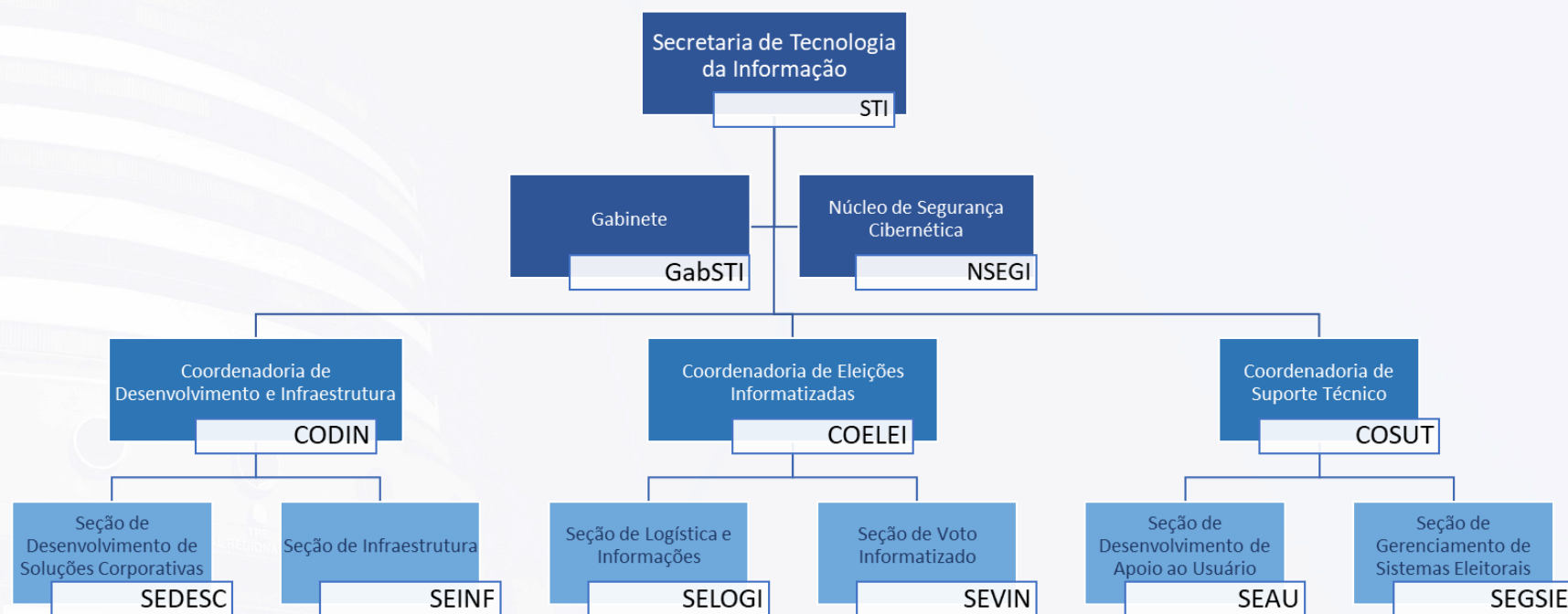
No TRE-PI, o modelo de Governança de Tecnologia da Informação tem por base duas instâncias, sendo a primeira de cunho estratégico, representada pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI), e a segunda de cunho tático-operacional, Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), conforme demonstrado na Figura 3 - Modelo de Governança de TI do TRE-PI.

O CDTI é a instância responsável pela aprovação de políticas, estratégias e planos institucionais, além do monitoramento e avaliação sistemática dessas políticas. É composto por representantes das unidades administrativas do Tribunal e de representante das zonas eleitorais.

O CGTI, por sua vez, é a instância responsável pela apreciação dos planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução desses planos, estabelecimento de indicadores operacionais e proposições de replanejamento, sendo composto pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação, pelos titulares das Coordenadorias das unidades e pelo titular da Assistência de Governança de Tecnologia da Informação.



5.4. Estrutura Organizacional



5.5. Avaliação Externa

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, anualmente, diagnóstico para aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento e, conseqüentemente, do aperfeiçoamento dos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação constantes na ENTIC-JUD vigente.

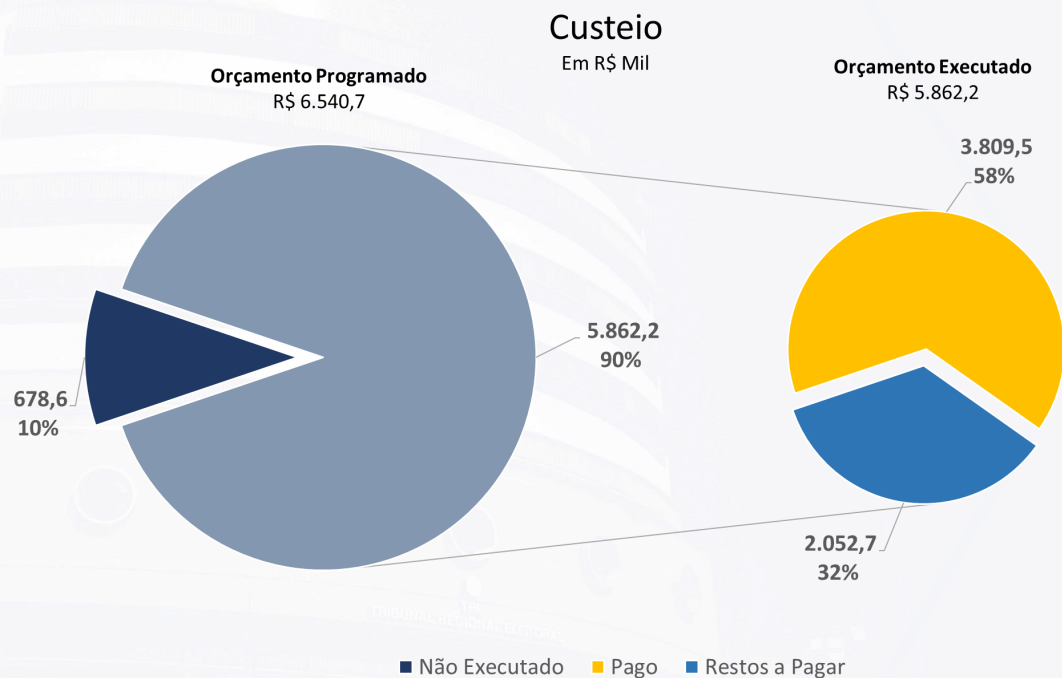
Em 2023, o TRE-PI alcançou o nível "Excelência" no iGovTIC (Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário), com uma pontuação de 92,93 no questionário aplicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Resultados por Tema no iGovTIC-JUD 2023

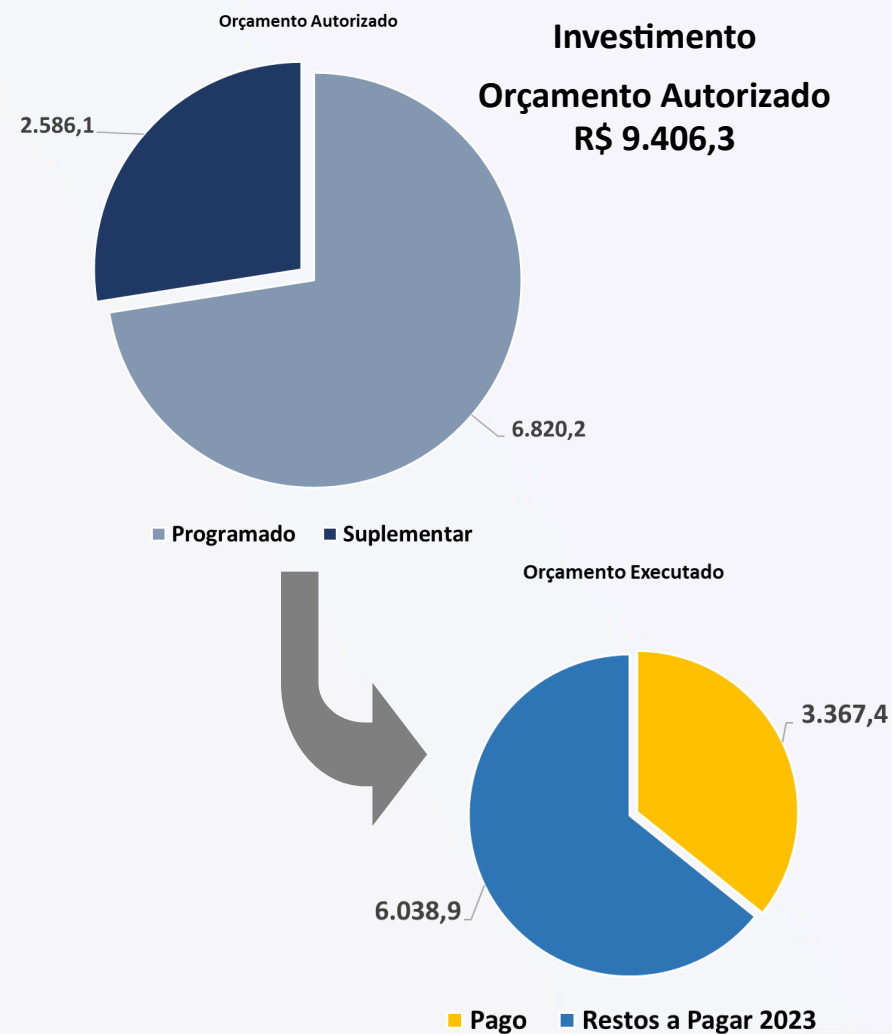


5.6 Recursos Aplicados em Tecnologia da Informação

O TRE-PI investiu, em 2023, um total de R\$ 15.268,5 mil em recursos para aplicação em Tecnologia da Informação, sendo R\$ 5.862,2 mil de Custeio e R\$ 9.406,3 mil de Investimento.



Total: R\$ 15.268,5 mil



5.7. Contratações Mais Relevantes

5.7.1. Contratações Continuadas mais Relevantes



Novas Contratações mais Relevantes na área de TI em 2023

CT-33/2023	Datacenter Contêiner Valor Contratado R\$ 5.526.250,97
ARP-49/2022 CT-53/2023	Microcomputadores Desktop Valor Contratado R\$ 1.428.560,00 Programado para 2023: R\$ 1.001.780,00
CT-50/2023 CT-61/2023	Kits Biométricos Valor Contratado R\$ 1.000.110,00
CT-43/2023	Solução Integrada de Colaboração Valor Contratado R\$ 829.220,40
CT-22/2023 c/c 01º TA	Solução de rede sem fio Wi-Fi Valor Contratado R\$ 333.407,00
ARP-14/2023	Switch de núcleo de rede de computadores Valor Contratado R\$ 170.092,80
CT-40/2023 CT-41/2023 CT-42/2023	Licenças Autodesk, Autocad e Adobe Cloud Valor Contratado R\$ 164.273,98
CT-41/2023 CT-42/2023 CT-43/2023 CT-44/2023 CT-45/2023 CT-47/2023	Material de manutenção de equipamentos Valor Contratado R\$ 99.783,33



5.8. Iniciativas Estratégicas por Macroprocesso

As principais iniciativas estratégicas realizadas em 2023 pela STI estão anotadas no Item [2.4 - Resultado da Gestão](#), conforme o melhor Objetivo Estratégico alinhado. Entretanto, para conhecer a lista mais detalhada das ações empreendidas, [clique aqui](#).



5.9. Segurança da Informação

O Núcleo de Segurança da Informação (NSEGI) e o Núcleo de Segurança Cibernética (NSCIB) são as principais unidades que gerenciam a Segurança da Informação no TRE-PI.

Destacam-se como iniciativas das unidades:

- 📄 a regulamentação de procedimentos de políticas; e
- 📄 a implementação de soluções de segurança cibernética.

📄 [Portaria TRE-PI nº 77/2023](#)
 📄 Dispõe sobre a regulamentação do uso de recursos criptográficos no âmbito do TRE-PI

📄 [Portaria TRE-PI nº 93/2023](#)
 📄 Dispõe sobre a regulamentação para a Gestão e Monitoramento de Registro de Atividades no TRE-PI

📄 [Portaria TRE-PI nº 158/2023](#)
 📄 Dispõe sobre as regras e os procedimentos para Desenvolvimento Seguro de Software do TRE-PI








📄 [Portaria TRE-PI nº 269/2023](#)
 📄 Dispõe sobre as regras e os procedimentos para uso do Múltiplo Fator de Autenticação (MFA) no TRE-PI

📄 [Portaria TRE-PI nº 295/2023](#)
 📄 Institui o Processo de Gestão de Segurança da Informação

📄 [Portaria TRE-PI nº 330/2023](#)
 📄 Institui regras para a Gestão de Identidade e o Controle de Acesso Físico e Lógico ao ambiente cibernético do TRE-PI

5.10. Eleições para Conselhos Tutelares em 2023

Para os preparativos e realização das eleições para os Conselhos Tutelares em 2023, foi desenvolvido o Sistema ELCOM - Eleições Comunitárias que estruturou e parametrizou as informações visando a carga das Urnas Eletrônicas:

-  cadastro das entidades responsáveis;
-  cadastro dos candidatos pelas entidades;
-  cadastro dos locais de votação pelas entidades;
-  geração dos dados para a carga das Urnas Eletrônicas;
-  integração com o Sistema SEI.

NÚMEROS

224

◆ MUNICÍPIO QUE SOLICITARAM AS URNAS ELETRÔNICAS (100%)

1.742

◆ SEÇÕES ELEITORAIS

2.232

◆ URNAS ELETRÔNICAS

490

◆ URNAS ELETRÔNICAS DE CONTINGÊNCIA

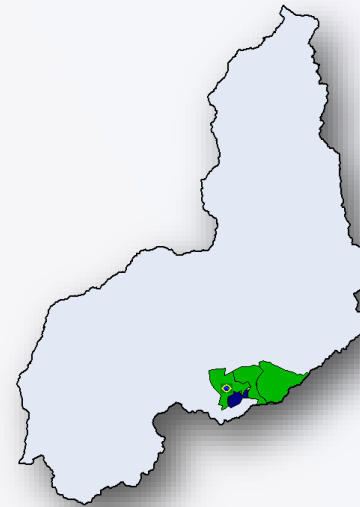
5

◆ URNAS DE LONA (O MUNICÍPIO DE AROAZES DEIXOU DE FORNECER OS DADOS DE UMA DAS CANDIDATAS PARA A PREPARAÇÃO DAS URNAS ELETRÔNICAS.




490

◆ CANDIDATOS REGISTRADOS

5.11. Relacionamento Institucional



Eleição Suplementar

-  13ª Zona Eleitoral (São Raimundo Nonato)
-  Município de São Lourenço do Piauí
-  Prefeito e Vice-Prefeito

17

ELEIÇÕES COMUNITÁRIAS

- ◆ ELEIÇÕES COMUNITÁRIAS REALIZADAS COM URNAS ELETRÔNICAS

PROJETO PARLAMENTO DO FUTURO

21

◆ ESCOLAS PARTICIPANTES

19

◆ MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS

23

◆ URNAS DE SEÇÃO

19



◆ URNAS DE CONTINGÊNCIA

85

◆ CANDIDATOS

6.463

◆ ELEITORES

-  Apoio ao projeto da Escola Legislativa do Piauí
-  Colaboração da Secretaria de Educação do Estado do Piauí

[Para informações mais detalhadas sobre as atividades da STI.](#)






6


Gestão de Correições e Inspeções


6. Gestão de Correições e Inspeções


6.1. Conformidade Legal


Em 2023, as principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pela Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí para garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência, nos termos do art. 8º, I, c, da Instrução Normativa [TCU 84/2020](#) tiveram fundamento nos comandos:


 [Resolução TSE nº 23.657/2021](#) - Estabelece as normas aplicáveis às inspeções, às correições e aos procedimentos disciplinares contra autoridades judiciárias no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências;

 [Provimento CGE nº 02/2023](#) - Dispõe sobre os procedimentos para a realização de inspeções e correições nos Tribunais Regionais Eleitorais e nas Zonas Eleitorais e sobre a utilização do Sistema de Inspeções e Correições da Justiça Eleitoral (SInCo);

 [Resolução TRE-PI nº 271/2013](#) - Aprova o Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - TRE-PI;

 [Resolução TRE-PI nº 442/2022](#) - Dispõe sobre a criação do Núcleo de Assistência Processual ao Primeiro Grau (NAPPG) no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí;




 [Provimento CRE-PI nº 03/2023](#) (DJE nº 101/2023) - Estabelece as normas e instruções complementares para a realização das inspeções, autoinspeções e correições das unidades de primeiro grau do Estado do Piauí;

 [Manual de Procedimentos Cartorários](#), anexo do [Provimento CRE-PI nº 08/2019](#).



6.2. Procedimentos de Autoinspeção Anual, Autoinspeção Inicial e Inspeção de Ciclo

São procedimentos regulamentados pela Corregedoria-Geral Eleitoral e pelas Corregedorias Regionais Eleitorais, para verificação da regularidade dos serviços cartorários e sua eventual correção, sendo classificados em três tipos:

-  **Autoinspeção Anual:** é o procedimento de avaliação periódica anual pelo qual passam todas as zonas eleitorais do Estado.
-  **Autoinspeção Inicial:** é o procedimento de avaliação realizado pelo juiz ou juíza eleitoral quando de sua assunção na jurisdição eleitoral.
-  **Inspeção de Ciclo:** é o procedimento de avaliação realizado pela Corregedoria Regional Eleitoral em determinada zona eleitoral durante um determinado ciclo (período).



[Audiência pública de abertura das inspeções nos cartórios eleitorais de Parnaíba/PI \(3ª e 4ª ZE-PI\) no dia 14.03.2023](#)

[Inspeções nos cartórios eleitorais da 11ª ZE-PI \(Piripiri/PI\) e 12ª ZE – Pedro II/PI de 27 a 31.03.2023](#)



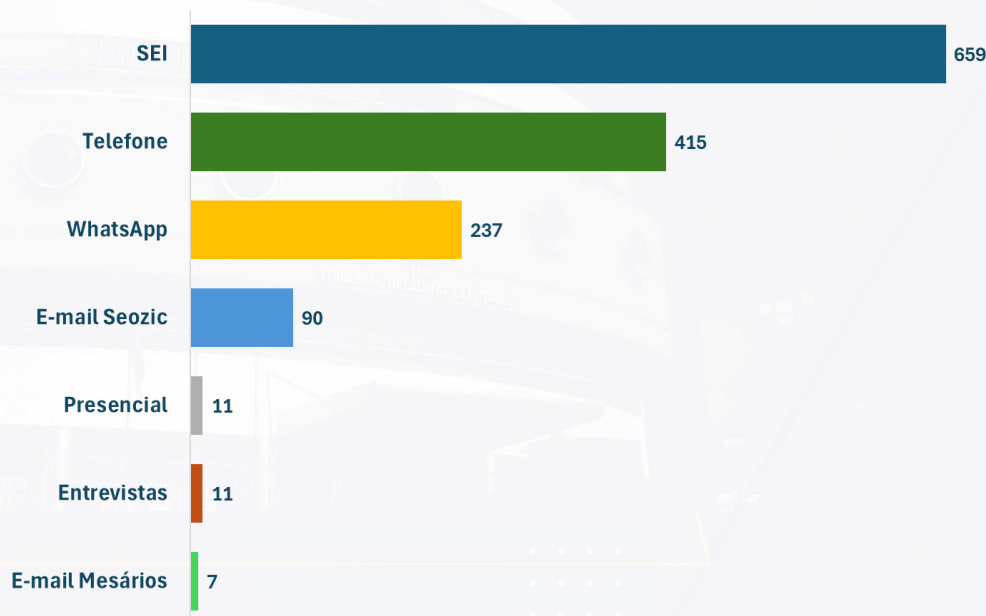
[Inspeções nos cartórios eleitorais da 10ª ZE e 28ª ZEs – Picos de 26 a 30.06.2023](#)



6.3. Orientação às Zonas Eleitorais e Informações à Imprensa 2023

A Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí, por meio de sua Seção de Orientação às Zonas Eleitorais, Inspeções e Correições (Seozic) realizou 1.430 (mil quatrocentos e trinta) atendimentos de dúvidas das Zonas Eleitorais e público externo no ano de 2023 e concedeu 11 (onze) entrevistas a órgãos de imprensa, tais como TVs, rádios e portais de internet que visavam informar o eleitorado em relação a procedimentos e datas dispostas no calendário eleitoral.

Quantidade de Atendimentos em 2023



6.4. GT Mesárias e Mesários

Mesmo não sendo ano eleitoral, houve atenção especial às pessoas voluntárias ao trabalho de mesários e de mesárias:

- operacionalização de Acordos de Cooperação com Instituições de Ensino Superior;
- treinamento de 40 mesários(as) para eleições suplementares no município de São Lourenço do Piauí, em 06/08/2023, em cumprimento à [Resolução TRE-PI nº 468/2023](#);
- planejamento das atividades do GT Mesários para as Eleições 2024, com a elaboração do [Plano Geral de Projeto \(PGP\) nº 16](#), com nova composição do Grupo de Trabalho definida pela [Portaria TRE-PI nº 49/2024](#).

Eleições Suplementares
Município de São Lourenço do Piauí
Capacitação de Mesários(as)



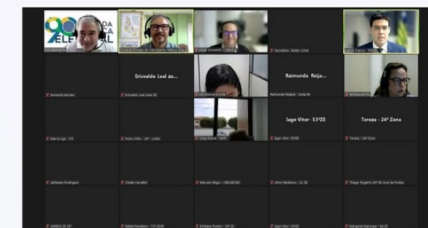
6.5. Capacitações e Treinamentos em 2023

No ano de 2023 foram realizadas ações de treinamento com servidores(as) de Prefeituras, para atuarem nos Pontos de Inclusão Digital (PIDs), bem como a capacitação dos Agentes Cartorários, contratados pelo TRE-PI para melhorar o atendimento aos(as) eleitores(as).



[Treinamento de Agentes Cartorários realizado no dia 14.02.2023](#)

[Treinamento de Servidoras e Servidores das Zonas Eleitorais – Título Net, Infodip e Justifica](#)



[Treinamento Ponto de Inclusão Digital \(PID\) – São Félix do Piauí](#)

6.6. Auxílio Direto aos Cartórios Eleitorais

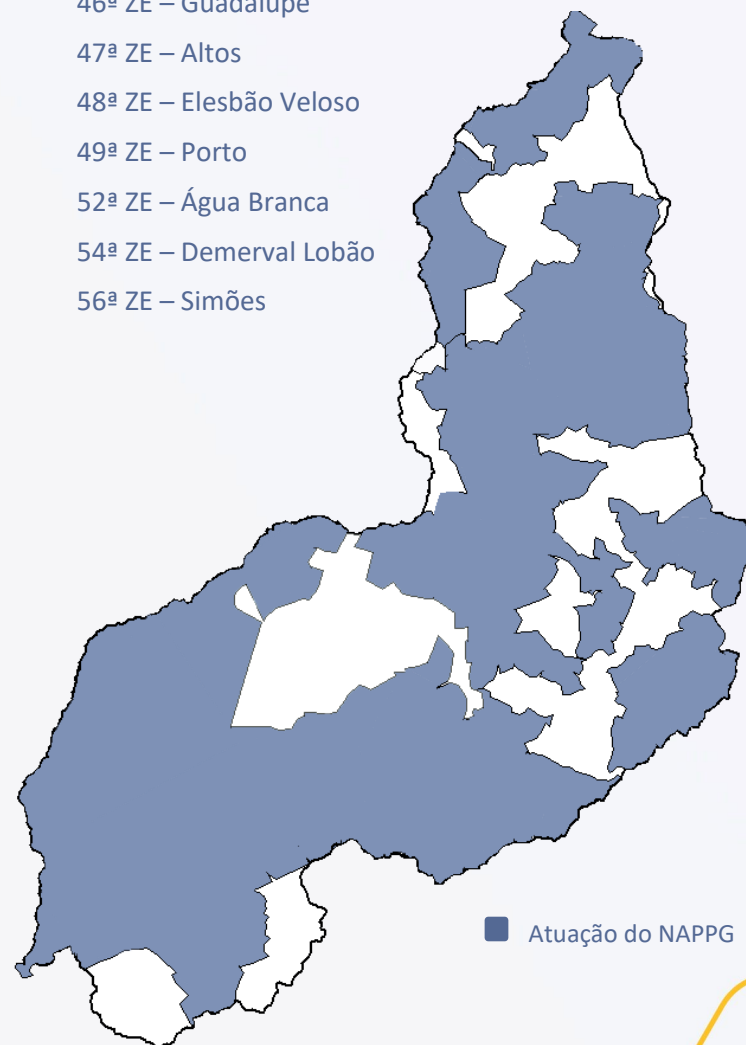
O Núcleo de Apoio Processual ao Primeiro Grau de Jurisdição (NAPPG), criado pela [Resolução TRE-PI nº 442/2022](#), auxilia serventias com maior carteira de processos pendentes e, em casos especiais, presta assessoramento especializado em tramitação de Ações Penais Eleitorais a todos os Cartórios Eleitorais do Estado.

A atuação foi ampliada a partir de maio de 2023 quando passou a integrar a equipe de monitoramento do Grupo de Apoio aos Cartórios Eleitorais instituído pela [Portaria Conjunta TRE-PI nº 03/2023](#). Esse Grupo de Apoio, formado por servidores(as) em regime de teletrabalho, ([Resolução TRE-PI nº 386/2020](#)), presta apoio na tramitação de processos no primeiro grau de jurisdição, com foco na carteira de processos antigos, assim classificados conforme as parametrizações do CNJ.

A atuação do NAPPG, no ano de 2023, alcançou 51 das 74 Zonas Eleitorais do Estado, melhorando significativamente os indicadores de produtividade jurisdicional avaliados pelo CNJ, contribuindo de modo efetivo na redução do estoque de processos pendentes.

2ª ZE – Teresina
3ª ZE – Parnaíba
4ª ZE – Parnaíba
5ª ZE – Oeiras
7ª ZE – Campo Maior
9ª ZE – Floriano
10ª ZE – Picos
11ª ZE – Piripiri
12ª ZE – Pedro II
13ª ZE – São Raimundo Nonato
14ª ZE – Uruçuí
15ª ZE – Bom Jesus
16ª ZE – União
17ª ZE – Miguel Alves
18ª ZE – Valença do Piauí
20ª ZE – São João do Piauí
24ª ZE – José de Freitas





39ª ZE – São Miguel do Tapuio
40ª ZE – Fronteiras
41ª ZE – Esperantina
43ª ZE – Regeneração
44ª ZE – Ribeiro Gonçalves
46ª ZE – Guadalupe
47ª ZE – Altos
48ª ZE – Elesbão Veloso
49ª ZE – Porto
52ª ZE – Água Branca
54ª ZE – Demerval Lobão
56ª ZE – Simões
79ª ZE – Caracol
91ª ZE – Luís Correia
94ª ZE – Oeiras
95ª ZE – São Raimundo Nonato
98ª ZE – Teresina



6.7. Produtividade no 1º Grau de Jurisdição

O TRE-PI alcançou a avaliação de Selo Diamante, conferido pelo CNJ, notadamente pelo equilíbrio em níveis elevados nas pontuações dos quatro eixos de avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade 2023.

Entretanto, a conquista foi possível com a melhoria significativa na gestão da **produtividade jurisdicional**, saindo do patamar de performance de 33,3%, em 2020, para 93,6% em 2023.

	2020	2021	2022	2023
 GOVERNANÇA	80,0% 160/200	67,7% 105/155	75,0% 180/240	94,2% 165/175
 PRODUTIVIDADE	33,3% 50/150	38,0% 57/150	35,8% 93/260	93,6% 234/250
 TRANSPARÊNCIA	83,3% 100/120	91,7% 110/120	100% 120/120	91,7% 110/120
 DADOS E TECNOLOGIA	65,3% 307/470	88,0% 515/585	93,5% 575/615	100,0% 490/490
 PONTUAÇÃO GERAL	65,6% 617/940	77,9% 787/1.010	78,4% 968/1.235	96,5% 999/1.035

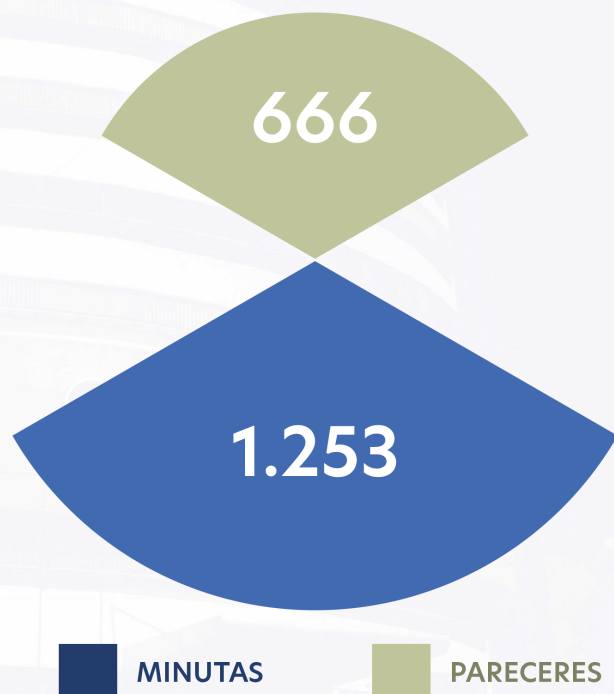
O NAPPG contribuiu para esse desempenho refletindo suas intervenções no quantitativos de processos julgados e baixados no primeiro grau.

Produtividade do 1º Grau de Jurisdição
2023

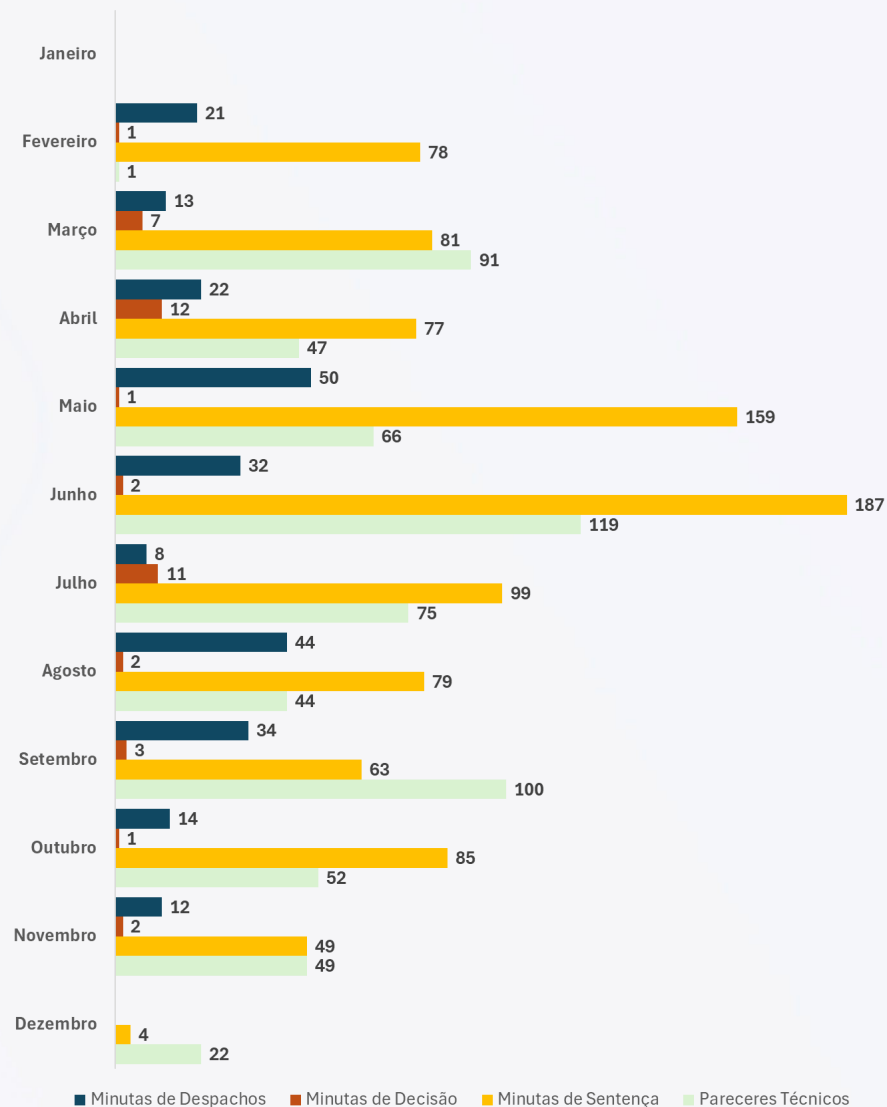


Esse apoio pode ser percebido efetivamente com a elaboração de peças processuais, seja em nível de minutas (1.253) seja sob a forma de pareceres técnicos (666).

PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DO NAPPG 2023



Produtividade do NAPPG 2023



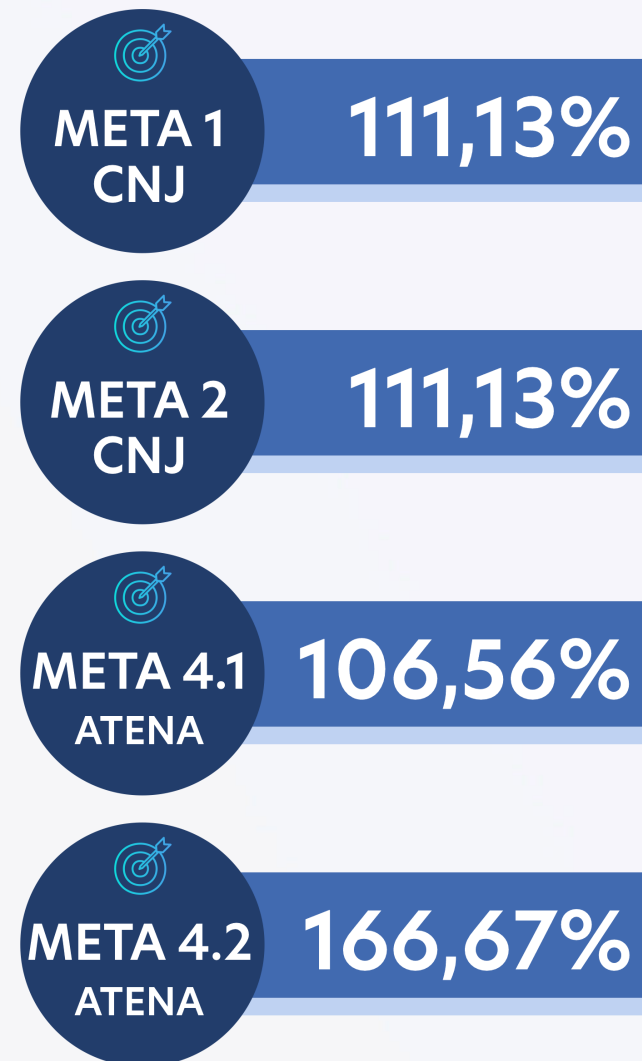
6.8. Metas Nacionais

As Metas Nacionais integram a [Estratégia Nacional do Poder Judiciário](#) estabelecida pelo CNJ regulamentada na [Resolução CNJ nº 325/2020](#).

No âmbito da produtividade jurisdicional, a Justiça Eleitoral é acompanhada pelas metas:

- 🎯 **Meta 1** - Julgar mais processos que os distribuídos;
- 🎯 **Meta 2** - Julgar processos mais antigos;
- 🎯 **Meta 4** - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, sendo:
 - 📋 **Meta 4.1** - Processos relacionados às Eleições 2020;
 - 📋 **Meta 4.2** - Processos relacionados às Eleições 2022.

O TRE-PI, nesse quesito, segundo os resultados divulgados pelo CNJ, as Metas 1 e 2 foram alcançadas e, pelos parâmetros de acompanhamento dos sistemas internos (Sistema Atena), a Meta 4 também.





7

Gestão de Demandas dos Órgãos de Controle

7. Gestão de Demandas dos Órgãos de Controle

7.1. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

No âmbito do Tribunal, compete à Coordenadoria de Auditoria Interna - COAUDI as atribuições inerentes ao sistema de controle interno previsto no [art. 74 da Constituição Federal](#), bem como na [Resolução TRE-PI nº 271/2013](#) e na [Resolução TRE-PI nº 399/2020](#).

Mediante atividades de avaliações realizadas por meio de auditorias, a Unidade de Auditoria Interna tem o propósito de adicionar valor e contribuir na melhoria dos processos da organização, em aderência às normas nacionais e internacionais que regulamentam a prática profissional da atividade de auditoria interna.

Apresenta-se a seguir as atividades desenvolvidas por essa Unidade de Auditoria no exercício de 2023 em alinhamento ao objetivo estratégico de aprimorar a governança, a gestão e a infraestrutura.



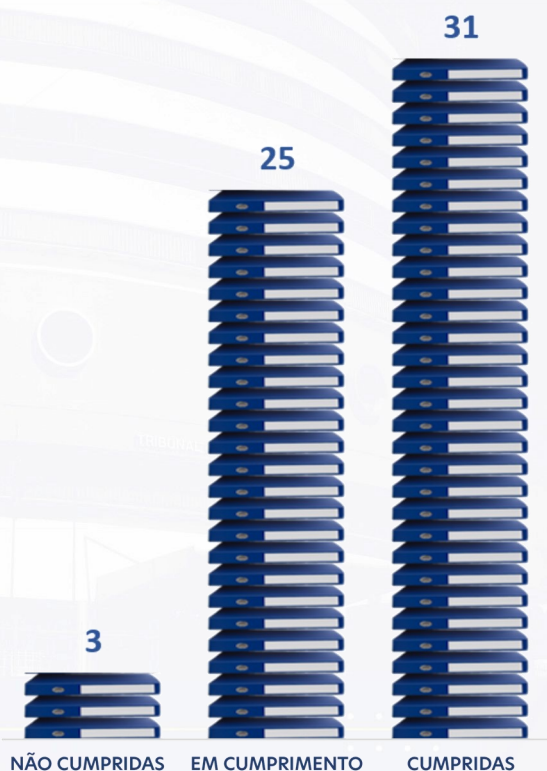
7.2. Auditorias

NOME DA AUDITORIA	OBJETO	RESULTADO
AUDITORIA DAS CONTAS ANUAIS (TCU - 2022)	SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA DO TRIBUNAL, REFLETIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022 E TRANSAÇÕES SUBJACENTE. (AUDITORIA ENCERRADA EM MARÇO/2023)	RECOMENDAÇÕES OBJETIVANDO A MELHORIA DA FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, BEM COMO DOS PROCESSOS AVALIADOS
AUDITORIA DAS CONTAS ANUAIS (TCU - 2023)	SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA DO TRIBUNAL, REFLETIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023 E TRANSAÇÕES SUBJACENTE. (AUDITORIA INICIADA EM AGOSTO/2023 - PREVISÃO DE ENCERRAMENTO EM MARÇO/2024)	BENEFÍCIOS QUANTO A CONTRIBUIÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO
AUDITORIA NO PROCESSO DE GESTÃO PATRIMONIAL (INTEGRADA TSE)	PROCESSO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO DA JUSTIÇA ELEITORAL, COM ENFOQUE NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS	RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES, DE MODO A CONTRIBUIR PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO BENS MÓVEIS E IMÓVEIS NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS
AUDITORIA NO PROCESSO DA POLÍTICA CONTRA ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO (COORDENADA CNJ)	POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE DO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO TRE-PI	RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS RELACIONADAS AO COMBATE DO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO DE MODO A ELEVAR O NÍVEL DE MATURIDADE DA GESTÃO NESSE TEMA
AUDITORIA NA PLATAFORMA DIGITAL DO TRE/PI (COORDENADA CNJ)	PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO - PDPJ	RECOMENDAÇÕES DE MELHORIAS DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS TENDENTES A INTEGRAÇÃO NA PDPJ

7.3. Monitoramento de Auditorias

No ano de 2023, em cumprimento ao Plano Anual das Atividades de Auditoria, foram monitoradas 59 determinações oriundas de recomendações emitidas em auditorias realizadas em exercícios anteriores e encaminhadas à Presidência deste Regional, ilustradas a seguir conforme os status de cumprimento.

RECOMENDAÇÕES MONITORADAS

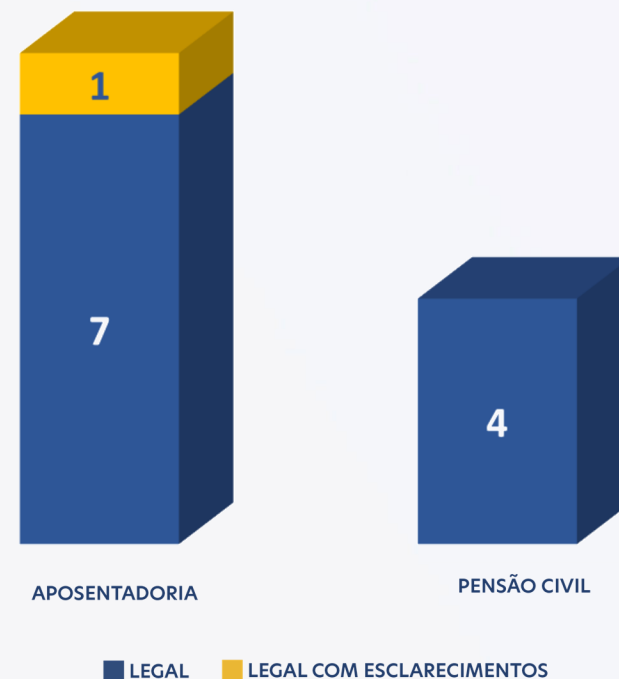


TOTAL **59**

7.4. Emissão de Pareceres

Consoante art. 11 da IN TCU n. 78/2018, a COAUDI possui também a atribuição de emitir parecer em atos de pessoal relativos à aposentadoria, pensão e admissão. Em 2023, por meio da Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas – SEAGEP, foram emitidos 12 pareceres, dentre os quais 08 foram de aposentadoria (07 legal e 01 legal com esclarecimento), e 04 pareceres de pensão civil (04 legal), demonstrados a seguir conforme os assuntos.

PARECERES EM ATOS DE PESSOAL

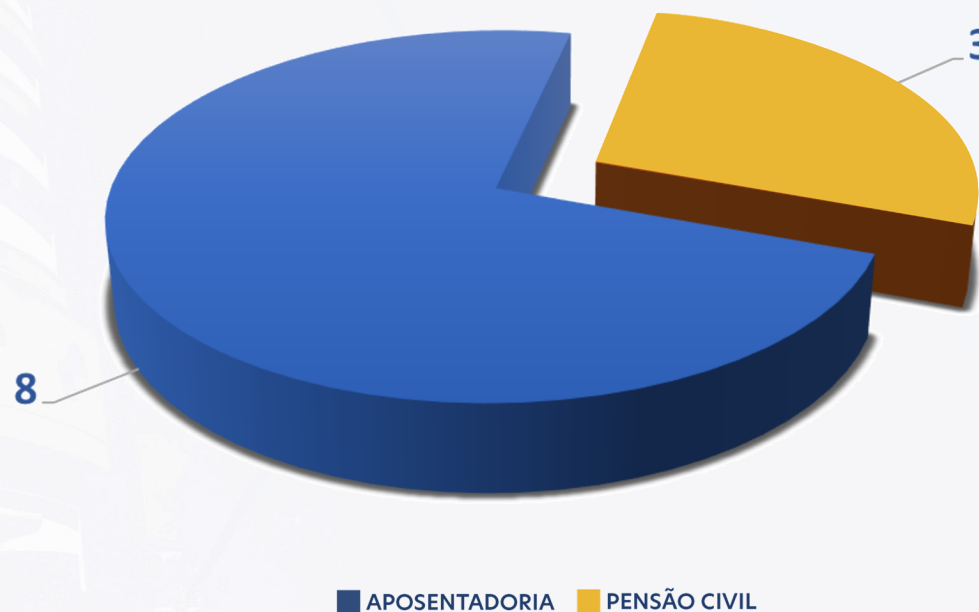


TOTAL **12**

7.5. Acompanhamento de Determinações e Recomendações do TCU

Em razão das atribuições previstas no [art. 74, IV, da Constituição Federal](#), bem como do art. 6º, inciso XII da [Resolução TRE-PI nº 271/2013](#), cabe à Unidade de Auditoria o acompanhamento do cumprimento, pelo Tribunal, das determinações oriundas do Tribunal de Contas da União – TCU. Conforme levantamento realizado no Sistema Conecta do TCU e acompanhamento no sistema SEI, no ano de 2023 foram expedidos 11 acórdãos com determinações, dentre os quais 08 versavam sobre aposentadoria e 03 sobre pensão civil, desses, 8 foram devidamente cumpridos e 2 encontram-se em cumprimento, conforme gráfico a seguir:

ACÓRDÃOS EXPEDIDOS PELO TCU





8

Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão



8. Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão


8.1. Conformidade Legal para Sustentabilidade

Desde 2007, com a criação do projeto TREciclar - Reciclar é Preservar, o TRE-PI demonstra preocupação com a causa ambiental.

O tema ganha cada vez mais destaque no cenário mundial e importância nos critérios de avaliação de performance dos órgãos.

Os principais normativos que norteiam as atividades do TRE-PI nessa área especializada são:

-  [Resolução CNJ nº 400/2021](#) - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário;
-  [Portaria TRE-PI nº 237/2016](#) - Dispõe sobre a constituição e atribuições do Núcleo Socioambiental e da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral do Piauí;

-  [Portaria TRE-PI nº 682/2021](#) - Institui a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí..

O Tribunal faz a gestão de seu desempenho em sustentabilidade por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS), instituído pela [Portaria TRE-PI nº 683/2021](#).

Os indicadores consolidados podem ser avaliados no [Relatório de Desempenho Socioambiental - PLS 2023](#).



8.2. O Plano de Logística Sustentável

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí tem entre suas premissas comunicar com clareza, objetividade e transparência as informações referentes à contribuição da instituição em projetos de sustentabilidade. O resultado positivo com as ações implementadas no TRE-PI impactou fortemente para um avanço na sustentabilidade dos nossos processos de trabalho realizados e que apenas motiva para um contínuo aprimoramento das boas práticas necessárias e fundamentais para alcance do bem comum, a vida com qualidade.

O Plano de Logística Sustentável constitui um método de trabalho que facilita o monitoramento e o acompanhamento dos resultados alcançados com as ações de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão realizadas.

No exercício de 2023, o TRE-PI avançou com a realização das ações sustentáveis contribuindo de modo efetivo e eficaz para a construção de uma sociedade mais sustentável e consciente de sua contribuição para a preservação do meio ambiente.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

	Índice de racionalização de consumo de papel		Índice de racionalização de gastos com serviços de limpeza por m ²
	Índice de consumo de copos descartáveis de plástico		Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância
	Índice de racionalização de consumo de água envasada, embalagens descartáveis		Índice de racionalização de gastos com telefonia fixa por ramal
	Índice de racionalização de gastos com o contrato de serviços de outsourcing de impressão		Total de pessoas no contrato de condução de veículos
	Índice de racionalização de consumo de energia elétrica por m ² (kWh/m ²)		Índice de racionalização de consumo de combustíveis
	Índice de racionalização de consumo de água por m ²		Índice de aquisições e contratações sustentáveis
	Índice de destinação de resíduos sólidos		Índice de participação nas ações de Qualidade de Vida
	Índice de racionalização de gastos com adequação de layout		Índice de participação em ações de capacitação

META ALCANÇADA

META PARCIALMENTE ALCANÇADA

8.3. Conformidade Legal para Acessibilidade

O TRE-PI segue os comandos normativos estabelecidos pela legislação pátria e diretrizes do CNJ sendo os mais relevantes:

- 📄 [Constituição Federal de 1988](#) - Art. 3º e no caput do art. 5º que garantem o direito à igualdade.
- 📄 [Lei nº 13.146/2015](#) - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
- 📄 [Decreto nº 6949/2009](#) - Promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- 📄 [Resolução TSE nº 23.381/2012](#) - Institui o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- 📄 [Resolução CNJ nº 343/2020](#) - Institui condições especiais de trabalho para magistrados (as) e servidores (as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição

📄 [Resolução CNJ nº 401/2021](#) - Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão e alterações.

📄 [Portaria TRE-PI nº 1.100/2022](#) - Dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, de caráter multidisciplinar, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Os normativos da ABNT que tratam de acessibilidade e inclusão arquitetônica, comunicacional, tecnológica também são observados conforme a situação aplicável.

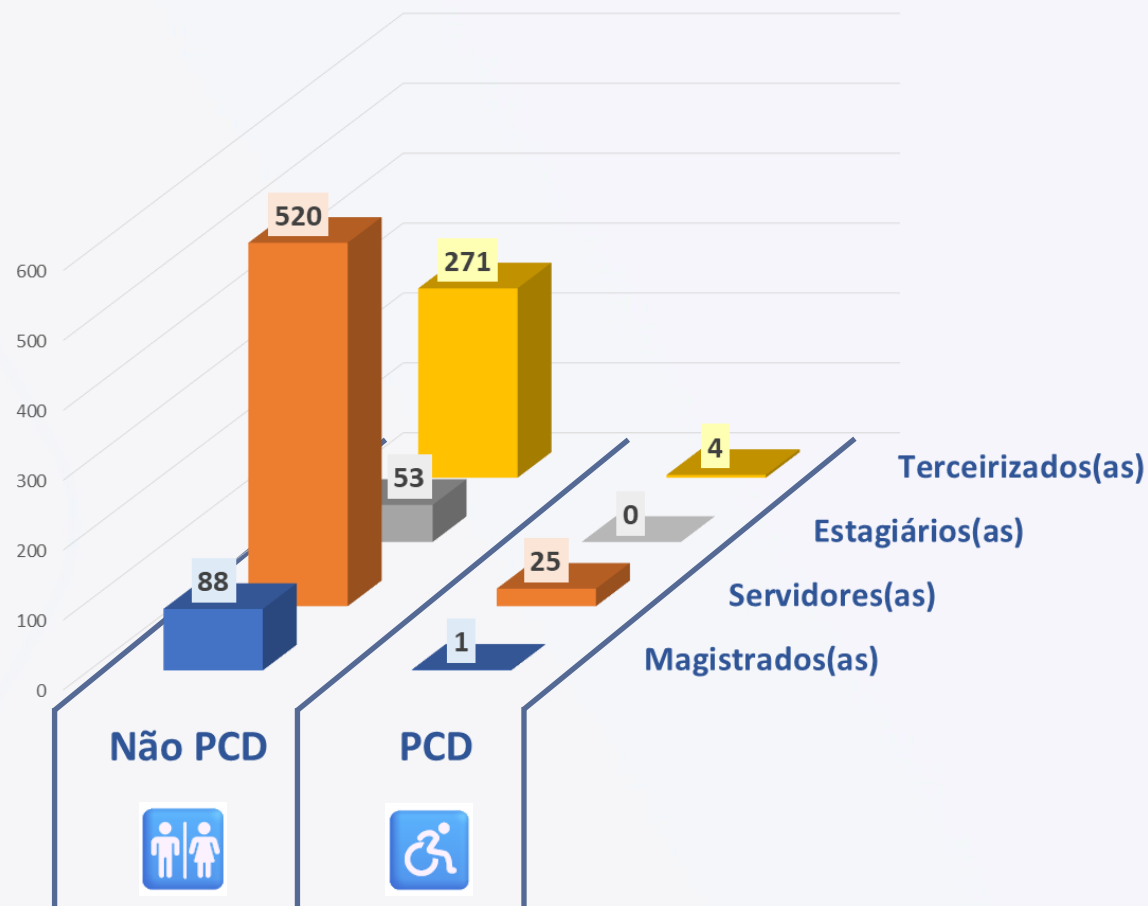
8.4. Ações de Acessibilidade e Inclusão

8.4.1. Situação de Colaboradores(as) do TRE-PI

O TRE-PI, no cumprimento de sua missão institucional de “Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia”, vem adotando práticas para suavizar e excluir qualquer barreira arquitetônica, comunicacional, atitudinal e tecnológica que impossibilite ou dificulte a prestação de serviços acessível e inclusiva.

Dessa forma, foram envidados esforços para conhecer estatisticamente o público PCD interno e externo com o intuito de melhor direcionar as ações de acessibilidade, otimizando recursos, conscientizando a força de trabalho e produzindo entregas mais efetivas. A Secretaria de Gestão de Pessoas, em 2023, aplicou uma pesquisa e atualizou o percentual da força de trabalho PCD, revelando um aumento da participação da força total de trabalho PCD de 2023 em relação de 2022 como mostrado ao lado.

Quantitativo de Pessoas PCD no TRE-PI



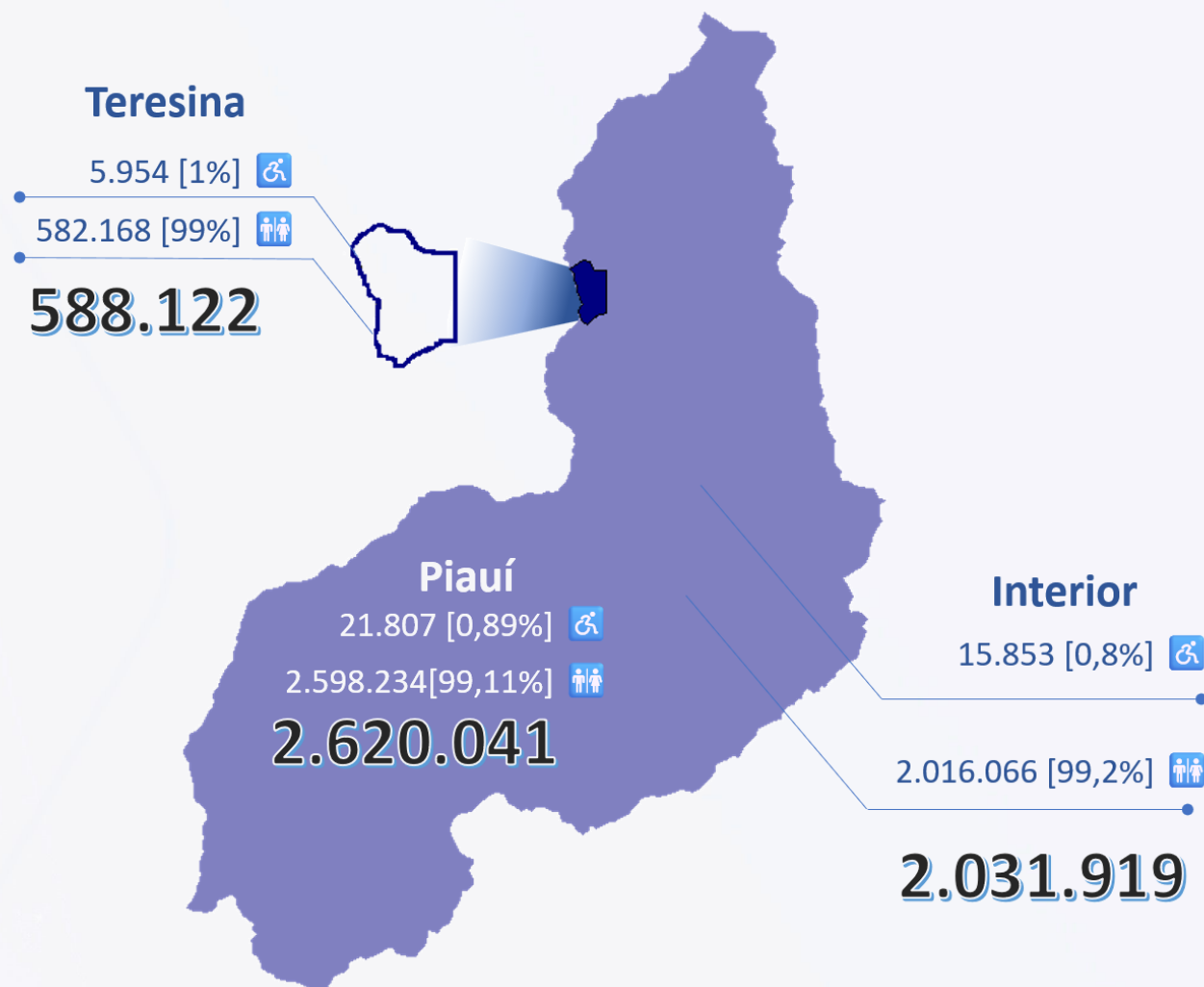
8.4.2. Situação do Eleitorado do Piauí

Em relação ao eleitorado com alguma deficiência declarada, várias práticas têm sido realizadas, especialmente pela Corregedoria Eleitoral do Piauí – CRE, no sentido de estimular que o eleitor, no ato de alguma operação (alistamento, revisão ou transferência), declare eventual deficiência, para o correto registro no Sistema de Cadastro Eleitoral (ELO).

Nesse sentido, o TRE-PI promove uma campanha de comunicação para sensibilizar o eleitorado PCD acerca da importância da autodeclaração.

Com os dados mais próximos da realidade, o TRE-PI pode direcionar ações para que todos os eleitores, indistintamente, exerçam plenamente o direito ao voto.

O eleitorado PCD representa aproximadamente 1% do total de eleitores do Estado, sendo 55% eleitores do sexo masculino



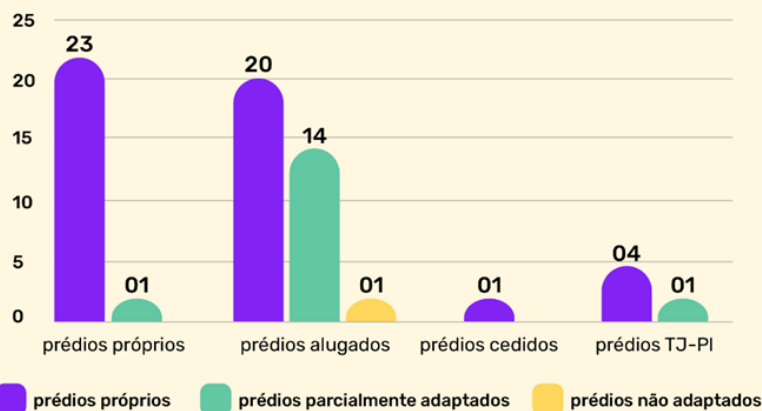
8.4.3. Acessibilidade nos Prédios do TRE-PI

A acessibilidade arquitetônica está relacionada à adoção de recursos que permitam a locomoção de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em qualquer espaço com autonomia. É obrigatório e está previsto na [Lei nº 13.146/2015](#) - Brasileira de Inclusão (LBI), além de decretos federais e outras normas oficiais.

O TRE-PI conta com uma estrutura de 65 imóveis, sendo 5 deles para funcionamento de suas atividades na capital e 60 no interior. São imóveis próprios, alugados, cedidos e compartilhados com o TJPI.

Em 2023 destes 65 imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral do Piauí, 48 [74%] estão adaptados à acessibilidade com as funcionalidades básicas (banheiros adaptados, rampa e sinalização). Dos 17 imóveis restantes, 16 estão parcialmente adaptados e, apenas 1 prédio encontra-se sem acessibilidade (depósito do Almoarifado).

PANORAMA GERAL ACESSIBILIDADE



IMÓVEIS

Panorama Geral - Acessibilidade

Adaptados

próprios: **23**
locados: **20**
cedidos: **1**
TJ: **4**

Parcialmente Adaptados

próprios: **1**
locados: **14**
cedidos: **0**
TJ: **1**

Não Adaptados

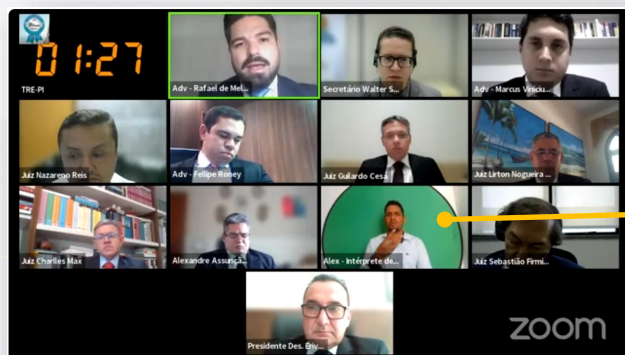
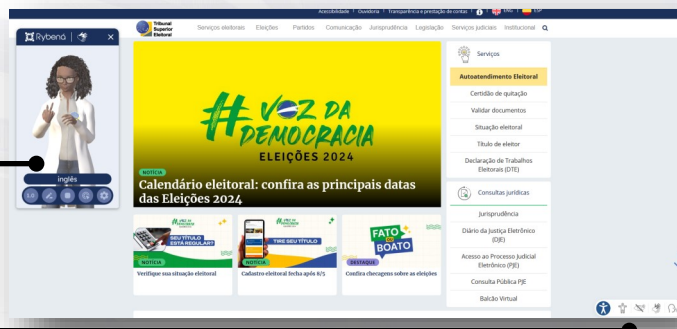
próprios: **0**
locados: **1**
cedidos: **0**
TJ: **0**



8.4.4. Linguagem Fácil

Um dos grandes objetivos do Poder Judiciário é o estabelecimento de uma comunicação acessível, simples e que chegue ao seu público de forma compreensível e inclusiva. Dessa forma, o TRE-PI vem se movimentando para consciencializar a força de trabalho, para adotar medidas e implantar ferramentas que proporcionem condição de alcance, percepção e entendimento, em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia. São alvos desse trabalho: postagens institucionais nas redes sociais à acessibilidade nos eventos presenciais ou remotos.

Sítios e serviços disponíveis na web.



Vídeos no Youtube.
[LIBRAS]



Postagens nas Redes Sociais

O TRE-PI também vem capacitando a força de trabalho para permitir a democratização de espaços e serviços e para que as necessidades do público interno e externo sejam atendidas de forma plena e inclusiva. Além das ações de capacitação são promovidas algumas ações com impacto na acessibilidade atitudinal, trazendo para o dia a dia o olhar crítico e reflexivo das questões de inclusão e acessibilidade, buscando a compreensão das múltiplas áreas da vida de uma pessoa com deficiência, entendendo suas necessidades nos contextos educacionais, profissionais, familiar e social




9


Demonstrações Contábeis


9. Demonstrações Contábeis

9.1. Conformidade Legal

A elaboração das demonstrações contábeis está em conformidade com os regulamentos específicos, destacadas adiante as principais:


 [Lei nº 4.320/1964](#) - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal .


 [Lei nº 10.180/2001](#) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

 [Decreto nº 93.872/1986](#) - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.

 [Decreto nº 6.976/2009](#) - Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências

 [NBCT TSP - do Setor Público](#) - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

 [MCASP - 9ª Edição](#) - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

 Adicionalmente também são seguidas Orientações da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF do TSE.



9.2. Metodologia

As demonstrações refletem a execução do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, bem como as alterações e variações nos elementos patrimoniais e situação econômico-financeira do TRE-PI (Unidade Gestora 070006), no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e formatadas de maneira a expressar a informação mais relevante e útil para subsidiar a tomada de decisão e prestação de contas para a sociedade. Para tal, foram elaboradas também as respectivas Notas Explicativas.

A análise e a elaboração das demonstrações contábeis desenvolvem-se como técnica contábil e estão em constante evolução e contínua convergência aos padrões legais e internacionais de qualidade da informação. Pois, como ciência, a Contabilidade está diretamente relacionada aos mecanismos de registro dos atos e fatos de gestão e análise das demais informações geradas. Dessa forma, cumpre a Contabilidade o seu propósito quando serve de base tanto para avaliação da efetividade da administração e da gestão dos recursos como para o fornecimento de dados relevantes e tempestivos na correta apresentação do patrimônio e análise das causas de suas mutações. Desse modo, funciona como instrumento de informação e transparência capaz de satisfazer os usuários no objetivo do processo de gestão, tomada de decisão e prestação de contas.

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, com sede no município de Teresina-PI, faz parte da Justiça Eleitoral órgão integrante do Poder Judiciário, conforme artigo 92 da Constituição Federal, cujas competências estão definidas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15/07/1965), tem como o objetivo de prestar serviço público à sociedade através da gestão do processo eleitoral no Estado do Piauí. Para tal, faz uso do orçamento da União, estando sujeito à coordenação, orientação e acompanhamento do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

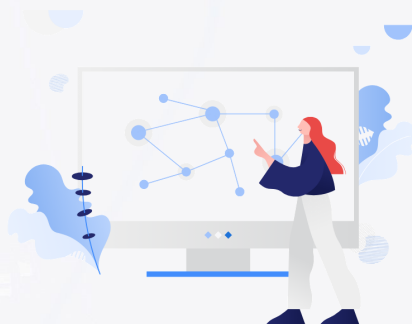
Oportuno destacar que o TRE-PI não é arrecadador de receitas, ou seja, as suas despesas são cobertas por sub-repasses financeiros com recursos da Conta Única e que para fins de análise comparativa com o exercício anterior – 2022 – ano em que houve eleições, no período das demonstrações aqui apresentadas não houve, o que diminuiu o volume de recursos recebidos e executados.



9.3. Balanço Patrimonial

ATIVO

Ativo Não Circulante	2023	2022	Ativo Circulante	2023	2022
Imobilizado	107.031.898,00	67.524.106,90	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.097.305,03	10.914.050,30
Bens Móveis	52.448.625,99	36.903.035,19	Créditos a Curto Prazo	778.587,29	1.952.158,92
Bens Móveis	78.211.311,05	59.929.026,92	Estoques	3.396.795,46	2.941.697,65
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-25.762.685,06	-23.025.991,73	Total do Ativo Circulante	7.272.687,78	15.807.906,87
Bens Imóveis	54.583.272,01	30.621.071,71			
Bens Imóveis	55.203.843,78	31.031.505,61			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-620.571,77	-410.433,90			
Intangível	8.724.268,92	3.668.812,60			
Softwares	8.724.268,92	3.668.812,60			
Softwares	8.724.268,92	3.668.812,60			
Total do Ativo Não Circulante	115.756.166,92	71.192.919,50	TOTAL DO ATIVO	123.028.854,70	87.000.826,37



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo Circulante	2023	2022
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.733.236,13	1.691.595,23
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	120.219,83	167.686,33
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.347.248,91	107.344,12
Total do Passivo Circulante	4.200.704,87	1.966.625,68
Patrimônio Líquido	2023	2022
Demais Reservas	1.788.597,22	-
Resultados Acumulados	117.039.552,61	85.034.200,69
Resultado do Exercício	32.131.193,59	20.033.128,42
Resultados de Exercícios Anteriores	84.477.603,59	66.480.348,03
Ajustes de Exercícios Anteriores	430.755,43	-1.479.275,76
Total do Patrimônio Líquido	118.828.149,83	85.034.200,69
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	123.028.854,70	87.000.826,37

Para os detalhes técnicos, quadros informativos e demais esclarecimentos [clique aqui](#).



10 Declarações de Integridade

10. Declarações de Integridade

10.1. Declaração do Contador

10.1.1. Registros Contábeis - SIAFI

DECLARAÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315—Conformidade Contábil presente no Manual do SIAFI.

As Demonstrações Contábeis— Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023 estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a [Lei nº 4.320/1964](#), o [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual do SIAFI](#).

Teresina-PI, 25 de fevereiro de 2024

Fabiano Rodrigues de Mendonça Miranda
CRC-PI 008392/0
Contador Responsável
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

10.2. Declaração - Monitoramento do PPA

10.2.1. Declaração do Coordenador de Orçamento e Finanças

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento—SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização do referido Sistema são de responsabilidade desta Unidade Prestadora de Contas, estão devidamente atualizados no SIOP, conforme as orientações do Ministério da Economia.

Teresina-PI, 25 de fevereiro de 2024

Joaquim Francisco de Almeida Filho
CPF 287.900.903-06
Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

10.3. Declaração - Execução Física e Financeira - Ações da Lei Orçamentária Anual

10.3.1. Declaração do Coordenador de Orçamento e Finanças

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta Unidade Prestadora de Contas, estão devidamente atualizados no SIOP, conforme as orientações do Ministério da Economia.

Teresina-PI, 25 de fevereiro de 2024

Joaquim Francisco de Almeida Filho
CPF 287.900.903-06
Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí




11 Rol de Responsáveis

11.3. Rol de Responsáveis

Relação dos(as) administradores(as) do TRE-PI no exercício de 2023



Nome da UG:					Exercício
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ					2023
Dirigente Máximo do Órgão - Presidente/Vice-Presidente					
CPF	Nome	Período de Gestão		Ato de Designação ou Exoneração	Motivo de Substituição
		Início	Fim		
284.095.583-00	Erivan José da Silva Lopes	08/04/22	31/12/2023	Eleito em sessão Plenária 02/02/2024 – Posse 08/04/2022	
096.216.013-04	José James Gomes Pereira	08/04/22	31/12/2023	Eleito em sessão Plenária 02/02/2024 – Posse 08/04/2022	
E-mail institucional da Presidência: presi@tre-pi.jus.br Telefone institucional da Presidência: (86) 2107-9818 E-mail institucional da Vice-Presidência: vicepre@tre-pi.jus.br Telefone institucional da Vice-Presidência: (86) 2107-9848					
Cargo de Direção-Diretor Geral e Diretora-Geral					
CPF	Nome	Período de Gestão		Ato de Designação ou Exoneração	Motivo de Substituição
		Início	Fim		
875.161.523-15	Denise Vieira Berger Miranda	25/10/23	31/12/2023	Portaria 392/2023	
396.121.043-87	Rivelina Remet Rodrigues da Costa	07/11/23	31/12/2023	Portaria 252/2023	
024.392.833-55	Danilo Carvalho Franco Pereira	01/05/22	24/10/2023	Portaria 216/2023 – Designação; Portaria 392/2023 – Exoneração	Exoneração
396.121.043-87	Rivelina Remet Rodrigues da Costa	01/05/22	24/10/2023	Portaria 340/2022 – Designação; Portaria 392/2023 – Exoneração	Exoneração
E-mail institucional da Diretoria-Geral: dg@tre-pi.jus.br Telefone institucional da Diretoria-Geral: (86) 2107-9822					
Secretário e Secretária de Administração e Finanças					
CPF	Nome	Período de Gestão		Ato de Designação ou Exoneração	Motivo de Substituição
		Início	Fim		
156.243.663-53	Silvani Maia Resende Santa	07/04/20	31/12/2023	Portaria 257/2020	
239.482.563-49	Sidnei Antunes Ribeiro	25/04/22	31/12/2023	Portaria 340/2022	
287.900.903-06	Joaquim Francisco de Almeida Filho	02/06/20	31/12/2023	Portaria 524/2020	
E-mail institucional da Secretaria de Administração: saof@tre-pi.jus.br Telefone institucional: (86) 2107-9729					



Desembargador Erivan José da Silva Lopes
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
Teresina-PI, 30 de março de 2022



**Tribunal
Regional
Eleitoral-PI**



@trepiaui



@JusticaEleitoralDoPiaui-TRE-PI



@trepiaui